Texto 2

## **Breve analogia entre os "dragões" do astral infernal e os do "mensalão"**

*Texto publicado no JORNAL DA CIDADE  -– Bauru-SP - e-mail de acesso ao texto: www.jcnet.com.br (José Quaglio) publicado no dia 13/12/2012, na p. 2.*

**BREVE ANALOGIA ENTRE OS "DRAGÕES" DO ASTRAL INFERNAL E OS DO "MENSALÃO"**

               Querendo compreender melhor a educação pelos aspectos moral e espiritual tive a alegria de entrar em contato, este ano, com um rol de obras psicografas pelo mineiro da cidade de Contagem, Robson Pinheiro, dentre as quais destaco as que compõem a trilogia denominada de "O Reino das Sombras", quais sejam: Legião, Senhores da Escuridão e O Fim da Escuridão.

               Em uma breve síntese o autor espiritual, Ângelo Inácio, que se apresenta como jornalista do além relata em suas obras que fez  parte de numerosa falange comandada por Espíritos Guardiões que tiveram a permissão do Cristo denominado de O Cordeiro para irem às regiões espirituais situadas nas profundezas do nosso planeta por serem as moradas de seres poderosos, muito perigosos e que comandam a prática do mal de tal forma que os maiorais, chamados dragões, foram aprisionados vibratoriamente há séculos pelo Senhor Jesus e, assim, impedidos de manterem contato direto com os encarnados e desencarnados de outras regiões menos densas.Porquanto diz que tais seres diabólicos (voltados complemente para o mal) pautam as suas atuações em sentido completamente contrário à política de amor, libertação e progresso da humanidade nos moldes apregoados pelo Cristo.

               Relata também que para adentrarem nessas regiões de vibrações densas ou pesadas e travarem os necessários confrontos, passaram por intensas preparações e as suas atuações se deram em virtude do cumprimento profético, isto é, de ter chegado o momento de o Cordeiro de Deus - Jesus Cristo - interferir no imenso poder de dominação das "trevas" antes que as mesmas ultrapassassem os limites demarcados pelo Criador e que poderiam comprometer os planos de progresso da humanidade tal como previamente traçados pela Espiritualidade Maior (Apocalipse, 12: 7-9).

               Frisa, o autor, em seus relatos que essas incursões nos domínios dos poderosos seres das trevas visaram, além de aprendizagens significativas a eles, às equipes e a alunos de escolas do Além, chamar a atenção daqueles que estão libertos dos preconceitos no plano material e já se dispõem a buscar uma visão mais ampla e coerente com a realidade da vida existente no chamado além. Principalmente aquelas pessoas que lidam com os processos obsessivos a exemplo dos espíritas e umbandistas que precisam estar cada vez mais conscientes e preparados para compreenderem e enfrentarem as chamadas obsessões complexas comandadas por mentes perversas e hábeis na prática da magia negra.

               No entanto, em um dos relatos sobre a incursão nas chamadas zonas infernais (o que serviu como "gancho" para o desenvolvimento deste texto), o autor explicita o confronto entre os líderes da sua equipe, os guardiões, com o ser concebido de o maioral dos maiorais da hierarquia das sombras ou trevas:o dragão número um dentre os sete que foram aprisionados nas profundezas do abismo. Aliás, pelas descrições apresentadas na obra denominada A Marca da Besta, p.541, o tal ser, destronado, tinha algo de diabólico ou satânico e se apresentou hábil na arte da dissimulação e do engano, mostrando-se inclusive com a aparência delicada, bonita, iluminada e angelical, fazendo lembrar as palavras do apostolo Paulo: "E não é de admirar, pois o próprio Satanás se transforma em anjo de luz" (Co, 11:14).

               Em tal sentido e sem adentrar nos meandros e **amplitudes** do macabro e malfadado plano político denominado "mensalão"; do descarte dos "aloprados" do poder político pelo então Presidente Lula, encurralado que estava pela oposição, pela mídia e pela nossa gloriosa Polícia Federal, é possível deduzir que o desmascaramento dos poderosos foi providencial para a ascensão da Dilma, inclusive como chefe do executivo. Evitou-se assim a desgraça da nossa nação pelo acesso ao cargo de presidente da república de um dos "dragões", certamente seria o de número um por ser o chefão da politicalha, já condenado pelo nosso glorioso Supremo Tribunal Federal.

               Afinal, de pessoas de boa aparência e de retórica enganosa, pelo visto, o "inferno" está cheio. Muito cuidado!

**José Quaglio (*O autor é Técnico Agrícola, Advogado com Pós-Graduação em Direito das Relações Sociais, Pedagogo, Licenciado em Filosofia e Pós-Graduado em Educação Religiosa Escolar e Teologia Comparada*).**

Texto 3

## **Parecer enviado ao STF sobre a ADIN do Ensino Religioso**

                                                                                   Bauru-SP, 01 de maio de 2.012.

            AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

            A/C DO EXMO. SR. DR. MINISTRO.......................................

***(obs: enviei este texto através de carta endereçada a cada um dos ministros da Suprema Corte, mas o relator à época era o então Ministro Ayres Britto que se aposentou sem relatar o processo envolvendo essa polêmica matéria)***

            Eminente Ministro (a)

            Na qualidade de cidadão preocupado com a distribuição de Justiça, por ser advogado (artigo 133 da Constituição Federal), aumentada tal responsabilidade pela qualificação que obtive como Licenciado em Filosofia e Pedagogo Pós-Graduado e Especializado em Ensino Religioso Escolar e Teologia Comparada (ESAB, Escola Superior Aberta do Brasil Ltda., 2010, Portaria MEC n. 3.693/2004, de 16/11/2004), venho, com o mais profundo respeito e externo a minha posição a cada um(a) dos(as) doutos(as) senhores(as) ministros(as) dessa Suprema Corte de Justiça sobre um assunto que reputo relevante para todos nós, brasileiros, qual seja, a constitucionalidade ou não do conteúdo programático denominado **Ensino Religioso** a ser ministrado nas escolas públicas; porquanto tal matéria é objeto da **ADIN - AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 4439, proposta pela Procuradoria Geral da República**comtrâmite perante esse E. Supremo Tribunal Federal e que tem como Relator o Eminente Ministro Ayres Britto.

  Como se não bastasse sou profundo admirador dos Senhores(as) Ministros(as) dessa Suprema Corte, acima de tudo pela maneira dedicada e responsável com que se esforçam em compreender e defender o valor imenso da nossa democracia pluralista, inclusiva e participativa. Destaco aqui a transparência dos seus atos em que os calorosos debates e julgamentos, transmitidos ao vivo pela nobre TV Justiça, servem de exemplos a todos em especial de como é importante se fazer a inclusão em casos tão relevantes como as decisões envolvendo **o regime de cotas raciais e o ProUni**.

Tendo em vista que a ADIN supracitada visa a declaração da inconstitucionalidade do Acordo entre a Santa Sé e a República Federativa do Brasil no tocante à garantia do “ensino religioso católico...” nas escolas públicas, entendo que é oportuno frisar que o Movimento Católico tem tentado se redimir do seu passado de autoritarismo e, assim, tem lutado pelos direitos humanos em várias partes do mundo, pela consolidação da democracia participativa e inclusiva, em nossa pátria, na qual se encontra incluído o ensino **religioso.**

No entanto, é preciso destacar mesmo que brevemente o que a sua ala mais progressista - se é que se pode chamar assim àqueles católicos que querem o ensino religioso legitimamente plural - contou e conta com grandes vanguardeiros. Destaco aqui o esforço do saudoso D. Lucas Moreira Neves, então arcebispo, presidente da CNBB e articulista do Jornal O Estado de São Paulo  (**Jornal O Estado de São Paulo de** 30 de abril de 1997, p. A 17), que, com precisão, espírito público e visão de futuro explicitou a sua condição de **cristão acima de tudo e não simplesmente de católico na questão do E. R** quando clamou por um tipo de ensino religioso que primasse pela consolidação de uma educação mais ampla, integral, garantidora de valores nobres a aprendiz em formação e, ainda, custeado pelos cofres públicos; posto que tal como aprovado pela LDB, originariamente (no ano de 1994) caberia às entidades religiosas a responsabilidade pelo ensino que seria por elas arcados com todos os seus ônus, quer com professores quer com as finanças. E, assim, de pronto D. Lucas entendeu que esse E. R. seria desaconselhável e impraticável pelas mais óbvias razões: sectarismo ou proselitismo junto a **aprendizes em formação** e a impossibilidade prática em virtude de esse ensino não poder contar com recursos financeiros e pessoais agravados pela falta de capacitação para se educar de forma a respeitar as mínimas regras democráticas, pedagógicas, de psicologia... mesmo sob o ponto de vista de cada crença religiosa.

 Afinal, como abaixo transcrito o então artigo 33 da LDB (1994) albergava o ensino religioso a ser ministrado pelas entidades religiosas e tal **não seria custeado pelos cofres públicos** como os demais conteúdos programáticos (história, geografia, língua portuguesa, ciências...):

*Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:*

*I - confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou*

*II - interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa.*

            Em tal sentido – de ensino estrito mas legal – até que se justificava o comando legal no processo de formação e transmissão dos conteúdos do E. R pelas organizações religiosas, até mesmo de forma confessional e interconfessional, posto que as entidades religiosas poderiam **transmitir, LIVREMENTE, as suas respectivas crenças no espaço público**e mediante os **próprios recursos humanos e econômicos** àqueles alunos que aderissem a tal tipo de ensinamento, em decorrência de as matrículas serem facultativas.

Entretanto, é importante recordar o inconformismo do saudoso D. Lucas naquela oportunidade, explicitando que o artigo 33 da LDB, tal como aprovado originalmente pelo Congresso Nacional (ensino religioso **sem ônus** para os cofres públicos), deveria ser alterado como de fato o foi para que esse tipo de ensino especial passasse para **uma nova forma profissionalizada de ser ensinado (por professores concursados, obviamente)**, como os demais conteúdos; fosse **custeado pelos cofres públicos**, e,**EVIDENTEMENTE, sem o indesejável proselitismo**.

 Dão Lucas, então líder da CNBB, com muita razão considerou que esse tipo de ensino religioso não seria centrado na catequese e muito menos teria a incumbência de fazer proselitismo católico, mas deveria ser centrado na transmissão de conhecimentos amplos e nos valores morais nobres apregoados pelas religiões, isto é, nas suas regras de ouro calcadas sobre uma moral nobre e construtiva de paz e fraternidade. E que tal seria muito importante para a criança, jovem ou adolescente em plena formação, porquanto o mesmo ajudaria na formação da consciência do educando e a sua falta poderia importar até mesmo na degeneração da convivência social (Jornal O Estado de São Paulo de 30/4/1997, p. A 17):

***“Sobre o ensino religioso, a primeira coisa a se colocar é que não se trata de catequese e muito menos de proselitismo católico****. Não aceitamos isso. O ensino religioso é a formação da consciência religiosa do adolescente, da criança e do jovem que estão na escola. A falta desse ensino leva à degeneração da convivência social [...]” (s/gr/or*

            Foi com esse pensamento norteador que a alteração do referido artigo 33 pela Lei n.**Nº 9.475, DE 22 DE JULHO DE 1997**) foi precedida de DOIS PROJETOS DE LEI COM EXPOSIÇÕES DE MOTIVOS BEM FUNDAMENTADAS. E a partir dessa alteração a situação mudou completamente e a responsabilidade ficou para o Estado prover o **Ensino Religioso (plural), assim denominado, inclusive por mim, agora, em virtude de os conteúdos ou o conjunto de ensinamentos a serem transmitidos, aos alunos, advirem ou serem originados na DIVERSIDADE PLURAL. E como tal estará em plena consonância com a nossa argamassa cultural.**

**Daí, pois, ser preciso que os conteúdos desse tipo especial de E. R. seja**formado a partir de **oitiva** de entidade civil exatamente como manda o texto legal:  “*constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso."*

*Art. 1º O*[art. 33 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9394.htm)*, passa a                                         vigorar com a seguinte redação:*

*"Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil,****vedadas quaisquer formas de proselitismo. (s/gr/or).***

*§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.*

*§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso."*

*Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

*Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.*

*Brasília, 22 de julho de 1997; 176º da Independência e 109º da República.*

*FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
Paulo Renato Souza*

Lembro-me do grande Teólogo Católico, professor de Ciência da Religião, da PUC – SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Francisco Catão, que, com muita lucidez e propriedade abriu tantos horizontes, principalmente na década de 90, através da sua obra denominada “A Educação no Mundo Pluralista” (CATÃO, Francisco, Edições Paulinas, 1993). Frisa o referido autor a gravidade provocada pelos que centram a sua forma de ensinar apenas e tão somente na crença em um salvador, ou seja, diz o mesmo daqueles que cultivam uma crença exclusivista, excluindo outros dessa conquista, e, como tal seria inviável a alunos em formação na escola pública que recepciona a diversidade de origem e formação sócio-econômica-moral-ética-espiritual:

*“Reconhecemos que na ótica de certas igrejas torna-se difícil admitir um Ensino Religioso não confessional nem interconfessional. Quando se entende que toda religião está baseada na fé e que esta consiste no reconhecimento de Jesus Cristo Salvador, como falar de um Ensino Religioso não ordenado à fé e ao reconhecimento de Jesus?”.*

            Aliás, tal posição – sempre atual – coaduna com a do Diretório da Pastoral de Catequese da Igreja Católica que, com propriedade, faz a **distinção entre ensino religioso e catequese paroquial** explicitando que

*O ensino religioso destina-se à formação geral da pessoa humana em sua dimensão religiosa. A catequese, por sua vez, pode assumir o aspecto de iniciação cristã (recepção dos sacramentos) e o de aderir pessoalmente à fé.[...]* (CATEQUESE, Diretório. Apud  RELIGOSO, Portal: 2009, p. 19, acesso de 15/3 a 14/04/2009).

             A meu ver é preciso visualizar de pronto que a nossa Constituição Federal no capítulo reservado à educação se preocupa em garantir que, ao se proceder à elaboração de todo e qualquer **conteúdo programático**, a alunos da escola pública, não se perca  j a m a i s  a sintonia  com todas as demais garantias que tratam e garantem a materialização da nossa  d e m o c r a c i a:  p a r t i c i p a t i v a,  i n c l u s i v a   e   n ã o   d i s c r i m i n a d o r a.

 Sob o ponto de vista legal é preciso compreender a maneira pela qual essas garantias deverão se dar, ou seja, se fazendo a mais ampla **consulta (e não transferência) ou mais propriamente dito nos termos da lei, “oitiva”** às organizações religiosas, sem exceção alguma (par. 2º do art. 33 da LDB). Resta, pois, consagrado pela lei o **princípio da publicidade**.

 No mesmo sentido entendo que é imprescindível a compreensão de que a C. F. concede **isonomia entre os vários conteúdos programáticos em virtude de todos serem custeados pela mesma fonte, qual seja, os cofres públicos;** e, assim, **salvo quanto à matrícula, facultativa**, no caso do ensino religioso, no mais, em especial o provimento de cargos deverá haver a **equiparação sob a ótica da responsabilidade estatal** entre todos os conteúdos programáticos em virtude de os mesmos serem destinados à E S C O L A  P Ú B L I C A. E tal somente será possível se o Estado, representado pela União, assumir o compromisso constitucional de exigir que todos os conteúdos programáticos (matemática, geografia, história, ensino religioso...) tenham as mesmas regulamentações no que tange à fixação das normais gerais não tão somente quanto à fixação dos conteúdos, de forma participativa, mas acima de tudo quando da formação e contratação de professores. Em tal sentido o Ensino Religioso deverá estar sujeito às regras do artigo 37 da C. F, mediante as seguintes diretrizes básicas:

**.** **Concurso público** sem interferência de entidades particulares, em especial as de natureza religiosa.

**.**  **Não permitir** qualquer tipo de **privilégi**o a pessoa e ou organização, em especial de natureza religiosa.

**. Reconhecimento**de que o nosso ordenamento jurídico garante a todos os interessados o amplo **chamamento público**, pelo poder público, evidentemente, para que as entidades e demais interessados sobre o ensino religioso possam ser **ouvidos e não determinarem, autonomamente, como se o estado pudesse transferir às**entidades religiosas **“ATRIBUIÇÃO” de tal forma que se subverta a ordem, isto é, fazendo com que as organizações religiosas de natureza privadas** passassem a ocupar a função pública para a qual a lei federal, de forma alguma, não lhes conferiu poder.

 É preciso, pois, repetir e frisar mais uma vez com base nos princípios da nossa Constituição Federal que, quando da formação da programação dos conteúdos do Ensino Religioso a serem ministrados na escola pública, os mesmos **somente** poderão ensejar um **ensino religioso plural e jamais sectário, estrito e, ou, proselitista.**

**Aliás, o Ensino Religioso Plural representa a** sintonia com a nossa imensa argamassa cultural e deverá estar em sincronia com essa pluralidade do Brasil nos seus mais variados aspectos que envolvem crença, raça, economia; níveis: sociais, econômicos, intelectuais, morais, espirituais... Deverá objetivar a materialização da educação integral e plena em todos os aspectos aventados (art. 3º, do ECA); sem descartar ainda o atendimento à **regras constitucionais** que considero pétreas, quais sejam: “a liberdade de aprender” e  o “pluralismo de ideias” ***(incisos II e II do art. 206 da Constituição Federal).***

Os pressupostos acima são indispensáveis para que os sistemas de ensino ajam em **colaboração (e não abrindo mão da competência)** a fim de se atender ao **mandamento constitucional** da **“UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO OBRIGATÓRIO**” (par. 4º do art. 211 da Constituição Federal).

  E é assim que intento expor a questão de forma a valorizar o Ensino Religioso nas escolas públicas de maneira confluente com a preciosa petição inicial da PGR.

 Dentre os vários intentos depreende-se que a PGR requer a essa Suprema Corte para que esta faça a interpretação do artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no sentido de DECLARAR o alcance da legislação sobre a forma de o ensino religioso atender aos mandamentos de natureza constitucional e, para tanto, a referida Procuradoria entende não ser plausível de a mesma ser proselitista e muito menos albergar o ensino confessional, interconfessional ou ecumênico, tal como **previa** **(p a s s a d o)** o artigo 33 da LDB (antes da sua alteração pela Lei  **Nº 9.475, DE 22 DE JULHO DE 1997).**

É com muita propriedade que a petição da PGR frisa pela rejeição à tentativa de se restabelecer a forma anterior do artigo 33 da LDB, revogada, mediante o seguinte argumento:

*“a única forma de compatibilizar o caráter laico do Estado brasileiro com o ensino religioso nas escolas públicas é através da adoção do modelo não-confessional, em que o conteúdo programático da disciplina consiste na exposição das doutrinas, das práticas, da história e de dimensões sociais das diferentes religiões – bem como de posições não-religiosas, como o ateísmo e o agnosticismo – sem qualquer tomada de partido por parte dos educadores”.*

            As organizações que defendem o princípio da laicidade tradicional, total e comum do Estado a fazem mediante a seguinte afirmação:

*“Tendo como propósito justificar a presença do ensino religioso nas escolas públicas, a perspectiva pluriconfessional acaba se apropriando de conteúdos e enfoques que já deveriam fazer parte do ensino e que seriam mais adequadamente tratados nas disciplinas história, geografia, sociologia e filosofia, por exemplo. Valores universais vinculados à cidadania constituem o próprio objeto da escola pública e não deveriam depender do ensino religioso para ser ensinados.         Também há enormes problemas na implementação prática do ensino religioso pluriconfessional*, que decorrem da opção religiosa dos professores”.

            Ante a missão constitucional e especial dessa Suprema Corte, **pergunta-se:**

**1 -**O que a Constituição Federal prevê para a disciplina (conteúdo programático) Ensino Religioso?

**2 -** O que está explícito no **acordo** entre a Santa Sé e a República Federativa do Brasil, consoante o  Decreto n. 7.107, de 1/2/2010?

            Segundo o meu entendimento, a resposta se encontra alicerçada na**exposição de motivos do referido acordo,** na qual há a explicitação simples, clara e objetiva, acerca da **cooperação** para uma sociedade mais justa, pacífica e fraterna, nos seguintes termos

*“Afirmando que as Altas Partes Contratantes são, cada uma na própria ordem, autônomas, independentes e soberanas e cooperam para a construção de uma sociedade mais justa, pacífica e fraterna;*

E para que não houvesse injustiça, não gerasse conflito de interesses e nem se negasse a fraternidade a razão lógica que se nos salta aos olhos é a de que a Santa Sé quis deixar claro também que estava fundamentando *“nos documentos do Concílio Vaticano II e no Código de Direito Canônico”*e a República Federativa do Brasil *“no seu ordenamento jurídico;”.* **Sem exceção alguma.**

            Tal como acima exposto, entendo que a Constituição Federal vigente, guardando certa coerência com as anteriores (salvo as de 1824, confessional, e a de 1891, considerada laica no seu sentido tradicional), recepcionou o **C O N T E Ú D O  P R O G R A M Á T I C O** (termo usado pela ciência pedagógica para a denominação de “disciplina” a exemplo da matemática, língua portuguesa, geografia, história..) **ENSINO RELIGIOSO** a ser ministrado nas escolas públicas de forma obrigatória, mas de matrícula facultativa, a nível constitucional e não foi por acaso. É preciso, pois, compreender a razão pela qual o mesmo se encontra no capítulo que trata da **EDUCAÇÃO** (arts. 205 a 214). Segundo meu entendimento por concebê-la ou até mesmo recepciona-la pelo conceito geral e pedagogicamente aceito (dicionários, enciclopédias...), qual seja, processo de desenvolvimento da capacidade intelectual ou mental, física, moral, espiritual e social do educando, no caso, os que estão em plena formação por se tratar do ensino religioso destinado ao ensino fundamental obrigatório (até a 8ª série).

Segundo a minha ótica, tal se deu de forma proposital, isto é, para que todos os conteúdos programáticos (história, geografia, ciências, ensino religioso...) fossem compreendidos e regulamentados pelo poder público em atendimento aos princípios da isonomia e publicidade. Afinal a Constituição Federal frisa bem que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios **organizarão em regime de colaboração** seus sistemas de ensino.**” (art. 211, *caput*, da C.F, s/gr/or).**

            Nessa linha de distribuição de **competência colaborativa** se encontram no topo do nosso Ordenamento Jurídico, a **Lei Maior e a LDB,** em atendimento aos termos do artigo 211, da C. F, que, com propriedade fixa no seu par. 4º a organização dos sistemas de ensino sob a forma de C O L A B O R A Ç Ã O  e *“de modo a assegurar a “****univesalização do ensino obrigatório.” (s/gr/or).***

            A consequência lógica do acima exposto está justamente na obrigação de os sistemas de ensino da nação – federal, distrital, estadual e municipal -  atuarem em harmonia com o texto constitucional e respectivas leis federais em vigência. E certamente foi por isso que a Santa Sé se preocupou em deixar claro, tais propósitos, no texto do acordo com a R. F. B:

**a) -**Cooperação para uma sociedade mais justa, pacífica e fraterna, afirmando *“...que as Altas Partes Contratantes são, cada uma na própria ordem, autônomas, independentes e soberanas e cooperam para a construção de uma sociedade mais justa, pacífica e fraterna;...”*

**b) -**A Santa Sé fundou-se juridicamente *“nos documentos do Concílio Vaticano II e no Código de Direito Canônico”*

**c) -**  E a República Federativa do Brasil,*“no seu ordenamento jurídico;”*

             Entendo que sob o ponto de vista constitucional somente poderá haver colaboração se a UNIVESALIZAÇÃO do ensino obrigatório, a ser buscada pelos sistemas de ensino da nação, não agirem de forma EXCLUDENTE E OU DISCRIMINATÓRIA, sob pena de se assim agirem, contrariem os propósitos da Lei Maior, da LDB e também do **acordo** entre a Santa Sé o a RFB que estabelece como princípio a **cooperação** para que a sociedade brasileira seja cada vez “**mais justa, pacífica e fraterna**.”

Afinal, é sabido entre os operadores do Direito de que os fatos notórios (inciso I, do art. 334, do CPC) prescindem de prova, e, assim, podemos deduzir que justiça, paz e fraternidade somente poderão se tornar realidade se a prática do ensino religioso contemplar a inclusão das minorias quantitativas e qualificativas e em hipótese alguma, se praticar qualquer tipo de exclusão e muito menos discriminação motivada por entidade religiosa cristã que, presume-se, conhece a regra de ouro do Cristianismo que estabelece “Tudo, quanto, pois quereis que os homens vos façam, assim fazei-o vós também a eles; porque esta é a lei, e os profetas.” (Mt, 7, 12).

**Pergunta-se mais uma vez:**Como poderá haver colaboração para uma sociedade “mais justa, pacífica e fraterna” fora da **inclusão** das minorias, quantitativas e qualificativas, no processo de CONSTRUÇÃO DOS CONTEÚDOS do ENSINO RELIGIOSO PLURAL (compatível com a nossa argamassa cultural) tal como previsto na Constituição Federal?

            Tal será possível somente com a colaboração ampla, geral e irrestrita de todos, em especial da sociedade organizada, em particular a de natureza religiosa, sem exceção alguma e daqueles que queiram contribuir.

             Ademais, se tal não ocorrer na chamada **práxis educacional** tal “colaboração” além de não assegurar a tão almejada  universalização do ensino, como manda a Lei Maior, será visivelmente **I N C O N S T I T U C I O N A L por afrontar princípios basilares da Carta Magna.**

             Demonstrado que a Santa Sé se fundou *“nos documentos do Concílio Vaticano II e no Código de Direito Canônico”*ea República Federativa do Brasil,*“no seu****ordenamento jurídico****;”,*é importante compreender o que o nosso “ORDENAMENTO JURÍDICO” prescrevia e prescreve para o **conteúdo programático** denominado **ENSINO RELIGIOSO para poder decidir com propriedade**.

**CONSOANTE O ACIMA EXPOSTO,** de forma respeitosa e humilde entendo ser plausível finalizar esse meu posicionamento com as seguintes considerações sobre o ensino religioso**, recepcionado** pela Carta Magna como de natureza **plural e jamais sectarista ou proselitista:**

            **a) –** É oportunidade sagrada de nos unirmos na compreensão da Legislação do nosso país que nos concede o poder e o dever da consolidação e popularização do conhecimento amplo, envolvendo os mais nobres, precisos e preciosos conhecimentos a serem organizados, didaticamente, a partir dos **conteúdos plurais** em consonância com a formação plural do nosso povo.

**b) –** A participação na formação dos conteúdos plurais deverá se dar como prova responsável do engajamento e fortalecimento dos movimentos religiosos, das organizações e das pessoas em geral,  mas cabe ao poder público exercitar a sua **forma especial de laicidade**, qual seja, a de **criar as oportunidades** através das esferas de poder público que cuidam do ensino para que estes primem pela inclusão em todos os sentidos e evitem qualquer tipo de discriminação. É bom deixar claro que a práxis tendenciosa e sectarista decorre, naturalmente, da imperfeição humana que não encontrou os meios adequados para se ensinar e aprender de forma diferente e especial, mas não da nossa legislação federal (Constituição e LDB).

**c) –**O Estado Brasileiro concebeu que a educação de qualidade precisa agregar, além dos valores físicos, intelectuais e sociais, também os de cunho moral e espiritual, nobres, e, para tanto, adotou  a laicidade no tocante a não dar apoio a qualquer movimento, culto, doutrina, seita, crença... de natureza religiosa, mas ser o garantidor da participação dos movimentos religiosos e demais pessoas (físicas e jurídicas) que se interessem pelo Ensino Religioso. E tal deverá, segundo a C.F., se dar quando da formação dos conteúdos programáticos que irão embasar esse ensino especial denominado de Ensino Religioso. Basta se atentar para os termos do artigo 33 da LDB.

**d) –** É possível compreender que a Legislação Brasileira concebe a educação como responsabilidade de todos, mas que as famílias – mesmo aquelas abastadas e ou elitizadas – não estão aptas ou com disponibilidade para fixarem e estabelecerem os mais variados ensinamentos nem mesmo de matemática, física, química, história, geografia... e nesse contexto também se encontra o ensino religioso plural, isto é, como aquele que deverá ser formado por com **conjunto de conteúdos programáticos** indispensáveis na composição do **ensino de qualidade**que irá atender os mais nobres princípios de natureza constitucional, que são: “...liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, divulgar...” (inciso II), e o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas...” (inciso III), ambos do artigo 206 da Constituição Federal.

**e) –** Cabe ao Estado como uma relação social de máxima soberania (sob pena de ser consagrada a anarquia, no seu pior sentido), que depende dos seus representantes, contribuir para que a sociedade se organize e se una na diversidade e na pluralidade social, racial, religiosa... sobre a qual de há muito se encontra em plena consolidação a nossa complexa, valorosa e inigualável argamassa cultural. E o ensino religioso deverá ser compatível com essa realidade, sem a qual não poderá haver justiça e muito menos fraternidade e paz social, contrariando o texto do acordo entre a Santa Sé e a RFB.

**f) -**Sendo assim, entendo que é importante conceber o Estado como um ente abstrato e os seus representantes, por não poderem, obviamente, saber tudo, parte-se do pressuposto de que é preciso o Estado, na sua soberania, ser o **provocador** dessa união. E, assim, deverá contar com pessoas dos movimentos religiosos como legítimos representantes e conhecedores das suas doutrinas, cultos, crenças.... para que cada qual aprenda não tão somente a se unir em torno dos seus pares e afins, no respectivos templos, mas acima de tudo se desprenda da sua situação de comodidade e contribua na **formação de conteúdos básicos e comuns que irão formar o cidadão consciente, crítico e de visão ampla pelo tipo de ensino especial que irá receber.**

**g) – Com base nos itens supra, entendo finalmente**que é possível conceber a legalidade do ensino católico nas escolas públicas apenas como **garantia legal** de que o mesmo não poderá ser excluído quando da **composição ou dos conteúdos plurais** a serem formados com a **imprescindível oitiva e participação dos vários e variados movimentos religiosos organizados**, em atendimento ao Princípio da Publicidade dos atos da Administração Pública.

**h) –** É preciso compreender que será pelo cumprimento dos valorosos pressupostos elencados, acima, que se dará a materialização da **aprendizagem plural por ser a única que atende à enorme ARGAMASSA SOCIAL DO NOSSO POVO EM FORMAÇÃO, repita-se,**amparada pelos mandamentos da Constituição Federal, notadamente aqueles que se encontram insculpidos nos artigos 205 (...dever do Estado.... pleno desenvolvimento da pessoa....); 206 (II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III – **pluralismo de ideias**...; IV – **gestão democrática**...) (s/gr/or).

**i) –**É preciso visualizar a**isonomia**entre o conteúdo programático denominado Ensino Religioso, **também custeado pelos cofres públicos**, com os demais conteúdos (matemática, história, geografia...), ou seja, para que mesmo seja lecionado por professores concursados nos termos do artigo 37, *caput*, e inciso II, da Constituição Federal sem qualquer interferência das organizações privadas em virtude de todos serem custeados pelos cofres públicos.

**j) –** Visualizar a atuação desse E. STF como paradigma a ser seguido em virtude da recepção de membros das mais variadas origens e formações o que tem permitido os mais variados, indispensáveis e inevitáveis embates e confrontos de idéias e posições sem cederem aos perigosos conchavos secretos de bastidores; e, para o grande bem da nação brasileira: suas sessões são transmitidas ao vivo, pela importante e laboriosa TV Justiça.

**l) -** Em tal sentido, todos os integrantes dessa Suprema Corte deverão estar felizes e gratos (principalmente entre si) pela superação das diferenças pessoais, ideológicas e processuais... cuja riqueza de aprendizagens significativas são produzidas em decorrência da grande diversidade em que se encontram inseridos.

            Com o mais profundo respeito e admiração, subscrevo esta.

**José   Quaglio**

**OAB-SP 71930**

TEXTO 4

## **Intolerância Religiosa.**

*JORNAL DA CIDADE  - A/C do João Jabbour – e-mail:*[*jabbour@jcnet.com.br*](mailto:jabbour@jcnet.com.br)*. Caro gerente e tarimbado articulista João. Gostaria de ver o meu texto publicado na Tribuna do Leitor. Se tiver qualquer inconveniente é só me comunicar que eu adequarei da melhor forma possível aos parâmetros desse conceituado Jornal. Desde já grato.  Bauru-SP, 23 de maio de 2.014.José Quaglio – RG  8.390.044  e-mai: jquaglio@ibest.com.br*

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA: CAUSA E CONSEQUÊNCIAS

               Sob o título "Intolerância religiosa" (JC de 22/5/2014, p. 2) o caro missivista João Roberto Gullino considerou "Lamentável o despacho sem fundamento do juiz Eugênio Rosa de Araújo, da 17a. Vara Federal do RJ, ao declarar, preconceituosamente, que umbanda e candomblé não são religiões por não apoiarem na Bíblia." e frisa bem que "Tal reação vem provar que a ignorância é, realmente, infinita e não somente dos analfabetos."

               Concordo plenamente, mas qual a causa principal dessa profunda ignorância e quais as consequências mais drásticas?

               Tanto as causas como as consequências são bem amplas, mas vou tentar me enveredar pelo prisma da educação religiosa fundada na fé fundamentalista e salvadora de uns poucos em detrimento da maioria. E, assim, sob o ponto de vista educacional os dicionários, enciclopédias e a própria Ciência Pedagógica concebe a educação como um processo de desenvolvimento da capacidade física, mental ou intelectual, moral, espiritual e social do ser humano. E como tal esse desenvolvimento poderá ser dirigido para certos fins nobres ou não como: competir, liderar, servir, pregar, destruir, construir, tolerar, compreender, produzir, escrever, ler, estudar, corromper, enganar, iludir, trapacear...

               Consequentemente, se alguém sensível e muito predisposto ao cultivo da fé fervorosa for educado para recepcionar certas verdades religiosas perfeitas e acabadas e ainda sustentadas por regras de fé e autoridade inquestionáveis - no caso a Bíblia e Deus como o seu autor - poderá aquele que assim for educado se ver entre a "cruz e a espada" em certas circunstâncias como no caso do Magistrado Eugênio. Mas poderia ser um deputado ou um senador da república ávido para alterar as leis vigentes em nosso país para banir os "inimigos" que rondam a sua fé religiosa e das suas pomposas organizações. Quem é que poderá dimensionar qual o grau de pressão moral, psicológica, social...a que foi submetida a mente do juiz Eugênio para que ele chegasse ao ponto de passar por cima da própria Constituição Federal que alberga a liberdade de crença (inciso VI, do art. 5o.) a qual jurou cumprir quando investido no cargo público?

               Segundo o meu entendimento o mais relevante de tal situação é tentar fazer com que o cidadão e em especial o cristão, percebam e lutem para que não se materialize de vez a face oculta do anticristo pelo prisma da educação religiosa dirigida, imposta, manipulada e capaz de formar crentes profundamente ignorantes de outras realidades religiosas; e, cuidado com aqueles que além de enveredarem por crenças fervorosas almejam o poder político totalitário. Com certeza não pensarão duas vezes para arregimentar forças que pensam como eles para violarem e alterarem não tão somente as leis do nosso país para discriminar as minorias, mas acima de tudo as regras de ouro do Cristianismo e passarem por cima do "amai o vosso próximo" (Mt, 22, 39) e o "amai os vossos inimigos...", ou seja, em nome da sua fé cega, fanática e discriminadora, deixarão de aproveitar a sagrada oportunidade de seguir o exemplo do Pai Celestial que mesmo diante de tantas iniquidades faz chover e resplandecer o sol sobre bons e maus. Afinal, como diz Jesus Cristo segundo Mateus, 10, 46-48: "Pois,se amardes os que vos amam, que galardão havereis? não fazem os publicanos também o mesmo? E, se saudardes unicamente os vossos irmãos, que fazeis de mais? não fazem os publicanos também assim? Sede vós perfeitos como é perfeito o vosso Pai que esta nos céus.".

**José Quaglio.**

TEXTO 5

## **A Grande Dimensão do Velho Testamento Bíblico**

O texto abaixo de minha autoria foi publicado no JORNAL DA CIDADE DE BAURU e foi a minha contribuição, dentre as inúmeras manifestações de missivistas das mais variadas vertentes religiosas, que, naquele final de ano (dezembro/2006) escreveram sobre o Velho Testamento Bíblico.

**A GRANDE DIMENSÃO DO VELHO TESTAMENTO BÍBLICO**

             A compreensão ampla e apropriada de qualquer documentação envolvendo legado principalmente sob a forma de testamento, exige, da pessoa interessada, conhecimentos básicos em especial de Direito; mas, no caso específico do Velho Testamento Bíblico, torna-se imprescindível se conhecer também Religião, Educação e Filosofia, notadamente porque tais obras registram não somente os conflitos ocorridos no plano material entre culturas diferentes em especial a egípcia e a hebraica, mas acima de tudo uma gama enorme de acontecimentos recheados de interferências espirituais que precisam ser vistos como parte de uma ampla e bem sucedida organização de natureza transcendental.

            Quando se estuda o Velho Testamento com um certo desprendimento de amarras sectaristas é possível perceber que há dezenas de séculos, a.C, gênios da Espiritualidade Maior visavam dentre os mais nobres objetivos propostos pela Pedagogia Divina a ser aplicada à atrasada humanidade terrena, o de impulsionar o progresso do povo hebreu, para, ao mesmo tempo, colaborar com o povo egípcio que vivia chafurdado no politeísmo e no materialismo exacerbados (Gn. 12, 10-20; 45, 8). Isto permitiria também aos gênios historiadores os registros que serviriam para as inúmeras gerações vindouras.

            É possível perceber que deveria fazer parte desse glorioso plano a implantação estratégica de um novo paradigma em termos de fé: a crença no Deus único capaz de expressar o amor incomensurável do Ser Onipotente (Gn. 12,7). Afinal, essa iniciação bem estudada visava impulsionar o movimento monoteísta de tal forma que pudesse ser concebido como sagrado em virtude de o Criador e seus Elevados Espíritos de Escol, encontrarem em Abraão o mensageiro digno, fiel e receptivo que iria ser o propulsor de uma grande nação de crentes, ou seja, uma legião de espíritos desbravadores que iriam enfrentar as mais duras e inimagináveis provações, pela frente, cujos registros maravilhosos serviriam para que pudéssemos compreender o fenômeno da globalização cultural daquela época por um outro prisma: o espiritual; e, que, acima de tudo, deveria sustentar a fé de milhões de seres humanos que passariam por este planeta de provas, expiações e regenerações.

           Pela notoriedade dos relatos bíblicos vê-se que o Ser Onipotente, Onipresente e Onisciente soubesse, logicamente, das diferenças de natureza e aptidões de cada um dos seus filhos, e, assim, permitiu que um poderoso Espírito saísse do Plano Espiritual e adentrasse pela via da reencarnação para ser no Plano Material um dos filhos de Jacó (família hebréia), recebesse o nome de José, fosse vendido a egípcios, como escravo, pelos irmãos, e, junto à elite política egípcia agisse com os seus enormes poderes psíquicos em sintonia com a Espiritualidade Maior que o permitiu "adivinhar" os mais secretos sonhos do faraó sobre a seca que viria, e, assim, ascendendo ao poder e precavendo a nação com grandes seleiros de mantimentos. E o mais significativo: reencontrou e deu guarida aos familiares que estavam famintos devido à seca (Ex, 41, 42 e 45).

             Sem adentrar à complexa preparação do povo Judeu para receber o Messias – Jesus de Nazaré – há um outro aspecto desse astronômico planejamento educacional que justifica plenamente se conceber esse legado como “imortal”: a libertação dos judeus da prática abominável da escravidão promovida pelos egípcios. Isto porque, como visto acima, desta feita se exigiu a “infiltração”, pelas vias da reencarnação, logicamente, do líder, religioso e legislador: culto, fiel, destemido e astuto – Moisés “nascido das águas” – que fora acolhido, ainda pequenino, pela compaixão, altivez, sensibilidade espiritual e imorredouro exemplo da filha do faraó (Ex.2, 6-10).

**José Quaglio, autor, é, atualmente,** ***Técnico Agrícola, Advogado com Pós-Graduação em Direito das Relações Sociais, Pedagogo, Licenciado em Filosofia e Pós-Graduado em Educação Religiosa Escolar e Teologia Comparada*).**

TEXTO 6

## **"ESCOLAS E IGREJAS" E A EDUCAÇÃO RELIGIOSA CATEQUISTA: CONSEQUÊNCIAS**

*Texto publicado no JORNAL DA CIDADE (*[*www.jcnet.com.br*](http://www.jcnet.com.br/)*) no dia 09/06/2013, p.32*

**"ESCOLAS E IGREJAS" E A EDUCAÇÃO RELIGIOSA CATEQUISTA: CONSEQUÊNCIAS**

               Sob o título "Escolas e Igrejas" (JC de 31/05/2013, p.2) o "professor, mestrando em filosofia (PUC), Wellington Anselmo Martins, graduado em Filosofia (USC)", depois de um diagnóstico pessoal escreveu sobre o que tem visto no ensino médio, em escolas públicas. Diz ter aprendido "mais sobre como ficar com garotas, como fumar maconha, como é importante andar em grupo por causa das brigas, como ser "esperto": furar fila, colar nos trabalhos e provas, emprestar material da escola e dos colegas e não devolver mais, ser popular entre os amigos de sala por fazer piada com a cara dos professores; aprendi a passar de série faltando mais que o limite etc." E arremata de forma clara e objetiva: "Esses foram os tópicos que, sinceramente, eu aprendi em minha vivência escolar no ensino médio público".

               Para contrapor a esse caos educacional desorganizado e malfadado, segundo o professor Wellington, o ensino da Igreja lhe foi um parâmetro exemplar para a sua formação católica, que, através da família que o incentivou mas ao mesmo tempo "quase obrigava, algumas vezes", frisa bem que "foi nas aulinhas de catequese  e também de crisma que aprendi a debater sobre ética, moral, cidadania;..." que "aprendeu a ler!, interpretar e escrever!", sempre centrado na Bíblia como sendo "por si só uma biblioteca riquíssima..". E indaga: "Como pode a educação pública no Brasil ser tão frágil a ponto de uma comunidade religiosa simples ser infinitamente mais rica em formação educativa, cultural e humana?"

            Creio que essa formação religiosa em sentido estrito do professor Wellington vai de encontro ou choca - e muito! - com o pensamento dos vanguardeiros do movimento educacional religioso plural, liderados pelos católicos e voltados para a formação daqueles que querem se preparar bem para ministrar aulas em escolas públicas envolvendo religião e filosofia, em virtude de as mesmas recepcionarem alunos das mais variadas formações; e, que, só uma alma liberta das amarras do sectarismo e com uma visão ampla dessa realidade é que  será capaz de compreender o valor dessa imensa interatividade na formação da nossa argamassa cultural.

            Não foi por acaso que o saudoso Dom Lucas Moreira Neves, então Presidente da CNBB e articulista do Jornal O Estadão (O Estado de São Paulo, 30. abril.1997, p. A 17), explicitou bem em sua matéria "Igreja não será confinada a sacristia", de como deveria ser o ensino religioso a ser implantado nas escolas públicas: "Sobre o ensino religioso, a primeira coisa a se colocar é que não se trata de catequese e muito menos de proselitismo católico. Não aceitamos isso. O ensino religioso é a formação da consciência religiosa do adolescente, da criança e do jovem que estão na escola. A falta desse ensino leva à degeneração da convivência social [...]". Na mesma linha se encontra o professor da PUC, o grande Teólogo que escreveu com maestria a grandiosa obra A Educação no Mundo Pluralista (Paulinas, 1997).

**Finalmente, para mostrar bem as funestas consequências de um ensino religioso inadequado por ser ministrado por aqueles que são formados no proselitismo e não têm uma visão pedagógica mais ampla do ensino da filosofia e das mais variadas vertentes religiosas,  aponto o resultado do trabalho cientifico pautado na “Análise de casos específicos da prática do Ensino Religioso em algumas escolas públicas” segundo o Portal da Educação (2009, p. 71, acesso de 15/10 a 14/11/2009): "Sem levar em conta as diretrizes para a citada área, o que se vê é um proselitismo estarrecedor, em que cada professor de Ensino Religioso tenta passar aos alunos seu credo e sua fé. O que se tem nas salas de aula são professores despreparados, ministrando sob forma de conteúdo seus princípios e valores, como se fossem verdades absolutas, em aulas antagônicas ao que prevê a lei e até a própria sociedade e família. Parece vedada a visão da amplitude da introdução do Ensino Religioso no currículo escolar, como disciplina e área de conhecimento, que deveria apontar para a recuperação da dimensão espiritual da existência, preenchendo o vazio deixado por uma educação com predominância quase exclusiva no racional, no desenvolvimento científico e tecnológico do educando, deixando de lado as razões e as finalidades últimas da existência.**

**(O autor, José Quaglio,*é Técnico Agrícola, Advogado com Pós-Graduação em Direito das Relações Sociais, Pedagogo, Licenciado em Filosofia e Pós-Graduado em Educação Religiosa Escolar e Teologia Comparada*).**

TEXTO 7

## **“ESPIRITISMO COMEÇA A SE POPULARIZAR”. POR QUE HÁ PRECONCEITOS E BARREIRAS?**

***Texto publicado no JORNAL DA CIDADE  - Bauru-SP - no dia 22.04.2007.***

       “ESPIRITISMO COMEÇA A SE POPULARIZAR”. POR QUE HÁ PRECONCEITOS E BARREIRAS?

               Li no Jornal da Cidade do dia 18/04/2007, p. 7, a precisa, respeitosa e bem elaborada matéria acerca do Espiritismo que “Ao completar 150 anos de história, doutrina disseminada entre a classe média ainda sofre preconceitos e barreiras” e, consciente das suas obrigações pautadas no amor, na caridade e na instrução, a entrevistada Aline Bella dos Santos deu ao nobre e competente repórter Luiz Galano, uma amostragem do que acontece no dia-a-dia, explicitando que: “Aqui na Vila onde moro às vezes comento sobre minha opção e sinto que as pessoas não entendem, fazem idéia errada a respeito da filosofia, conta a mulher, que freqüenta semanalmente encontros e palestras e é monitora de um projeto social espírita no bairro”.

               Como pesquisador-estudioso que tem procurado compreender as religiões de forma comparada e entrelaçada com os demais campos de conhecimento, não tenho dúvidas de que a compreensão de qualquer obra, por mais clara que seja, exige boa intenção, isenção e honestidade de propósitos. Assim ajo para indicar, segundo as minhas análises, alguns dos entraves à popularização do Espiritismo.

               Antecipadamente é importante estar ciente das razões de ser a França o berço natal de Allan Kardec e do Espiritismo. Isto porque, foi a Nação Francesa a gloriosa propulsora de uma das mais importes revoluções - a Revolução Francesa - desencadeada no final do século XVIII na busca da consolidação dos primados da Liberdade, Fraternidade e Igualdade; da democratização do ensino e o que é de suma relevância: da concepção do estado laico. Portanto, tratava-se de um contexto apropriado para o nascimento do Espiritismo em virtude de o mesmo primar pela revolução das mentalidades, pela libertação de todas as pessoas do jugo da ignorância, da opressão, da escravidão e do fanatismo. Não há dúvidas de que haveria de incomodar sobremaneira àqueles que vivem da fé alheia e se acham os escolhidos em detrimento ao semelhante tão somente porque não obedecem, sem questionar, às mesmas regras de fé.

               Assim, para que não pairem dúvidas e nem possa parecer mera retórica falaciosa, calculista, “sofística” e sem comprovação, tomo como exemplo a obra, por mim cuidadosamente estudada denominada “Espiritismo a Magia do Engano” (Graça Editora, Coleção Graça de Deus, 2a Edição) de autoria do conhecidíssimo líder da Igreja Internacional da Graça de Deus denominado RR. Soares. Este senhor, mostrando o mais profundo despreparo e, sem se ater às garantias legais (art. 5o da Constituição Federal cc art. 5o e 20 da Lei 7716/89), misturou todo tipo de práticas - muitas horrendas - como sendo espiritismo. Na p. 16, da citada obra, taxa o Espiritismo de “Fabrica de Loucos”, enfatizando que um “título apropriado para o espiritismo seria Satanismo ou Diabolismo ou ainda Demonismo. O que acontece no espiritismo, na verdade, justificaria chamá-lo fábrica de loucos, engano, desequilíbrio mental e nervoso, crime, loucura, possessão e opressão demoníaca, prostituição, lesbianismo, idolatria, etc.” E, como se não bastassem tais impropriedades,  deu demonstração de que teve dificuldade até mesmo para ler as primeiras questões de O Livro dos Espíritos com as respectivas respostas e, portanto, sem razão alguma, taxa o Espiritismo de panteísta: “DEUS – O Deus do espiritismo não é o Deus da Bíblia. O espiritismo é panteísta, ou seja, prega que Deus é tudo em todos, que Deus e o mundo formam uma unidade, são a mesma coisa, constituindo-se num todo indivisível”.

                Finalmente, alerto a todos que querem trilhar o caminho da Verdade, do Amor e do Bem, que consultem as fontes verdadeiras de conhecimento e evitem as obras subversivas. Para ratificar o que eu digo transcrevo diretamente da fonte a questão 14 e a respectiva resposta para que as pessoas, por mais simples que sejam, verifiquem que o Espiritismo não é panteísta: “Deus é um ser distinto, ou seria, segundo a opinião de alguns, o resultante de todas as forças e de todas as inteligências do Universo reunidas? - Se fosse assim, Deus não seria, porque seria o efeito e não a causa; ele não pode ser ao mesmo tempo um e outra...” (KARDEC, Allan, O Livro dos Espíritos, Ed. Inst. de Dif. Esp., questão de n. 14).

José Quaglio

(José Quaglio, o *autor, é, atualmente, Técnico Agrícola, Advogado com Pós-Graduação em Direito das Relações Sociais, Pedagogo, Licenciado em Filosofia e Pós-Graduado em Educação Religiosa Escolar e Teologia Comparada*

TEXTO 8

**"NÃO BEIJEI AS MÃOS DE CHICO XAVIER"**

*(Texto publicado no Jornal da Cidade,*[*www.jcnet.com.br*](http://www.jcnet.com.br/)*, Bauru-SP, no dia 09/08/2001, p. 26)*

            No dia 09/08/01, nesta Tribuna, o caro missivista Antonio Ribeiro Corrêa expressou, com propriedade, sua justa admiração pelo desabrochar ou desvelar das realidades existentes no chamado mundo espiritual realçando, dentre as inúmeras qualidades do médium Chico Xavier, a de servidor dedicado e fiel de Espíritos  no conjunto dessas revelações maravilhosas.

            É verdade. Em bem mais de meio século de trabalho honesto, equilibrado e desprendido de todas as tentações materiais e pessoais, ultrapassou a extraordinária marca de 400 obras psicografadas que, além de assombrarem o mundo intelecto-moral, mostram bem a impossibilidade de serem legado de um só homem, mormente no caso do Chico, como é sabido,  por possuir  apenas  a  4ª série primária.

            No entanto, contrapondo ao notório desprendimento do Chico acerca das coisas materiais e de convencionalismos sociais, no limiar do ano passado a TV Bandeirantes, através da  bela reportagem sobre ele, sua vida e suas obras psicografadas, mostrou um documento de identidade dele, Chico, no qual estava declarado  "não doador de órgãos". Segundo a reportagem bem apresentada pelo competente repórter Gerson de Souza, Chico  alegava que havia doado muito em vida e  queria que seu corpo voltasse a terra em forma de gratidão.

            Recentemente, a TV Globo mostrou Chico sendo levado muito doente para um hospital, contrariando  um documento onde expressava a vontade de ser, o mesmo, em caso de doença, tratado em sua casa.

            Ora, diante dessas atitudes incompatíveis  com os ensinamentos de desprendimento às coisas terrenas e de doação ao próximo, legados pelos espíritos, através do Chico e por ele próprio, no decorrer de sua vida, pergunta-se: Qual foi o grau de consciência do Chico, em especial  em relação ao Espiritismo, quando da elaboração dos tais documentos? Houve ou não a participação de outra ou outras pessoas? Se houve, quais? Quem foi o autor intelectual dessas idéias?  Foram as mesmas debatidas ou não, previamente?

            Por último, se tais atitudes foram tomadas de forma lúcida pelo próprio Chico Xavier, a conclusão lógica a que se chega é a de que a pouca instrução do querido médium não lhe permitiu compreender, adequadamente, a importância dos dois ensinamentos, notadamente o segundo, legados pelo Espírito de Verdade sob a forma de mandamentos, quais sejam: "Espíritas! Amai-vos, eis o primeiro ensinamento; instruí-vos, eis o segundo." (Evangelho Segundo o Espiritismo - O Advento do Espírito de Verdade - cap. 6)

(José Quaglio, o *autor, é, atualmente, Técnico Agrícola, Advogado com Pós-Graduação em Direito das Relações Sociais, Pedagogo, Licenciado em Filosofia e Pós-Graduado em Educação Religiosa Escolar e Teologia Comparada*).

TEXTO 9

# CRITICAS AO "AMOR ALÉM DA VIDA"

*Texto publicado no Jornal Diário de Bauru, dia 29/01/1.999 e no JORNAL DA CIDADE (*[*www.jcnet.com.br*](http://www.jcnet.com.br/)*) no dia 14/02/1999, p.24.****Dedico este ao querido padre Beto com muita admiração e carinho.***

           Dentre as milhares de atividades existentes, certamente a de julgador é a que confere maior responsabilidade, posto que do mesmo se exigem profundo conhecimento, equilíbrio e imparcialidade.

            Sem querer entrar no mérito da questão  basta que tomemos como parâmetro para análise os árbitros de futebol com relação aos resultados dos jogos e as concessões de liminares na vida político-administrativa de nossa cidade.

            No entanto, alguns julgadores além da especialização nas matérias passam também por um processo de limitação, fiscalização e filtragem. Os árbitros de futebol, por exemplo, estão sujeitos atualmente pelo alcance das câmeras e pela grande influência do poder econômico e da mídia. Sob ponto de vista legal, os magistrados, via de regra estão sujeitos ao chamado contraditório e ao império da lei a fim de que as partes possam estar equilibradas pelas ações, reações e interações dos advogados, etc.(paridade de armas). Já os críticos, em geral, muitas vezes se valem, para julgar, tão somente das suas bagagens de cultura (às vezes altamente generalizadas) cujo limite é o grau de consciência que cada um possui estruturado , segundo suas concepções moral, religiosa, filosófica, política... O certo é que estes últimos agem externando posições e influenciando milhares e milhares de pessoas. Daí, que a responsabilidade destes em alguns casos pode ser até maior, devido o alcance dos meios de comunicação pelos mesmos utilizados.

            Assisti ao filme supra intitulado e pude  vislumbrar muito acerca das fases e formas de amor, da responsabilidade, das Leis Naturais, da criação, da nossa natureza, origem e destino, do avançar incessante do progresso, da genialidade das pessoas,...

            Porém, até agora deparei-me com três análises críticas, ao filme, completamente antagônicas e que mostram bem as sérias disparidades de entendimentos.

            Enquanto os jornalistas Gustavo Cândido, no Jornal da Cidade, dia 7.1.99, pág. 33 e Otávio Valle, no Diário de Bauru, também no dia 07.1.99, pág E. 1, concluiram negativamente, e até superficialmente, o padre Roberto Francisco Daniel, teceu precisas, criteriosas e positivas considerações, conforme publicação especial, pág. G6, do diário de Bauru do dia 10.1.99. O primeiro frisou bem que: "visual salva o filme", "mesmice", "nem tudo é desperdício"... O segundo, taxou impiedosamente: "O primo pobre de Ghost", "É na realidade um ghost de Segunda categoria", "Um dramalhão sobrenatural", "imagem pela imagem", "O roteiro é bem alicerçado em teses do espiritismo"... No entanto, o terceiro, certamente por fazer especialização em teologia no cinema, na Alemanha, ser escritor sobre cinema e religioso de visão liberta e ampla,  após análise pormenorizada assim se posicionou com absoluta razão: "Amor além da Vida é um filme inacreditavelmente brilhante que utiliza a arte de "special effects" para uma idéia fascinante: a exposição da vida após a morte." "Baseado no romance do autor de "science fictions" Richard Mathenson,..." E, após considerações técnicas, conclui com sabedoria: "Mesmo assim vale a pena conferir a "Divina Comédia"de Vincent Ward, a qual possui como idéias básicas a afirmação de que o "amor concreto" é a forma mais intensa de felicidade, e a hipótese da construção do paraíso e do inferno a partir de nossos sonhos e imaginação, construção esta que já podemos viver em nosso cotidiano."

            Assim, não se deixe impressionar negativamente. Como bem frisou o Padre Roberto: "vale a pena conferir esse filme "inacreditavelmente brilhante". Confira!

*JOSÉ QUAGLIO*

TEXTO 10

## **Uma dedicatória ao Seo Paiva como era chamado**

**O MATERIALISTA , O ESPÍRITA E A MEDIUNIDADE**

**Texto publicado em 17/7/2009 e dedicado ao querido Seo Paiva com muito amor e carinho em virtude da nossa boa convivência por longos anos na Sociedade Beneficente Cristã, aos domingos.**

               Dentre as inúmeras matérias que li neste conceituado JC, recentemente duas delas me chamaram a atenção em virtude de abordarem sobre duas crenças totalmente opostas, isto é, a que for verdadeira torna a outra total e radicalmente falsa. A 1ª, publicada no JC Cultura (03/07/09) intitulada “Dawkins debate convivência da fé e ciência”, explicita que o referido intelectual é “Ateu confesso” e “Polêmico escritor e biólogo darwinista, que participou ontem da 7ª Flip, frisa que a religião não oferece coisas boas, obrigando as pessoas a viverem entre a escolha do bem ou do mal.” Foi possível entrever que a sua crença, materialista, não lhe permite crer em nada além desta vida material, palpável, e muito menos no futuro - além desta vida. A 2ª, publicada no JC de 11/07/09, p. 10, decorre da entrevista denominada “Aos 100 anos, Seo Paiva ainda se preocupa com quem precisa de ajuda”, relatando inclusive em que consiste a sua fé espírita, porquanto como diz o mesmo sobre a sua situação: “A morte é libertação. Este corpo está velho, vou ter um corpo novo até chegar à perfeição”.

               Não há dúvida de que estamos diante de duas pessoas de fé. A 1ª, por ser de crença materialista, não leva em consideração nas suas obras literárias qualquer possibilidade da existência de fenômeno espiritual capaz de atestar que no vasto mundo invisível, principalmente a olho nu, pode abrigar muito mais do que as bactérias, vírus, fungos, irradiações, energias, ondas... que não pedem licença a ninguém para agirem para o bem estar ou até mesmo para arrasar a saúde e a vida de qualquer um, independentemente da sua fé ou ignorância. A 2ª, de fé espírita, é fundada no Espiritismo que contou com o trabalho dos médiuns que agiram como receptores das mensagens dos Espíritos Elevados, em meado do século XIX, na França, para que Allan Kardec pudesse organizá-lo em forma de doutrina.

               Como objeto de reflexão a todos, entendo que devo registrar aqui dois relatos (não me foram passados como sendo “atos secretos”) que escutei diretamente dele, Seo Paiva, quando eu e minha esposa dávamos aulas de moral cristã, aos domingos, como voluntários, para as crianças e adolescentes na Casa da Criança e na Fazenda Val de Palmas. O 1º referiu-se a um período em que Seo Paiva esteve muito doente e depois de muito sofrimento e muitas buscas médicas, sem sucesso, resolveu pedir a ajuda de uma generosa senhora, médium, que trabalhava de empregada para a instituição, salvo engano, de cozinheira. Na sessão específica se deparou com a queda brusca de um sapo sobre a mesa da reunião mediúnica. Depois de esclarecido pelos mentores do trabalhado mediúnico, tratar-se de um trabalho de feitiçaria para lhe destruir, mas que havia chegado o momento da sua libertação, daquelas influências malignas, sentiu-se plenamente curado e apto para continuar as suas atividades. O segundo é muito mais curioso. Relatou-me, Seo Paiva, que certa feita recebeu na Instituição Beneficente Cristã, por ele presidida, a visita de uma pessoa muito culta, oriunda de Portugal (salvo engano no final da década de 60) que queria conhecer o sistema de trabalhos assistencial e caritativos lá desenvolvidos. Não demorou muito e o  visitante tascou-lhe, sem piedade, que tudo ali estava errado e que aquela era tarefa exclusiva do governo. Entretanto, segundo Seo Paiva, depois de passado muito tempo a tal ponto de ele não mais se lembrar do episódio, recebeu, certa feita, num dos trabalhos mediúnicos, da casa, uma comunicação mediúnica espontânea a ele dirigida. Disse-me que a mensagem viera de alguém que ali estivera, em visita, oriundo de terra distante, mas, que, o comunicante se dizia arrependido de ter criticado o sistema da instituição em decorrência da profunda ignorância, desprezo das coisas espirituais e idéia fixa e superficial, no materialismo.

               Por fim, pelos relatos do Seo Paiva é possível se concluir que nem ele, como trabalhador do bem, e muito menos o visitante pretensioso, conseguiram escapar das influências espirituais nestes dois planos entrelaçados: material e espiritual.

             Todavia, pela Misericórdia Divina, ambos tiveram a possibilidade de experimentar a grandeza de trabalhadores médiuns que agiram de forma desprendida, acolhedora, caridosa e brilhante à semelhança da gloriosa médium de Em-dor junto ao pretensioso e prepotente Saul. Leiam, por favor, os maravilhosos relatados no Velho Testamento Bíblico (I, Samuel, 28, 1-25).

 (José Quaglio, o *autor, é, atualmente, Técnico Agrícola, Advogado com Pós-Graduação em Direito das Relações Sociais, Pedagogo, Licenciado em Filosofia e Pós-Graduado em Educação Religiosa Escolar e Teologia Comparada*).

TEXTO 11

## **RÉPLICA À CONTESTAÇÃO DE JOSÉ SARAMAGO**

# COMO MATAR DE UMA FORMA DIFERENTE E MAIS SOFISTICADA

**Texto publicado em 10/8/2010, p. 2.**

            Seguindo a minha vocação para o estudo comparado para poder fazer as necessárias reflexões e relações, no dia 08.01.2000 comprei o romance de José Saramago intitulado “O Evangelho Segundo Jesus Cristo”. Em virtude das minhas atividades, fiz uma rápida leitura da referida obra somente para tentar apreender a idéia de como o autor retratou o Cristo e o seu Evangelho. Não demorou muito para que eu a compreendesse, acima de tudo, como um instrumento de contestação e a mais pura consagração da liberdade de expressão sem as cruentas perseguições de outrora; mas, data vênia, muito longe de contribuir com o leitor preocupado com a busca da verdade.   
  
            Entretanto, depois de passada quase uma década me deparei com a notícia da morte física do premiado Nobel de Literatura, no dia 18 de junho deste ano. Em seguida, tive a satisfação de ler várias publicações, inclusive neste periódico, enfocando a produtiva carreira literária do intrépido escritor português. Isto fez ressurgir em mim a vontade de estudar a referida obra de forma mais detalhada, até mesmo para não incorrer numa avaliação precipitada, o que seria imprudente para um cristão de concepção diferente da que foi expendida pelo premiado autor, inclusive com o Nobel de Literatura como se verá a seguir.  
  
            Terminado o intenso e cansativo estudo que se deu por mais de 30 dias, passei a verificar a divulgação intensa, pela mídia, de inúmeras mortes causadas por pessoas transtornadas e completamente dominadas pelo desejo de posse, domínio, egoísmo, ganância e, acima de tudo, denotando despreocupação com o futuro espiritual como se agissem na certeza de que sobre elas não vigessem quaisquer Leis Morais que pudessem reger as suas vidas e os seus destinos.  
  
            Ora, tal situação me incomodou e passei a pensar, novamente, na genial estratégia utilizada por Saramago - que se valeu de um romance - para, através do mesmo, é lógico!, “matar” a imagem, a reputação e a obra do maior de todos os opositores ao materialismo que já apareceu na face da Terra: Jesus Cristo.   
  
            A partir desse contexto dei início à elaboração desta minha opinião por compreender que a ideologia de cunho materialista, encartada no romance prolixo e com pouquíssimos pontos e parágrafos, “matou” o dogma da encarnação do Deus Único, dos Judeus, encarnado na pessoa do Jesus Cristo Divino, feito homem; o pecado original e o anjo decaído e concebido como o Diabo, tais como consagrados e transmitidos pela milenar Tradição Cristã encartada no Catecismo da Igreja Católica, Apostólica, Romana, dado em 11/10/1992 (p. 70/78). Como se não bastasse, “matou”, mesmo que por tabela, a concepção espírita que concebe Jesus Cristo como modelo de perfeição evolutiva a ser seguido pelos homens, em plena evolução, e, ao mesmo tempo o de revelador das Leis Morais Divinas, cuja expressão máxima reside na prática do amor e da caridade como a bandeira sob a qual se dará a fraternidade universal independentemente de crença, cor, raça, nacionalidade ou condição social (Kardec, O Evangelho Segundo o Espiritismo, 1997, p. 37).  
  
            Por que matou? Porque o autor retratou em seu romance o personagem Jesus Cristo como um homem fraco, perturbado, frustrado e, como a maioria dos homens do seu tempo, cheio de desejos para com a bela, sedutora e prostituta Maria Madalena ou Maria de Magdala, pela qual fora, segundo ele, iniciado sexualmente e com a mesma passou a viver como marido e mulher. Mais: fez questão de debochar do Cristo e dos cristãos como “cordeiros” ou joguetes nas mãos de um Deus cruel, sanguinário, autoritário, centralizador e antidemocrático por não dar o exemplo moral propalado aos homens, por Ele, Deus, encarnado na pessoa de Jesus Cristo; principalmente quando não permite, nunca, que o Diabo, como um anjo decaído, pratique o perdão, se arrependa e liberte a humanidade do pecado original (O Evangelho S. Jesus Cristo, p. 392 e 393).  
  
            Por último, entendo que o processo da “morte” que se nos apresenta como o mais difícil de acontecer é aquele através do qual matamos no dia-a-dia o orgulho, a vaidade e o egoísmo, exacerbados; mesmo, que, para tanto, tenhamos que desenvolver em nós boa vontade, disciplina, e, acima de tudo, a aquisição cada vez mais clara do que se nos aguarda depois da imprevisível morte física.   
  
(**José Quaglio**, o *autor, é, atualmente, Técnico Agrícola, Advogado com Pós-Graduação em Direito das Relações Sociais, Pedagogo, Licenciado em Filosofia e Pós-Graduado em Educação Religiosa Escolar e Teologia Comparada*).

# **Uma réplica à obra O Evangelho Segundo Jesus Cristo**

TEXTO 12

**PÁTRIA EM SENTIDO AMPLO**

Texto publicado na ***tribuna do leitor do Jornal da Cidade - Bauru-SP - em 30.7.2000.***

O singelo conceito de pátria como sendo, via de regra, o país onde nascemos, inobstante a grande importância no tocante às relações soci­ais, econômicas, jurídicas e políticas, pode e deve ser analisado em seu sentido mais amplo quando encaramos, livremente, a origem, a na­tureza e o destino do ser humano.

Isto porque, salvo aqueles que gozam das benesses de terem nascido em pátrias democráti­cas, famílias equilibradas, paz, conforto, oportu­nidades maravilhosas... há os que nascem mortos, os que vivem por pouco tempo, e os que vivem na mais completa miséria, ignorância e destruição, cujas "pátrias" estão restritas a ventre materno, o recinto de um beco a um pequeno grupo familiar  ou social destruídos. O exemplo mais marcante é o que ocorre com o povo do Afeganistão, que, ***i***além dessas agruras, vive escravizado a uma minoria fanática e cruel que diz agir em nome de Deus conforme mostrou a Rede Globo (Jornal. Nacional - dias 17 a 21/7/00).

Pergunta-se: quem escolhe ou determina a pátria, a família e as condições do nascituro? , Os fatores hereditários? A própria pessoa? O criador? Ou o conjunto desses e de outros fatores entrelaçados? Se a sorte dependesse tão somente da hereditariedade a vida, ao resumir-se na matéria teria como lei moral vigente o "salve-^ se quem puder", já que tudo acabaria no nada. Se há espírito é porque ele é criado. Neste caso, se criado na hora do nascimento (nesta vida física) para uma única pátria material então, o Criador, sela, desgraçadamente, os destinos de bilhões de deserdados sendo por isso despótico, cruel, discriminador e anti-democrático por não ofere­cer as mesmas oportunidades àqueles que nas­cem sem as mínimas condições de vida e de progresso. Mas há, ainda, a explicação lógica e racional fundada na evolução natural dos espíri­tos através das reencarnações sucessivas e submetidas às Leis Naturais Perfeitas. Estas, ao regerem as pátrias planetárias materiais e espirituais corrigem, com perfeição, todos os espíri­tos garantindo a cada um segundo os seus merecimentos, créditos e débitos.

Com isso, muitos espíritos maldoso, recalcitrantes e violadores contumazes dessas Leis, podem renascer em péssimas condições e nas piores pátrias materiais; ou, em casos extremados de espíritos empedernidos (verdadeiros anticristos), poderem perder o direito à cidadania planetária - o direito ao reencarne em planetas com considerável progresso - para reencarnarem em' mundos inferiores onde, certamente, chorarão e lá sentirão saudades do "paraíso perdido".

Portanto, segundo as nossas convicções e constatações uma das maiores frustrações de quem deixou a pátria material (pelo inevitável processo da morte física), é ver que consumiu loucamente, o tempo, no materialismo exacerbado e passageiro se encontrando, por isso, no plano espiritual, pobre de valores morais e espirituais eternos, os quais, (acrescento agora): deverão funcionar como uma espécie de "GPS" especial que direcionará o destino de cada um segundo o que se conseguiu arquivar na alma imortal, envolvendo é lógico as futuras pátrias material e espiritual.   ***(José Quaglio*)**

TEXTO 13

## **PENA DE MORTE EM UMA ABORDAGEM AMPLA**

**PENA DE MORTE: CONSIDERAÇÕES GERAIS**

            Considerada como destruição à vida, a pena de morte nasce dos pensamentos das pessoas e se materializa no dia a dia sob as mais diferentes formas. Assim sendo, mata-se lentamente quem subtrai, do semelhante, recursos, oportunidades, esperança, fé, vontade, prazer, liberdade, ...culminando com a destruição abrupta, pela morte, de uma pessoa por outra mesmo que seja de forma oficializada (prevista em lei) como se dá em alguns países. No entanto, em uma sociedade democrática e pluralista, como a nossa, as considerações sobre a pena, a vida e a morte devem ir muito além da defesa da sociedade bastando, para tanto, tentar visualizar os mais variados posicionamentos a partir da formação das pessoas. Vejamos.

Para o crente materialista (considerado, como tal, aquele que crê ou vive de tal forma que a essência de tudo se encontra na matéria) não tem cabimento a sociedade manter vivo e alimentar um indivíduo tido como irrecuperável para o convívio social. Aplicando-se-lhe a pena de morte além de evitar-se gastos  elimina-se, ao mesmo tempo, o efeito e a causa malignas.

            Para o crente espiritualista (aquele que crê que a essência da vida reside, primordialmente, no espírito indestrutível ou em outro tipo de vida futura)  ao ser aplicada a pena de morte ao criminoso, retira-se do mesmo, sagradas oportunidades. Se católico, apostólico, romano,  que crê, dogmaticamente, ser esta a única vida material, a pena de morte poderá importar, àquele que cometeu pecado capital, na mais completa impossibilidade de pedir perdão, recuperar-se ou até mesmo regenerar-se, o que impede o criminoso empedernido de galgar o céu ou o purgatório, restando-lhe tão somente o inferno onde, além da pena de morte, recebida em vida física, terá que amargar, após a morte, no inferno, a pena do sofrimento eterno. O mesmo acontecendo aos muçulmanos, pois na crença islâmica "Os hipócritas ocuparão o ínfimo piso do inferno e jamais lhes encontrarás socorredor algum ... Salvo aqueles que se arrependerem, se emendarem..." (item 145 e 146 da 4ª Surata  do Alcorão Sagrado, Marsam Ed. Jornalística). Se evangélico, que crê também ser esta a única vida material na qual residem todas as oportunidades, a aplicação da pena de morte poderá retirar, por completo, a possibilidade de arrependimento,   de perdão, de graça, de aceitação a Jesus Cristo... o que, naturalmente, compromete a salvação ao criminoso cruel  quando chegar o dia do juízo final e, por isso, não poderá ele - criminoso - compor  o rol dos eleitos ou dos escolhidos. Se judeu, que crê no Velho Testamento Bíblico, poderá dizer dos inúmeros registros de manifestações espirituais dos que morreram fisicamente mas, que em espírito, se manifestaram a exemplo de Samuel, chamado o profeta do Senhor que, mesmo após a sua morte, se materializou através da médium de En-Dor, a Saul e profetizou, com acerto, que este e toda a Israel cairiam em poder dos Filisteus (I Samuel, 28,19-25). Se cristão, ao se fundar nos inúmeros exemplos deixados pelo Cristo, notadamente quando o mesmo transfigurou-se diante de Pedro, Tiago e João e fez com que aparecessem Elias com Moisés, em espírito, falando com eles (Mc 9, 2-8), poderá alegar que a resposta à interrogação "Eu sou o Deus de Abraão, o Deus de Isaque e o Deus de Jacó?" (referindo-se à vontade de Deus) - "Ele não é Deus de mortos, e, sim, de vivos"(Mt.22, 31-3)- , lhe confere crença segura de que a vida continua após a morte física, em espírito, a todos, mesmo aos criminosos.   Se seicho - no - ie, esoterista, budista, umbandista, espírita, ... que crêem na preexistência do espírito, na pluralidade das vidas físicas, na reencarnação, na evolução do espírito, na existência de dois mundos entrelaçados - material e espiritual -, ...poderão entender que a aplicação da pena de morte não resolve, porque a eliminação do corpo físico pela morte repentina ou abrupta (pela pena de morte, no caso ) elimina-se, tão somente, o efeito - que é o corpo - mas não pode eliminar o espírito que é a causa. O espírita poderá alegar, ainda, que é comum as comprovações através de reuniões e pesquisas espíritas das perseguições perpetradas por espíritos criminosos às suas vítimas, mesmo após a morte, através do processo chamado obsessão.

            Como se vê, dependendo da concepção de cada um sobre a pena, a vida e a morte, inevitavelmente influenciará em todas as demais atividades e campos   do conhecimento existentes.  ***JOSÉ QUAGLIO***

TEXTO 14

## **JUSTIÇA DIVINA E SUA AMPLITUDE**

**JUSTIÇA DIVINA**

**Texto publicado no Jornal da cidade no mês 9/1998**

*Com o mais profundo respeito e admiração, dedico este texto de minha autoria ao querido e dedicado Bispo Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus - IURD. Em virtude de o mesmo ter se sentido perplexo e sem entender a Justiça Divina quando, no dia 5/9/98,  se viu diante de uma grande tragédia envolvendo o desabamento de um templo da sua Igreja em Osasco-SP, não o desqualifica de forma alguma, porquanto naquela ocasião disse com humildade:****“Se ali fosse uma discoteca, se as pessoas estivessem bebendo ou usando drogas, até teria uma explicação. Mas todos ali estavam orando. Não entendo o motivo dessa tragédia.”****(Palavras textuais do líder da Igreja Universal do Reino de Deus - IURD - Edir Macedo - no  5/9/98, pela TV Record, ao se referir  ao desabamento do templo da sua igreja em Osasco-SP. O texto, então, foi uma modesta colaboração para se tentar compreender a Justiça Divina de forma ampla.*

                Assim como um ser humano adulto precisou de cuidados, orientações e amparos especialíssimos ao passar pelos estágios da gestação, nascimento, infância, adolescência até atingir a maturidade, também a Terra e a respectiva humanidade nunca prescindiram do direcionamento e tutela das forças e das inteligências, divinas, para, com segurança, poderem passar pelos diversos estágios de desenvolvimento em obediência a uma das Leis Divinas a reger a vida: a Lei de Progresso.

            Por isso mesmo é que encontramos mesmo no período da antiguidade no qual o homem enfrentava muita barbárie a exemplo da vingança, do duelo, como prática usual, conceitos avançados e revolucionários que perduram até hoje como um bom parâmetro de justiça. Como exemplo, romanos antigos como propulsores do Direito, concebiam e procuravam alçar a Justiça a nível de virtude, a tal ponto que Ulpiano a definia com muita propriedade como “*a vontade constante e perpétua de dar a cada um aquilo que é seu” (SILVA, De Plácido, Dicionário Jurídico)*.

            Jesus Cristo, há quase dois mil anos, alçou a Justiça a nível de bem aventurança: *“bem aventurados os que têm fome e sede de justiça porque serão fartos.(Mt,5,6)”;*e alertou aos homens que ainda se encontram mergulhados na ignorância espiritual e cheios de defeitos morais, para não julgarem o seu semelhante (o que não quer dizer, logicamente, que não devam refletir, avaliar e se posicionar sobre o que fazem): *"Não julgueis, para que não sejais julgados. Porque com o juízo com que julgardes sereis julgados, e medida com que tiverdes medido vos hão de medir a vós. E porque reparas tu no arqueiro que está no olho do teu irmão, e não vês a trave que está no teu olho? Ou como dirás a teu irmão: Deixa-me tirar o arqueiro do teu olho; estando uma trave no teu? Hipócrita, tira primeiro a trave do teu olho, e então cuidarás em tirar o arqueiro do olho do teu irmão..."*. E, diante de tantos ensinamentos elevados sobre o parâmetro de Justiça a ser seguido pelos homens, concluiu com o estabelecimento da regra de ouro para compor a sua Doutrina - o Cristianismo - sob a forma de M A N D A M E N T O: "Portanto, tudo que vós quereis que os homens vos façam, fazei-lho também vós, porque esta é a lei e os profetas." (Mateus, 7, 1-5; 12).

            Em meados do século XIX espíritos de escol ao legarem à humanidade o Espiritismo, revelaram que a justiça faz parte da tríade de Leis Divinas  a ser cumprida pelo homem de bem: “*O verdadeiro homem de bem é o que cumpre a lei de justiça, de amor e de caridade na sua maior pureza (Evangelho Segundo o Espiritismo cap. 17).*

Ainda que consideremos a elevação dos conceitos o certo é que, na realidade, a humanidade registrou e registra disparidades físicas, intelectuais e morais profundamente gritantes, já que milhões de criaturas morrem por exemplo na infância acometidas pelas tragédias, pela fome, pelas doenças (a gripe espanhola devastou a Europa e matou por volta de 20 milhões de pessoas nas mais variadas idades), pelas guerras (somente a 2a. guerra mundial ceifou a vida de mais de 20 milhões de pessoas), e outros tipos de violências sem terem tempo de praticar, na existência física, nem o bem e nem o mal. Além do que vivem e convivem: o são e belo com o feio e estropiado, o gênio com o ignorante, o sábio com o débil, o honesto com o corrupto, o egoísta com o altruísta, o vadio com o trabalhador, o rico com o miserável, o literato com o analfabeto...

            Ante a dura realidade, pergunta-se: É possível explicar a Justiça Divina como Suprema Virtude?

            Sim. Porém para os que crêem somente na vida material (crentes materialistas), o futuro e a esperança na vida futura inexistem, valendo, via de regra, viver o presente segundo as suas predisposições, impulsos, inclinações ou tendências, custe o que custar, cause o que causar.

            Para os que crêem na vida após a morte, mas numa única existência física, jamais poderão explicar pelo raciocínio lógico e senso de equidade a atuação de Deus,  como suprema justiça, e muito menos pai exemplar, posto que o Criador para ser mais justo que muitos homens de bem, suas criaturas, não poderá dar recompensa àqueles milhões de seres que morrendo prematuramente nada puderam fazer enquanto outros labutaram a vida toda (Princípio da Equidade).

            Já aqueles que crêem que a alma pode renascer várias vezes (pluralidade de existências físicas), poderão, sem subterfúgio, conceber e explicar um Criador Supremamente  Justo posto que permite ao ser imortal (alma ou espírito), adquirir méritos pelo trabalho, estudo... e ainda reparar erros nas encarnações sucessivas. 

            Com o devido respeito, entendemos que a crença sob o ponto de vista estrito  e em contraposição à de visão ampla pode levar, como de fato leva, milhões de pessoas à mais profunda perplexidade e incompreensão quando por ventura são envolvidas por tragédias. Como exemplo marcante desse fato as palavras textuais do líder da Igreja Universal, bispo Edir Macedo, no dia 5/9/98, pela TV Record, ao se referir sobre o desabamento do templo em Osasco-SP: “*Se ali fosse uma discoteca, se as pessoas estivessem bebendo ou usando drogas, até teria uma explicação. Mas todos ali estavam orando. Não entendo o motivo dessa tragédia.”*

 JOSÉ QUAGLIO

TEXTO 15

## **MATERIALISMO X ESPIRITUALISMO**

*AO JORNAL DA CIDADE  - A/C do João Jabbour*

*Caro João, tenho a honra de participar dessa importante Tribuna do Leitor com um texto de minha autoria intitulado “O MATERIALISMO E SUAS BASES CORROÍDAS****”.****Grato.*

*Bauru-SP, 05 de setembro de 2.007.         José Quaglio - e-mail:jquaglio@ibest.com.br)*

### O MATERIALISMO E SUAS BASES CORROÍDAS

                    Li com muita atenção e me interessei pelas missivas dos caros Dorival Nogueira (JC de 25/7/2007, p. 2) e Vifrano Macário Gazoli (JC de 04/9/2007, p. 2).      O 1o enfrentou o fenômeno da morte sem rodeios, dizendo que ela – morte - já levou parentes, amigos, políticos, religiosos... E arremata: “...qualquer dia vai me levar também e não se sabe para onde! Morte, que coisa mais esquisita deste mundo de Deus! Não é?”. Já o 2o, depois de abordar com precisão a importância do recebimento da denúncia dos envolvidos no processo-crime do “mensalão”, pelo STF, refutou a utilização da corrupção ou outra forma de violência como meio estratégico de se chagar e se manter no poder, citando a estúpida morte do ex-petista e ex-prefeito de Santo André, Celso Daniel: “Se assim for verdade, por analogia e dependendo do que está em jogo, podemos concluir que para chegar e ficar no poder até matar pode. Aí me lembro de Celso Daniel, prefeito de Santo André, assassinado por ter descoberto um esquema de desvio de dinheiro para campanhas do PT através de propinas cobrada dos empresários de empresas de ônibus e então passo acreditar que isso é mesmo possível”.

               Caros missivistas e demais leitores dessa importante Tribuna. A morte, na qualidade de destruidora da vida material, normalmente causa muita dor e deve nos conduzir às mais profundas reflexões, principalmente quando a vida é interrompida na flor da idade sem que a criatura tenha desenvolvido as suas potencialidades.

               Entretanto, quando se trata de pessoas adultas com uma enorme folha de serviços prestados, cheia de planos articulados com integrantes de uma plêiade de “companheiros” envolvidos num mega projeto de poder político-partidário, a questão assume um ar de “segurança nacional”. Isto porque as mortes brutais, envolvendo políticos mortos em circunstâncias misteriosas como as dos petistas Celso Daniel e “Toninho do PT” (ex-prefeito de Campinas-SP) precisam, além de investigações rigorosas, reflexões filosóficas para se compreender até que ponto o materialismo exacerbado pode influenciar na tomada de decisões das pessoas.

               Não se pode olvidar que do ponto de vista histórico o materialismo é sem sombra de dúvidas o grande propulsor do progresso gerador de imensas riquezas e capaz de oferecer um verdadeiro contraponto ao espiritualismo irracional, descabido, castrador, inibidor dos gozos terrenos, limitador das ações humanas e o que é mais grave: gerador de dependência, fanatismo e ignorância.

                Entretanto, o apego, os vícios e os encantamentos materialistas são tantos e tão fortes, na vida, das pessoas, que é muito comum o “feitiço virar contra o feiticeiro”, ou seja, a aparente coerência de princípios e de lógica de muitos crentes materialistas (muitos travestidos de espiritualistas) conduz à sutil concepção: vive-se apenas uma vez! O ideal é aproveitar a vida: curta, limitada e transitória enquanto for possível. Se alguém se considerar um deserdado da sorte por ter nascido na família, bairro, cidade, ou, país, sem privilégios, não custa partir para a violência e espalhar o terror e a morte como formas de protestos à cruel destinação. Afinal, pela imposição da morte, livra-se definitivamente do desafeto que, como ele, mais cedo ou mais tarde desaparecerá mesmo no nada do pós-morte.

                Nesse diapasão, sem compreensão e esperança no futuro, é muito lógico também pelo pensar estreito do materialista doentio e ignorante de que, Deus, ao impor tamanha limitação ao ser humano, não mostra, na prática, ações justas e equânimes; aliás, por esse prisma é até razoável entender-se que a sua justiça é bisonha por distribuir tão mal as aptidões físicas, intelectuais, morais, espirituais e materiais. Enfim, fica claro para si que esse tal Ser Todo Poderoso (se existisse mesmo), não poderia ser tão iníquo; pois dá demais a uns poucos e tão pouco a muitos, cabendo por isso, ao homem, corrigir os rumos tão “esquisitos” através de um sistema comunista imposto e dominador – mesmo que seja pela força, astúcia e armas - já, que, o tal “Deus”, incompetente, nunca conseguiu e nem conseguirá implantá-lo aqui na Terra.

               Finalmente, penso que muitos materialistas egoístas, egocêntricos, gananciosos, ignorantes e estúpidos não entenderam que esta Pátria, como as demais, inclusive a Espiritual (aonde se encontram os “mortos”), possuem nas suas organizações Espíritos do Bem, de Sabedoria e de Justiça, que, comandados pelo Senhor da Vida e não da morte agem, inspirando e dando coragem aos membros das nossas instituições, em especial aos da Imprensa, da Polícia e da Justiça, para que todos continuem firmes na honrosa missão: que é a de desbaratar e punir o que o digníssimo procurador geral da República, Antonio Fernando de Souza, taxou de “submundo do crime” (Jornal da Cidade de 24/8/2007, p. 1). (José Quaglio)

TEXTO 16

**EDUCAÇÃO INTEGRAL, INTEGRADA E PLENA**

Texto publicado no Jornal da Cidade - Bauru-SP - no dia 26/05/2000, p. 26.

                Dentre as infinitas demonstrações da Sabedoria Divina que vão desde o micro ao macrocosmo, a criação do ser humano imperfeito mas sujeito a educação através de um dinâmico processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual, moral, espiritual e social (art. 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1.990),  deve ser compreendido e alcançada por todos.

            Pelo fato de o ser humano ter cultivado e ensinado, quase que exclusivamente  como sobressair-se na vida material a qualquer preço, acabou por influenciar sobremaneira nesse processo educacional voltado ao intelectualismo e tecnicismo em detrimento aos nobres sentimentos e à moralidade, nobres, gerando com isso uma grande "massa" (independentemente de cor, raça, posição social...) de carentes desses valores . Permitam-me a franqueza: uma grande "massa"  mal educada. As conseqüências não poderiam ser outra: todo tipo de violência física, moral, mental... Como exemplo, a corrupção desenfreada praticada por gente com instrução  intelectual.

            A reversão desse processo educacional falho e incompleto ou a materialização da educação integral e plena não poderá prescindir, jamais, da utilização dos mais belos preceitos de justiça e sabedoria legados a humanidade no decorrer dos milênios, que, se juntados com certeza dariam uma vasta coleção. Dentre os mesmos, destacamos alguns que compõem a universalidade do conhecimento moral que se ensinados e colocados em prática garantirão o desabrochar dos mais belos sentimentos e virtudes capazes de gerar um processo educacional pleno e integral do ser humano e, consequentemente, paz, justiça e fraternidade. Vejamos.

            PRECEITOS DE JUSTIÇA: CONFÚCIO  (séc. VI à V a. C. - CHINA):  "O que não desejas para ti, não faças para os outros"; JUDEUS (Sec. IV a VI - Talmud - JERUSALÉM / BABILÔNIA): "não faças aos outros, o que não quereis que os outros te façam.";  JESUS CRISTO (PALESTINA): "fazei aos homens tudo o que gostaríeis que eles vos fizessem; pois esta é a lei e os profetas" - Mt. 7:12; Lc 6:31.

              PRECEITOS DE SABEDORIA: - KRISHNA - BRAGAVAD GITÃ (A MENSAGEM DO MESTRE - CAP. XVI, 2) mais de 1.000 anos a. C. - ÍNDIA: "...abstenção de más ações, veracidade, mansidão, renúncia, equanimidade, boa vontade, amor e compaixão para com todos os seres, ausência do desejo de matar, animo tranquilo, modéstia, discrição, firmeza."; - BUDA - (séc. VI a. C. - ÍNDIA) -  "nobre trilha octupla: compreensão correta, pensamento correto, palavra correta, ação correta, modo de vida correto, esforço  correto, atenção correta e concentração correta."; - LAO-TSE (séc VI a. C. - CHINA): "sapiente é quem se conhece a si mesmo."; - CONFÚCIO (séc VI a V a. C. - CHINA) "A virtude consiste em amar os homens. e a sabedoria, em compreendê-los. Mais virtudes que conhecimentos: és um rústico; mais conhecimento que virtudes: és um pedante; conhecimento e virtudes na mesma proporção, este é o homem de qualidade."; - SÓCRATES - (séc. V à IV a. C. - GRÉCIA): "Homem, conhece-te a ti mesmo."; - JESUS CRISTO:  "O reino de Deus está dentro de vós." (Lc. XVII, 20-21); "Amarás ao senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu espírito... amarás teu próximo como a ti mesmo. Toda a lei e os profetas estão contidos nestes dois mandamentos." (Mt. 22:34 a 40)."Amai-vos uns aos outros."

            Já a educação integrada pode ser realizada com a utilização, por qualquer professor ou educador,  de textos, músicas, técnicas, recursos... que desenvolvam os bons sentimentos e, como se vêm fazendo, com a participação  da sociedade por meio de projetos, tais como: "A OAB VAI À ESCOLA", "EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO - DETRAN"; "AMIGOS DA ESCOLA", "GESTÃO ESCOLAR" - FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO/UNESCO, "PROERD" (Programa Educacional de Resistência às Drogas) - Polícia Militar do Estado de São Paulo...

            Dedico esta missiva a todos os educadores, em especial ao Senhor Ministro da Educação Paulo Renato Souza  pela grande e nobre atuação frente ao Ministério da Educação, em particular pela bela exposição de motivos ao projeto de Lei nº 3.043/97 de sua autoria, que resultou na importante Lei nº 9.475/97, que instituiu a modalidade de Ensino Religioso Ecumênico na educação.***JOSÉ QUAGLIO-OAB-SP.  71.930***

TEXTO 17

**RESPOSTA AO BISPO EDIR MACEDO (11/2007)**

***Nota do autor: no dia 1o. de novembro de 2007 fui à cidade de Campinas-SP, a trabalho, e, ao chegar em um estacionamento que fica em frente ao Tribunal Regional do Trabalho constatei que não havia expediente naquele dia. Achei engraçado, pois inobstante saber de tal fato, anteriormente, o certo foi que naquele dia fui acometido por um grande lapso o que fez eu viajar em vão. No entanto, de maneira bem descontraída e resignada eu disse ao porteiro daquele estabelecimento que achava que havia algum motivo especial para a minha estada lá. E foi assim que na volta  sintonizei o rádio do meu carro na Rádio Aleluia da Igreja Universal e o resto se encontra no texto abaixo.***

               No dia 1o deste mês de novembro, por volta de 13h30, quando eu passava pela Rodovia Anhanguera, perto de Sumaré-SP, sintonizei o rádio do meu carro na Rádio Aleluia, da Igreja Universal, que transmitia uma campanha de arrecadação de recursos financeiros a fim de se dar continuidade à programação da emissora voltada àqueles que sofrem. O Bispo Edir Macedo liderou o chamamento. Depois de fazer inúmeras considerações sobre a necessidade de se honrar a Deus através de ofertas e dízimo, como uma das condições para que o Senhor honrasse ao fiel, provocou e desafiou os católicos, evangélicos e espíritas nos seguintes termos: o que a religião católica tem feito por você? Nada! O que a Religião Evangélica tem feito por você? Nada! O que a Religião Espírita tem feito por você? Nada!. Reiterou, em seguida: o que o Espiritismo tem feito por você? Nada!

               Não concordo com tais afirmações. Isto porque, em que pese o nosso país contar com muitas pessoas carentes, tem primado pela consolidação da liberdade aliada à busca incansável da convivência respeitosa e responsável entre os diferentes. Para tanto, se torna indispensável o cultivo do mais profundo respeito à diversidade como fator preventivo ao combate à violência, inclusive o ódio e a discriminação. Afinal, os noticiários e a História comprovam os horrores oriundos de ideologias centradas no radicalismo, envolvendo a eugenia e a religião.

               Ademais, é razoável indagar: como pode alguém que vive basicamente de Religião ignorar a revolução evangélica a partir dos protestos de Martinho Lutero que impulsionou a escolarização, a popularização da Bíblia e a expansão da fé cristã aos humildes? E como fica a bem sucedida revolução social cristã da Igreja Católica? E a revolução do pensamento científico, filosófico e religioso pelo Espiritismo? O que pode causar tamanha dificuldade a um homem tão inteligente?

               Antecipadamente, sou cristão sincero e sei muito bem da importantíssima missão dos operosos e revolucionários trabalhadores da Igreja Universal do Reino de Deus e da grande responsabilidade que está nos ombros do Bispo Macedo (Revista Veja, Edição 2029, de 10 de outubro de 2007). Por isso é que me sinto à vontade para descartar má-fé de minha parte e também do Bispo Edir que merece muito carinho, apreço e muito respeito. Entretanto, a minha resposta está pautada na mesma liberdade de expressão que ampara o querido religioso-empresário, permitindo-me extrair do episódio algumas deduções explicativas, tais como: falta de conhecimento mais profundo e adequado acerca das questões ligadas às três denominações religiosas e fascinação. Esta se refere a processo em que espírito maligno “consegue inspirar-lhe uma confiança cega, impedindo de ver a mistificação e de compreender o absurdo do que escreve, mesmo quando este salta aos olhos de todos” (KARDEC, Allan, Lake Editora, p. 275, tradução de J. Herculano Pires).

               Adianto, pois, na qualidade de “pecador” como qualquer outro ser humano (MACEDO, Edir, Doutrinas da Igreja Universal do Reino de Deus, 1a Edição, p. 73, 1998), que a vítima desse tipo de processo obsessivo somente consegue a libertação se admitir as próprias falhas e se esforçar por corrigi-las pela renovação, jogando os pensamentos ruins na “lixeira” (RECORD NEWS, Programa Coisas de Mulher, 10/11/07, 16h40).

                Entretanto, é bom não olvidar que no caso específico da fascinação esta deixa na vítima, com forte predisposição, para tanto, uma sensação de poder ilimitado, fazendo com que o influenciado fique completamente embevecido e portador de coragem ilimitada, a tal ponto que passa, mesmo que involuntariamente, a gostar desse “doce” enlevo vibratório; mas, muito cuidado: se a vítima teimar e recepcionar idéias de vingança, por exemplo, registro desde já que estará tornando o terreno ainda mais fértil para a atuação dos gênios “mafiosos da espiritualidade” que vivem ocultos e querem ver o “circo pegar fogo”.

               Finalmente deixo aqui registradas as sérias advertências feitas pelos Nobres Espíritos que nos legaram o Espiritismo (obra citada, p. 275): “Dissemos que as consequências da fascinação são muito mais graves. Com efeito, graças a essa ilusão que lhe é conseqüente o Espírito dirige a sua vítima como se faz a um cego, podendo levá-lo a aceitar as doutrinas mais absurdas e as teorias mais falsas como sendo as únicas expressões da verdade. Além disso, pode arrastá-lo a ações ridículas, comprometedoras e até mesmo bastante perigosas”; e agrega uma significativa nota do conceituado tradutor, J. Herculano Pires: “A fascinação é mais comum do que se pensa. No meio espírita ela se manifesta de maneira ardilosa através de uma avalanche de livros comprometedores, tanto psicografados como sugeridos a escritores vaidosos...”

JOSÉ QUAGLIO (Técnico Agrícola, Eletrotécnico, Advogado, Teólogo, Pedagogo e Licenciado em Filosofia).

TEXTO 18

## **OS FRUTOS DO SECTARISMO RELIGIOSO**

**‘’DISCÍPULO DO PADRE QUEVEDO DESMISTIFICA ‘SOBRENATURAIS’’**

**(maio/2002)**

       Acerca do título acima, o Padre Juarez Silva Farias, não tão somente se propôs a proferir conferência, aos católicos, aqui em Bauru-SP, “conferir de perto as imagens que choravam sangue em Platina e Marília e a santa que chora sal e mel, em Mirassol”,  como também, em entrevista ao jornalista Ricardo Polettini publicada no dia 17/05/2002, p. 9 – Jornal da Cidade -, fez algumas afirmações controvertidas, generalizadas e, por estarem sem as devidas comprovações, precisam ser refutadas. Como exemplo podemos citar as afirmações que fez acerca dos efeitos nas imagens que choram enquadrando-os todos como sendo autênticos efeitos parapsicológicos: “Tudo isso segue um mecanismo psicológico. Diante do sofrimento da pessoa, ele acha que a santa vai chorar. O sangue sai do corpo dela, ultrapassa a pele numa velocidade igual à da luz e materializa na imagem. Se examinarmos, veremos que é sangue humano”. Acerca da tese, que ainda irá apresentar na Faculdade Católica, de Teologia, Nossa Senhora da Assunção asseverou: “Vou mostrar que os fenômenos são sempre espontâneos e incontroláveis. Ninguém faz fenômeno com hora marcada porque ninguém domina a paranormalidade” Como se não bastassem, se posicionou contra a mediunidade que diz ser concebida, pelos espíritas, como sendo um “dom” e, por conseguinte, criticou impiedosamente: “Ninguém desencadeia a paranormalidade simplesmente porque é especial. Nunca se deve aflorar esse fenômeno. Em todos os centros espíritas fala-se que as pessoas devem desenvolver essa paranormalidade. Isso é um convite à loucura. Mexer com o inconsciente, uma parte que você não consegue dominar, acaba gerando transtornos psicofísicos diversos”.

         Com o devido respeito, ao afirmar que “O sangue sai do corpo dela, ultrapassa a pele numa velocidade igual à da luz e materializa na imagem” leva qualquer pessoa com um pouco de bom senso a querer saber onde, quando, como, com que aparelho o jovem padre de 35 anos, conseguiu tamanho domínio de conhecimentos. Será que o padre, além da Teologia possui mesmo tanto domínio da Física e da Química que o credenciam, a tanta convicção e precisão, para saber e dimensionar as leis de fenômenos tão complexos envolvendo dois mundos ou duas dimensões? Sobre a tese que irá apresentar na Faculdade de Teologia, por mais renome que a mesma tenha não deixa de ser confessional; e, lá, certamente, os seus correligionários evitarão fazer, ao padre Juarez, todas as exigências feitas pelos homens de ciência, notadamente pelos céticos...Sobre os posicionamentos atribuídos aos espíritas acerca da mediunidade como sendo um “dom” e que todos os centros forçam o desenvolvimento da paranormalidade, data vênia, além de mostrar o mais completo desconhecimento do Espiritismo – que não coloca a mediunidade simplesmente como dom  (por ser inerente a todo ser humano) -; também, os espíritas, em geral, que seguem a metodologia traçada pelos Espíritos Superiores e organizadas por intermédio de Allan Kardec em o Livro dos Médiuns, não agem da forma grosseira e irresponsável como diz o padre e muito menos dão causa a loucura. (Vide Cap. XVIII de o Livro dos Médiuns que trata dos “Inconvenientes e perigos da Mediunidade”).

         Enfim, penso que qualquer pessoa, por mais bem intencionada que esteja e que se intitule pesquisador de fenômenos ditos “paranormais” passa, em virtude da sua postura, a ser julgador. Dessa forma, não poderá se mostrar munido de idéias preconceituosas e irreais acerca de postulados de uma das mais completas e belas Doutrinas que já apareceu na face deste Planeta de provas, expiações e regenerações, sob pena de ser considerado, além de sectarista fanático, inapto e parcial e, conseqüentemente, em breve estará no mais completo descrédito até mesmo entre os seus pares.

JOSÉ QUAGLIO - OAB 71930

TEXTO 19

## **ENSINO RELIGIOSO NO STF: PLURAL OU CONFESSIONAL?**

                        B. 20/06/2015.

*Prezado Jabbour!*

*Grato pelo carinho e apreço o que me fez caprichar ainda mais no texto abaixo.*

*Grato e abraço.*

*José Quaglio - R. G. 8.390.044 - e-mail: jquaglio@ibest.com.br*

**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: ENSINO RELIGIOSO PLURAL OU CONFESSIONAL?**

**(publicado dia 06/7/2015, p. 2 do Jornal da Cidade -**[**http://www.jcnet.com.br**](http://www.jcnet.com.br/)**)**

A questão controvertida - ensino religioso nas escolas públicas a ser julgada pelo STF brevemente - decorreu do acordo entre a Santa Sé e a República Federativa do Brasil, consoante o par. 1o. do art. 11 do Decreto n. 7.107, de 1/2/2010: "O ensino religioso, católico e de outras confissões religiosas, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, em conformidade com a Constituição e as outras leis vigentes, sem qualquer forma de discriminação"; e, em tal acordo, a Santa Sé prometeu cooperar para uma sociedade mais justa, pacífica e fraterna.

            Entretanto, a Procuradoria Geral da República entendeu que o texto privilegia o ensino específico católico e como tal contraria os termos da nossa legislação que assegura uma espécie de laicidade especial, qual seja, a de não privilegiar qualquer crença religiosa (vedação ao proselitismo), mas assegurar a participação de todas através de oitiva na formação dos conteúdos programáticos a serem ministrados pelos professores de ensino religioso a alunos do ensino fundamental.

            Portanto, razão deve assistir à PGR posto que na dúvida interpretativa o melhor caminho é levar a controvérsia à Justiça, no caso o STF, evitando-se que as pessoas e, acima de tudo, as organizações muitas vezes voltadas ao ensino religioso sectarista, possam se aproveitar de lacuna legal para interpretarem a norma segundo os seus próprios interesses.

            E foi pensando assim que nos dias 1/5/2012 e 17/6/2015 enviei a cada um dos ministros do STF um parecer meu (a íntegra, texto n. 3, se encontra inserido no meu site - www.josequaglio.com) abordando a questão do qual extraio alguns aspectos legais, que, creio, podem ajudar na compreensão mais ampla da controvérsia instaurada. Vejamos.

            O artigo 33 da LDB consagrou como sendo indispensável, quando da formação dos conteúdos para o ensino religioso, a vedação ao proselitismo, o respeito à diversidade cultural do Brasil e a oitiva da sociedade civil constituída das diferentes denominações religiosas. Enfim, consagrou-se, para tanto, o princípio da ampla publicidade para que não haja exclusão e muito menos discriminação nesse amplo e transparente chamamento exigido pelo texto legal,  rumo à inclusão e à universalização do ensino obrigatório (art. 211 da C.F).

            Como se não bastasse, a Constituição Federal a ser interpretada pelos Ministros do STF prevê como dever do Estado o pleno desenvolvimento da pessoa (artigo 205) e consagrou no seu artigo 206 a “...liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, divulgar...” (inciso II), o “pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas...” (inciso III) e a universalização do ensino obrigatório (art. 211), inviabilizando por completo a recepção de ensino religioso confessional, proselitista ou sectarista na escola pública.

            Conclusão: segundo o meu entendimento os ministros do STF (guardiões da CF) deverão consolidar o respeito à nossa CF, e, ao mesmo tempo à nossa complexa e inigualável pluralidade cultural nos mais variados aspectos: social, racial, religiosa, econômica.. e, assim,. assegurar a todos os participantes (independente de ser católico ou de outra denominação) a mais absoluta  igualdade de participação quando da formação dos conteúdos programáticos ao ensino religioso a ser construído por consenso entre todos os participantes (respeito ao princípio da isonomia), sob pena de discriminação e desrespeito à propalada cooperação, justiça e paz social.

**José Quaglio.**O autor é *Técnico Agrícola, Advogado com Pós-Graduação em Direito das Relações Sociais, Pedagogo, Licenciado em Filosofia e Pós-Graduado em Educação Religiosa Escolar e Teologia Comparada*).

TEXTO 20

**A PRAÇA JORGE TAMIÃO PEDE SOCORRO**

                               (publicado no Jornal de Cidade de Bauru em data de 23/2/2020, p. 29)

               Semana passada fui a uma pastelaria perto da minha casa e conversando com o amigo Leco, que, com a gentileza que lhe é peculiar em especial no fino trato aos clientes daquele estabelecimento, relembramos alguns acontecimentos dentre os quais os cuidados (colocação de água, coroamento, combate à formigas, capinação...) que eu e minha família fizemos em decorrência do plantio de aproximadamente 150 mudas plantadas pela Secretaria do Meio Ambiente, no final do ano de 2002 na Praça Jorge Tamião localizada no quarteirão 16 da Rua Felicíssimo Antônio Pereira, Vila São Francisco; e, que, graças à essa atuação inclusive de algumas crianças que recebiam aulas de moral cristã na minha casa é que muitas árvores puderam se desenvolver e atualmente estão frondosas.

               É lógico que em um bate papo rápido não pude contar ao amigo que nos governos anteriores – refiro-me às gestões dos prefeitos Tidei de Lima (93/97), Izzo Filho (97/98 e 98/99) respectivamente – já tinham cada qual através dos seus respectivos secretários do meio ambiente, executados os plantios de pelo menos 300 mudas, isto é, mais ou menos 150 mudas em cada gestão.

               Entretanto, morreram todas em virtude de as mesmas não terem recebido tratos culturais. E, por ironia do destino o último secretário do meio ambiente e que propagou ter plantado cerca de dez mil árvores aqui em Bauru para comemorar o dia internacional do meio ambiente era exatamente o atual prefeito Gazzeta.

               Também não contei ao querido amigo que em virtude de todo esses desmandos foi que procurei no final do ano de 2002, o então secretário do meio ambiente nomeado pelo Prefeito Nilson Costa (1998 e 99/2003) – refiro-me com o mais profundo respeito e admiração a um dos, senão o maior, exemplo de cidadania bauruense – refiro-me ao querido Luiz Pires que foi Diretor do nosso primoroso Zoológico – e foi quem determinou que se  providenciasse o plantio das mudas e a colocação de torneira porquanto naquela época resolvi assumir no dia 06 de novembro de 2002 o compromisso junto à Secretaria do Meio Ambiente denominado “Termo de Convênio”.

               Para concluir: a praça está com um matagal assustador atingindo a brachiária, em certos locais, até um metro de altura, sufocando a grama mato grosso; os passeios, os equipamentos da academia ao ar livre e a pista de skate estão precisando de reparos e manutenção; e há uma árvore frondosa que secou e precisa urgentemente ser cortada.

               Como estratégia, sugiro a todos mas em especial às associações de moradores, aos nobres vereadores, que, fiquem atentos e fiscalizem as inúmeras praças públicas e cobrem do poder público todas as melhorias, porquanto são locais importantíssimos ao lazer e ao bem estar da população.

JOSÉ QUAGLIO – www.josequaglio.com

MONOGRAFIA DO AUTOR

**ESCOLA SUPERIOR ABERTA DO BRASIL – ESAB**

**CURSO DE *LATO SENSU* EM EDUCAÇÃO RELIGIOSA ESCOLAR E TEOLOGIA COMPARADA**

**JOSÉ QUAGLIO**

**TRADIÇÃO CRISTÃ E ESPIRITISMO: UMA ANÁLISE SOBRE A EDUCAÇÃO RELIGIOSA CRISTÃ E A APRENDIZAGEM PLURAL**

**VILA VELHA – ES**

**2010**

**JOSÉ QUAGLIO**

**TRADIÇÃO CRISTÃ E ESPIRITISMO: UMA ANÁLISE SOBRE A EDUCAÇÃO RELIGIOSA CRISTÃ E A APRENDIZAGEM PLURAL**

Monografia apresentada à ESAB – Escola Superior Aberta do Brasil, sob orientação do Prof.: Ms. Aloísio Silva.

**VILA VELHA – ES**

**2010**

**JOSÉ QUAGLIO**

**TRADIÇÃO CRISTÃ E ESPIRITISMO: UMA ANÁLISE SOBRE A EDUCAÇÃO RELIGIOSA CRISTÃ E A APRENDIZAGEM PLURAL**

                                                                          A provada em ....de........................de 2010

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Aloísio Carlos da Silva

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Beatriz Christo Gobbi

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Maria Ionara Gonçalves

**VILA VELHA – ES**

**2010**

AGRADECIMENTOS à ESAB e aos professores deste importante Curso de Pós-Graduação pela sagrada oportunidade de desenvolvimento conferida a este aluno.

**RESUMO**

A análise sobre a educação religiosa cristã e a aprendizagem plural demandou primeiramente a pesquisa bibliográfica para se saber como a Bíblia, a Igreja Católica e o Espiritismo concebem a Cristandade. Compreendida essa formação foi possível estabelecer o quadro comparativo para facilitar a visualização dos fundamentos básicos à luz da Tradição Cristã e do Espiritismo e, em seguida, ser elaborado o quadro comparativo mostrando os aspectos controvertidos, básicos, no que concernem aos entendimentos sobre Deus, Jesus, vinda do Cristo, Consolador Prometido por Jesus, céu, inferno, purgatório e alguns preceitos filosóficos e de fé. Feito isto as pesquisas e as respectivas análises se deram sobre as obras que retrataram a educação religiosa, em especial a cristã, inclusive pelos aspectos, conceitual e histórico. Foi possível constatar a prevalência de um processo educativo que persiste na formação do indivíduo basicamente pelo prisma estrito, isto é, a partir do que ensina cada uma das doutrinas. Mas, em virtude da diversidade cultural envolvendo a pluralidade de raça, crença, nacionalidade, condição econômica, social, política e filosófica, a legislação atual procurou adequar o ensino religioso de tal forma que fosse possível contemplar toda essa argamassa cultural, vedando o proselitismo ao ensino religioso, notadamente na escola pública.  A partir desse contexto foi possível constatar que as pessoas em geral, mas em especial os docentes, não estão conseguindo sequer ensinar os preceitos da sua crença ou doutrina religiosa, o que também compromete a qualidade desse tipo de ensino e a respectiva aprendizagem dos alunos em plena formação. Chegou-se à conclusão que a causa desse despreparo se encontra na formação das pessoas, em especial para a docência, que não tem acesso à formação em sentido amplo no que concerne à formação religiosa do ser humano, envolvendo a aquisição de conhecimentos oriundos das várias crenças e filosofias religiosas. Consequentemente, a situação preocupa porque resta comprometida a compreensão do outro, da sua forma de pensar, de agir e, acima de tudo, dos conhecimentos de outra realidade religiosa, caminho fértil para a discriminação, o preconceito e a exclusão. A solução viável está na compreensão do papel da Ciência Educacional como capaz de formar cidadão com conhecimento amplo, crítico, reflexivo, respeitador e consciente da importância de se ensinar como se busca a Verdade, acima de tudo, sem praticar a tão indesejável discriminação quantitativa ou qualitativa. O caminho plausível deve estar, pois, no incremento do ensino religioso plural que possibilite, igualmente, a aprendizagem plural, objetivando a formação de cristãos com um novo perfil tal como sugerido no capítulo IV deste trabalho.

**SUMÁRIO**

**1. INTRODUÇÃO......................................................................................6**

**2       A FORMAÇÃO DA CRISTANDADE.............................................11**

2.1    CONSIDERAÇÕES GERAIS.........................................................11

2.2    A CRISTANDADE SEGUNDO A BÍBLIA......................................12

2.3    A CRISTANDADE SEGUNDO A IGREJA CATÓLICA, APOSTÓLICA, ROMANA.......................................................................24

2.4    A CRISTANDADE SEGUNDO O ESPIRITISMO........................31

**3       ASPECTOS CONTROVERTIDOS ENTRE A TRADIÇÃO CRISTÃ E O ESPIRITISMO.................................................................................**.39

**4       A EDUCAÇÃO RELIGIOSA CRISTÃ À LUZ DA TRADIÇÃO CRISTÃ E DO ESPIRITISMO.................................................................47**

**4.1    CONSIDERAÇÕES GERAIS.........................................................47**

**4.2    A EDUCAÇÃO RELIGIOSA: CONCEITO E HISTÓRICO.............49**

**4.3    A EDUCAÇÃO RELIGIOSA CRISTÃ SEGUNDO OS FUNDAMENTOS DA TRADIÇÃO CRISTÃ...........................................53**

**4.4    A EDUCAÇÃO RELIGIOSA CRISTÃ SEGUNDO OS FUNDAMENTOS DO ESPIRITISMO.....................................................56**

**5       A EDUCAÇÃO RELIGIOSA CRISTÃ NA PERSPECTIVA DE UMA APRENDIZAGEM PLURAL, ENVOLVENDO OS FUNDAMENTOS DA TRADIÇÃO CRISTÃ E DO ESPIRITISMO............................................59**

**6       A EDUCAÇÃO RELIGIOSA CRISTÃ NUMA PERSPECTIVA ESTRITA E SUAS CONSEQÜÊNCIAS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM À LUZ DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA........61**

**7       CONSIDERAÕES FINAIS.............................................................67**

**8       REFERÊNCIAS ............................................................................73**

1. **1.           INTRODUÇÃO**

**Palavras-chave:** Tradição Cristã – Espiritismo – educação religiosa cristã – aprendizagem plural – teologia

 Com a instituição do caráter plural e sem proselitismo ao componente curricular Ensino Religioso, objetivando acima de tudo a valorização da enorme argamassa cultural do nosso país, sustentada, preponderantemente, pela diversidade filosófica, política, racial, religiosa, social, econômica, em plena formação, a direção indicada em especial aos que militam nas esferas educacional, religiosa e política deve ser a da valorização e observância dos princípios e garantias individuais e coletivas insculpidas na Constituição Federal do Brasil em especial no artigo 5º, *caput,*e seus incisos VIII e XLI.

 Pelo prisma da Educação como Ciência é de suma importância, quando da elaboração, desenvolvimento e execução dos conteúdos de todo e qualquer curso de formação, inclusive para a docência envolvendo o Ensino Religioso de caráter não confessional voltado à escola pública, se atentar para as inúmeras vertentes caracterizadoras dessa vasta formação cultural, sem exceção alguma. Portanto, na qualidade de aluno interessado na compreensão, respeito e  valorização dessa pluralidade sempre quis desenvolver mais e melhor a própria competência à luz dos nobres parâmetros legais acima citados.

 Daí, que, ao ampliá-la através deste importante Curso de Pós-Graduação denominado de *Lato Sensu*em Educação Religiosa Escolar e Teologia Comparada se deparou, de forma oportuna e com muita propriedade, com significativas controvérsias dentre as quais a que consta da página 64 do Módulo de Teologia e Axiologia Cristã: Contribuição à Educação, envolvendo o caráter cristão do Espiritismo e se o mesmo poderia ser partícipe ou não da identidade cristã.

 Ora, isso exigiu o iniciar de buscas, reflexões e, acima de tudo, a necessidade de maior aprofundamento em tais questões, ou seja, se vislumbrou que através da monografia, na qualidade de trabalho científico, se poderia propor a busca dos resultados de forma organizada e metódica. E assim foram articulados os questionamentos no plano da monografia nos seguintes termos: sob o ponto de vista da Teologia Tradicional Cristã, o Espiritismo não pode ser partícipe da identidade cristã.

 Quais as razões? Como praticar uma educação ampla, inclusiva e não discriminadora? E as conseqüências de tais impedimentos na aprendizagem à luz da democracia participativa e inclusiva dos nossos dias? Para tais desideratos foi preciso estabelecer como objetivo geral a análise das relações e se propor a fazer a extração das conseqüências no processo de ensino e aprendizagem entre os fundamentos caracterizadores das identidades cristãs dissonantes.

Não se prescindiu, obviamente, da fixação dos objetivos específicos assim articulados: **Comparar em que bases foram estruturadas as identidades das duas cristandades: da Tradição Cristã e do Espiritismo. Apontar as principais conseqüências da divergência quanto ao processo de ensino e aprendizagem, em sentido estrito. Construir um quadro comparativo para facilitar o processo de ensino e aprendizagem plural, envolvendo as duas cristandades e Sugerir o perfil do cristão à luz da aprendizagem plural.**

**Tais metas exigiram a fixação da Metodologia adequada. Ademais, a pretensão foi a de se analisar não tão somente as relações, mas também se extrair as conseqüências oriundas do processo de ensino e aprendizagem entre os fundamentos caracterizadores das duas identidades cristãs, a saber, a Tradição Cristã e o Espiritismo. Entendeu-se que a pesquisa bibliográfica seria o instrumento eficaz para se buscar e se fornecer os subsídios necessários para a resolução do problema apresentado.**

**Aliás, a escolha desse tipo de pesquisa se deu em virtude de a mesma proporcionar o desenvolvimento do texto, partindo segundo Gil (2007, p. 64), de materiais que se encontram elaborados e que são constituídos principalmente de livros e artigos científicos, sendo explicitado por Markoni & Lakatos (1996, p. 66) que a pesquisa bibliográfica “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao termo de estudo”. Em tal sentido se propôs fazer pesquisas em livros, revistas, jornais, monografias, teses, dissertações, já publicados; legislação pertinente e outros que se fizessem necessários.**

**O trabalho se desenvolveu, pois, através das pesquisas bibliográficas e logo no primeiro capítulo restou delineada a formação da cristandade envolvendo os relatos bíblicos consubstanciados na encarnação do Jesus como parte de um amplo planejamento espiritual; a vida simples, mas produtiva, na qual Jesus curava, pregava, dava exemplo de bondade, ensinava e chamava a atenção para a vida espiritual por ser a mesma mais importante do que a vida material.**

**Mas, que, mesmo assim, não foi compreendido e os seus ensinamentos rejeitados de tal forma que foi perseguido, morto, e, em seguida ressuscitou e apareceu aos seus seguidores. Isto fez com que os mesmos ficassem imbuídos no propósito de fazerem a pregação dos ensinamentos do Mestre e, como foram rejeitados pelos judeus, passaram a constituir comunidades de cristãos. Com o passar do tempo foram se organizando e, com a conversão de Paulo, adentraram em Roma.**

**Em seguida, mesmo com os empecilhos da rejeição e intensas perseguições, em virtude da prática do paganismo e do culto ao imperador, na Roma dos primeiros séculos, os cristãos perseveraram na sua crença cristã, se organizaram, tiveram a adesão de pessoas importantes e isso fez com que se desse a união entre a Igreja e o Estado. Ante a diversidade de correntes de fé, envolvendo a natureza do Cristo, a Igreja tratou de estabelecer os seus dogmas. A partir dos mesmos passaram a se considerados como cismas e heresias aqueles que não obedeciam tais regras de fé.**

**Adveio em tal período às divisões da Igreja como, por exemplo, a do Ocidente separada da Igreja do Oriente. Surgem às perseguições e, com o recrudescimento dos abusos por parte da Igreja Romana, advém a Reforma Protestante com novas propostas, inclusive para a formação de igrejas independentes da Igreja Romana, com poderes para a tradução da Bíblia e proceder à formação de fiéis voltados para a leitura de textos bíblicos. Surge a partir daí a Contra-Reforma por parte da Igreja de Roma com grande influência interna e externa.**

**Por último, com o raiar das luzes do Iluminismo, em meado do século XIX, surgiu o Espiritismo como a grande heresia em virtude de o mesmo se fundar na existência e evolução dos espíritos (incluído o próprio Jesus como Espírito altamente evoluído), na reencarnação, na mediunidade... e, assim, contrariou complemente os dogmas de fé da Igreja; e mais: foi concebido como o Consolador Prometido por Jesus, confrontando com o dogma da Santíssima Trindade da Tradição Cristã que recepcionou o Espírito Santo na qualidade de O Consolador Prometido por Jesus.**

**Com a colocação dos postulados de ambas as doutrinas o segundo capítulo tratou de estabelecer as controvérsias existentes entre as duas cristandades através de um quadro comparativo e didático, para, em seguida, no terceiro capítulo, se tratar da articulação d**a educação religiosa cristã, envolvendo ambas as doutrinas, como um instrumento de desenvolvimento da capacidade dos seus seguidores. Na sequencia restou explicitado que se forem considerados os postulados de cada uma das doutrinas enfocadas, de forma isolada, no processo educativo, em sentido estrito, o resultado também seria uma aprendizagem compatível com a proposta.

Entretanto, se utilizados ambos os fundamentos de forma respeitosa e com base nos postulados das obras básicas, sem deturpação daquilo que ensina cada uma das vertentes, o processo de ensino e aprendizagem seria enriquecido pela educação ou aprendizagem plural de tal forma que seria capaz de, ao mesmo tempo, ser respeitada as exigências da democracia participativa e inclusiva dos nossos dias e, acima de tudo, dar uma visão bem mais ampla da vida, inclusive daquilo que é possível se esperar após a morte física.

Por último **tratou-se das conseqüências de se praticar uma educação estrita, em especial junto à escola pública; ou, se travestida de educação plural, seja capaz de praticar exclusões de forma silenciosa e com o aval de autoridades apegadas ao sectarismo e que, na maioria das vezes, são profundamente ignorantes do papel da Ciência Educacional num sistema em que se prima pela liberdade, inclusão e busca da Verdade acima de qualquer regra de fé.**

1. **2.           A FORMAÇÃO DA CRISTANDADE**

2.1.     CONSIDERAÇÕES GERAIS

  A Cristandade no que concerne à “[...] Qualidade do que é cristão”, segundo Ferreira (1982), nos conduz a pensar além do aspecto territorial que envolveu a ampla formação dos povos cristãos e dos seus legados de fé. Isto porque pelos estudos e reflexões, como possibilidades permitidas por Deus, vislumbrou-se um magistral planejamento espiritual envolvendo o Jesus Cristo, sua vinda a Terra num período de profundo atraso, em todos os sentidos; seus ensinamentos, sua morte, ressurreição, aparição e atuação pós-morte.

Isto porque a formação do povo judeu tal como descrita no Velho Testamento Bíblico é envolta em alianças com Deus consoante se verifica em Genesis (13; 14, 1; 15, 1-11) que, através dos seus profetas, anunciou à humanidade que viria o messias conforme Zacarias (9, 9-10), se chamaria Jesus, seria glorificado e conhecido por todas as nações.

A tudo isso somam-se as aparições e manifestações de Jesus após a sua morte, bem como e acima de tudo aos “frutos” gerados pelo mesmo que, apenas com as “armas” da elevação moral e espiritual, pregou o amor incondicional inclusive ao inimigo consoante Lucas (6, 33-36). E como se não bastasse colocou os “frutos”  que consistem nos seus ensinamentos, à disposição de todos sem se preocupar com crença, cor, nacionalidade, raça, posição social, política e econômica.

 2.2.       A CRISTANDADE SEGUNDO A BÍBLIA

 Os relatos bíblicos dão conta de que Jesus nasceu numa época em que o povo Judeu estava acostumado com as interferências e interações entre os dois planos: material e espiritual, com a falta de liberdade, com todo tipo de conflito e com o jugo que era imposto pelo Império Romano do qual queria, evidentemente, se libertar. Baseado em Josefo (2009, p. 26 e 677) é possível dar uma amostra de como se davam as tramas pelo poder naqueles tempos e como eram urdidas as tramóias junto ao Império Romano que as avalizavam segundo os seus interesses:

Herodes é declarado em Roma rei da Judéia por Antônio com o auxílio de Augusto. Ao sair do senado, Antonio e Augusto levaram Herodes em sua companhia e, seguidos pelos cônsules e senadores, foram ao Capitólio, onde ofereceram sacrifícios e colocaram como num sagrado depósito o decreto do senado”. “[...] Antonio em seguida ofereceu um lauto banquete ao novo príncipe, cujo reinado se iniciava na centésima octogésima quarta Olimpíada, no consulado de Caio Domício Calvino e Caio Asínio Polião.

[...] Herodes outorga o sumo sacerdócio a um homem sem mérito. Alexandra, sogra de Herodes e mãe de Aristóbulo, dirige-se a Cleópatra para obter esse cargo para o filho por meio de Antônio. Herodes descobre e concede o cargo a Aristóbulo. Finge reconciliar-se com Alexandra....  Herodes tira o cargo de sumo sacerdote de Ananel e o entrega a Aristóbulo. Manda prender Alexandra e Aristóbulo quando eles tentam procurar Cleópatra para se salvar. Finge reconciliar-se com eles. Manda afogar Aristóbulo e ordena-lhe magníficos funerais. Herodes é obrigado a justificar-se diante de Antônio pela morte de Aristóbulo e o conquista por meio de presentes. Antes de partir, ordena a José, seu cunhado, que mande matar Mariana, caso Antonio o condene à morte. José conta-o imprudentemente à princesa, e Herodes manda matá-lo por ciúme.

Diante desse contexto político, administrativo e religioso é que se deu a trajetória do Jesus e com a sua morte os seus discípulos passaram a fazer a reconstituição dos acontecimentos. Alguns se utilizando até de certo critério investigativo. Tal se justifica pela singular cautela do Evangelista Lucas ao prefaciar a sua obra – O Evangelho Segundo Lucas - chamando a atenção para o que muitos já estavam acostumados a narrar, ou seja, “[...] depois de acurada investigação de tudo desde sua origem, dar-te por escrito [...]” (LUCAS 1, 1-3).

Inobstante a cautela de Lucas, não se sabe o porquê os relatos dos demais evangelistas não contemplarem o que se deu com Jesus dos 12 aos 30 anos da sua vida. Salvo Lucas (2, 39-52) que mostra a passagem em que o menino crescia forte, em sabedoria, em graça perante Deus e os homens e, quando esteve entre os Doutores, no templo de Jerusalém, deu respostas que deixaram a todos que lá estavam, maravilhados, pela brilhante inteligência.

No entanto, é possível se verificar que mesmo diante do que falava a profetisa Ana a respeito do Jesus acerca do seu desenvolvimento em sabedoria, graça e participação junto aos doutores no templo, vê-se que João Batista (quando confundido pelo povo como sendo o próprio Cristo) não o indica como seu conhecido. Aliás, pelo que se vê apenas anuncia-o como um ser mais poderoso que ele:

Estando o povo na expectativa, e discorrendo todos no seu intimo a respeito de João, se não seria ele, porventura, o próprio Cristo; disse João a todos: Eu na verdade vos batizo com água, mas vem o que é mais poderoso do que eu do qual não sou digno de desatar-lhe as correias das sandálias; ele vos batizará com o Espírito Santo e com fogo. (LUCAS, 3,15-16).

Trata-se, pois, de um enigma capaz de dar margens àqueles que concebem um Jesus como um homem de alta envergadura, mas que, como os demais gênios terrenos, precisou se preparar e assim não dispensou os conhecimentos acumulados da cultura humana daqueles tempos (incluída na mesma a tradição judaica) para poder compreendê-la mais e melhor para poder se qualificar e construir a sua Doutrina muito mais aperfeiçoada em relação aos ensinamentos existentes.

Sem desprezar os demais evangelistas tão somente porque não tiveram o cuidado de registrar que fizeram pesquisas tal como Lucas, o certo é que todos deixaram tal lacuna (acerca da vida de Jesus dos 12 aos 30 anos) como uma espécie de confluência de entendimentos entre eles, ou, decorrente de forças superiores da Espiritualidade maior que assim o quis.

Segundo Lucas (3, 21-22) Jesus passou por um processo de iniciação espiritual quando “[...] o Espírito Santo desceu sobre ele em forma corpórea como pomba; e ouviu-se uma voz do céu: Tu és o meu Filho amado, em ti me comprazo.”. Em seguida mostra que Jesus foi guiado para o deserto e como estava cheio do Espírito Santo resistiu às investidas do “diabo” num processo de tentação, objetivando o desvio da sua missão numa espécie de tentativa de se trocar bens materiais e poder por bens espirituais, de tal forma que as forças do mal estariam a apontar que sobre a terra ninguém estava livre das suas investidas.

Vê-se, pois, que somente a partir desse episódio é que o povo dá conta de um Jesus que volta à Galiléia, fica conhecido nas circunvizinhanças e a partir daí dá início à sua missão. Mas, no caso, ao se assumir como o messias prometido, quando estava a pregar na cidade de Nazaré, aonde fora criado, mesmo expressando sabedoria e conhecimentos as pessoas de Nazaré não o aceitaram. Tal episódio chama a atenção no sentido de que nem todos estavam prontos para compreenderem a missão de Jesus e muito menos para receberem os benefícios celestes em virtude de quererem tirar a vida do Jesus (LUCAS, 4, 16-30).

Observa-se que a partir de tal acontecimento Jesus passa a fazer inúmeras curas, tais como: a do endemoninhado em Cafarnaum, segundo Marcos (1, 21-28); idem Lucas (4, 31-37); a cura da sogra do Pedro; a cura do leproso; a cura de um paralítico em Cafarnaum e contrariou os costumes da época se dizendo senhor do sábado consoante Lucas (4, 31- 41;  5, 12-26; 6, 1-5).

Deu início à escolha dos seus discípulos, convocando primeiramente um publicano chamado Levi para, em seguida, depois de ter orado, escolher 12 dentre os que estavam reunidos com ele (LUCAS, 12 a 16; MATEUS, 10, 1-4; MARCOS, 3, 13-19). Peregrinando e num processo de interatividade com todas as camadas sociais e econômicas, é possível se saber como Jesus era sustentado:

Aconteceu depois disto que andava Jesus de cidade em cidade e de aldeia em aldeia, pregando e anunciando o evangelho do reino de Deus, e os doze iam com ele, e também algumas mulheres que haviam sido curadas de espíritos malignos e de enfermidades: Maria, chamada Madalena, da qual saíram sete demônios; e Joana, mulher de Cuza, procurador d Herodes, Suzana e muitas outras, as quais lhe prestavam assistência com os seus bens.” (LUCAS, 8, 1-3).

O poder de síntese de Jesus fica bem claro quando estabeleceu o parâmetro de Justiça de caráter moral, universal e mandamental a ser seguido pelos homens que querem se elevar, quando proclamou: “Tudo quanto, pois, quereis que os homens vos façam, assim fazei-o vós também a êles; porque esta é a lei, e os profetas” (MATEUS, 7, 12). Jesus chama a atenção para o amor incondicional ao próximo, sem exceção alguma, quando diz:

Se amais os que vos amam, qual é a vossa recompensa? Porque até os pecadores amam aos que os amam. Se fizerdes o bem aos que vos fazem o bem, quão é a vossa recompensa? Até os pecadores fazem isso.           E se emprestais àqueles de quem esperais receber, qual é a vossa recompensa? Também os pecadores emprestam aos pecadores, para receberem outro tanto. Amai, porém, os vossos inimigos, fazei o bem e emprestai, sem esperar nenhuma paga; será grande o vosso galardão, e sereis filhos do Altíssimo. Pois ele é benigno até para com os ingratos e maus. Sêde misericordiosos, como também é misericordioso o vosso Pai. (LUCAS, 6, 33-36).

No entanto, Jesus estabelece o parâmetro e o princípio da reciprocidade que demarcam bem uma justiça implacável para aqueles que abusam do Juízo e o torna temerário a tal ponto de a ação praticada na vida material ser correspondida por uma reação, no mínimo, na vida futura; ou, dependendo daquilo que se fizer nesta vida receberá, sem dúvida, uma contrapartida de natureza espiritual a qualquer momento:

Não julgueis, e não sereis julgados; não condeneis, e não sereis condenados; perdoai, e sereis perdoados; dai, e dar-se-vos-á; boa medida, recalcada, sacudida, transbordante, generosamente vos darão; porque com a medida com que tiveres medido vos medirão também. (LUCAS, 6, 37-38).

Os textos bíblicos mostram um povo que na sua maioria vivia na simplicidade e não tinha conhecimento acerca da verdadeira natureza do Jesus, pois o confundiam com outros anunciados pela Lei Mosaica. Confundiam-no com João Batista que havia sido decapitado por ordem de Herodes, mas que poderia ter sido ressuscitado dentre os mortos; ou com Elias que poderia ter voltado novamente; outros, ainda, como sendo algum dos profetas que poderia ter ressurgido (LUCAS, 9, 7-9).

Diante desse contexto, percorrendo os lugarejos pequenos, geralmente aldeias e com poucas pessoas, a postura de Jesus chamava a atenção inclusive das autoridades e particularmente de Herodes. Jesus concitava os seus discípulos para uma vida simples, de renúncia, de esperança e de convicção para uma vida plena após a morte; e que esta não era o fim. Poucos dias depois, na presença de Pedro, João e Tiago, Jesus se transfigurou, aparecendo junto a eles Moisés e Elias que já tinham morrido há muito tempo.

Na sequência responde à indagação dos seguidores que queriam saber qual deles seria o maior no reino dos céus e ele, sabedor do que se passava no íntimo de cada um e do alcance daquelas palavras, tomou uma criança para simbolizar o grau de pureza como parâmetro de autoridade na vida vindoura, perante ele, Jesus, e Daquele que o havia enviado, frisando: “[...] porque aquele que entre vós for o menor de todos esse é que é grande” (LUCAS 9, 46-48).

Aproveitou o ensejo para ensinar a tolerância e a caridade para com os diferentes quando João se mostrou preocupado e queria saber se impedia ou não certo homem, que, mesmo não fazendo parte do grupo de discípulos do Mestre, agia por conta própria e expelia demônios em nome de Jesus; no entanto, Jesus lhe respondeu: “Não proibais; pois quem não é contra vós outros, é por vós.” (LUCAS, 9, 49-50).

Ante a profunda consciência de Jesus acerca dos acontecimentos é razoável verificar que tal se estendia também aos aspectos de natureza social, econômico, político, filosófico, moral e espiritual das pessoas, das instituições e dos povos, principalmente acerca dos judeus e dos romanos; aliás, estes, inclusive, na qualidade de detentores do poder político de então e sobre os quais recairiam as responsabilidades pelo Cristianismo que estava nascendo no seio do judaísmo. (MATEUS,  24, 1-2; MARCOS, 13, 1-2; LUCAS, 20, 5-6).

Daí ser possível verificar até com certa facilidade a preocupação de Jesus para com a prática das pessoas, isto é, para que elas não repetissem a postura de zombaria, hipocrisia, exterioridade... dos fariseus tal como se encontra em Lucas (16, 14-17) e muito menos a dos escribas que gostavam de pompas, formalismos, rituais, retóricas, reverências.... severamente advertidas pelo Cristo consoante (MARCOS, 12, 38-40).

Diante das possibilidades de entendimento do povo de então e de alerta para os futuros cristãos, Jesus adiantou que a materialização dos seus ensinamentos poderia ser concebida, por comparação, com aquela pessoa que quer construir a sua casa e ao fazê-la poderá sustentá-la de duas formas: permanente ou por breve tempo. A primeira, sobre a rocha, de tal forma que os ventos e as tempestades não possam destruí-la; a segunda, sobre a areia, passível de destruição pelos ventos e tempestades. (MATEUS, 7, 24-27; LUCAS, 6, 46-49).

Ante esse contexto de pregar a renovação moral através dos seus ensinamentos, envolvendo uma nova postura que devia levar com conta o perdão às ofensas, a reconciliação com o adversário, o amor incondicional até mesmo ao inimigo, a fé, a esperança e, acima de tudo, a caridade, o que se verifica é que Jesus se preocupou com um código moral de cunho universal e duradouro;

 Mas, ante a impossibilidade de fazer revelações mais profundas, envolvendo todas as coisas entre o céu e a terra, relegou tal tarefa ao Consolador Prometido tal como consta de João (14, 25-26): “Isto vos tenho dito, estando ainda convosco; mas o Consolador, o Espírito Santo, a quem o Pai enviará em meu nome, êsse vos ensinará todas as cousas e vos fará lembrar de tudo o que tenho dito.”

Ante a acentuada ignorância do povo para com a vultosa missão de Jesus, é razoável o entendimento de que os judeus achassem que o melhor caminho para por fim àquele que se intitulou de o Salvador Prometido, seria concebê-lo como impostor capaz de perturbar a ordem e, a ele, se aplicasse a pena vigente: a morte.

Afinal, para eles Jesus já estava incomodando demais principalmente àqueles que estavam no poder e o mantinham sob a forma da mais absoluta fidelidade aos princípios, costumes e tradições bastante corrompidas. Assim, nada mais razoável sob o ponto de vista de então do que tramar a morte do Jesus. Para tanto, nada melhor do que levá-lo a julgamento, mediante o apoio popular e proceder à crucificação. (MATEUS, 27, 1, 2,11-26; MARCOS, 15, 1-15; JOÃO, 18, 28-19, 16; LUCAS, 23, 1-48).

Os textos bíblicos mostram que a morte do Jesus merece análises e muitas reflexões em virtude do seu clamor, em alta voz, antes de morrer, entregando-se em espírito ao Pai; mas que no futuro do Cristianismo como se verá a mesma gerará várias interpretações passíveis dos mais ferrenhos conflitos.

Através do relatado pelo Evangelista Marcos (o relato dos demais é substancialmente diferente), talvez se explique o “medo e alegria” daquelas mulheres que, mesmo sendo testemunhas oculares de como e por quem foi sepultado o corpo de Jesus como descreve Marcos (15, 42-47; 16, 5), foram surpreendidas e colocadas à prova por um “jovem” certamente desconhecido que, numa indumentária branca, falava com ar de autoridade a exemplo de um anjo. Em Mateus (28, 2-5) aparece literalmente a ação de um anjo. Não se sabe se a diferença se deu para que houvesse mais credibilidade quanto à ressurreição de Jesus.

Consoante os relatos de Marcos, no caso, as mulheres ao ficarem quietas e nada terem contado, aos discípulos, nem mesmo a Pedro, acerca do que lhes foi mandado fazer pelo tal “jovem” que estava no túmulo, os episódios relatados, na sequência, poderão dar conta ou até serem vistos como uma espécie de testes feitos por Jesus ressuscitado, a elas; e, que, se assim o foi, Maria Madalena foi muito bem aprovada no “vigiai”  recomendado por Jesus quando da não vigilância de Pedro, segundo Marcos (14, 37-38).

Afinal, é possível que Jesus, contrariando as informações do “jovem” vestido de branco, do túmulo vazio, fez questão de aparecer a Maria Madalena, primeiramente, certamente pela afinidade espiritual que poderia existir entre ambos, libertá-la da possessão dos sete demônios para, em seguida, estando ela liberta, pudesse a mesma contar aos discípulos mesmo sabendo, Jesus, que não iriam acreditar; mas, no caso, para que ficassem os acontecimentos registrados historicamente.

Como se não bastasse, segundo Marcos mesmo Jesus tendo aparecido sob outra forma a mais dois dos seus discípulos que não tiveram os seus nomes mencionados nas narrativas (mas que, desta feita, diferentemente das mulheres, disseram o que viram aos companheiros), eles, por mais uma vez, não acreditaram.

Todos os relatos dos Evangelistas mostram que a última aparição de Jesus se deu aos onze discípulos quando os mesmos estavam à mesa. Foram censurados por Jesus em virtude da incredulidade e da dureza de coração (MARCOS, 16, 12-13).

Finalmente apareceu Jesus aos onze quando estavam à mesa e censurou-lhes a incredulidade e dureza de coração porque não deram crédito aos que o tinham visto já ressuscitado. Somente depois de tudo isso é que Jesus deu a ordem para que a pregação do evangelho se desse a toda criatura, não restando, pois, mais dúvida quanto ao caráter universal dos seus ensinamentos: “E disse-lhes: Ide por todo o mundo e pregai o evangelho a tôda criatura.” (MARCOS, 16, 14-18).

 A partir disso, independentemente da compreensão que os seguidores do Cristo poderiam ter acerca do processo das suas aparições que atestavam a sua ressurreição (com o mesmo corpo físico restabelecido ou através da projeção de um corpo espiritual por recursos desconhecidos) o certo é que passaram a receber ajudas espirituais que lhes davam força e confiança para que pudessem congregar, fazerem curas, batizados, discursos, recolhimentos de ofertas, ajudam a necessitados...

E o que é muito significativo: saíam das sinagogas, junto aos judeus, para realizarem paulatinamente a expansão das comunidades de cristãos que congregavam nos lugares mais simples. Aos poucos conseguiram se arregimentar em igrejas próprias nas quais ensinavam o que Jesus havia deixado como pode ser visto em Atos dos Apóstolos (9, 31): “A igreja, na verdade, tinha paz por toda a Judéia, Galiléia e Samaria, edificando-se e caminhando no temor do Senhor e, no conforto do Espírito Santo, crescia em numero”.

Os relatos dos próprios apóstolos mostram bem que concomitantemente à expansão da igreja, a pregação dos ensinamentos deixados pelo Cristo, a judeus e a gentios, a ampliação do número de adeptos, a realização de curas... passaram a ser intensificadas as perseguições que ficavam cada vez mais e mais implacáveis por parte do movimento judaico.

Como os cristãos eram minoria e os judeus, maioria, com força religiosa e amparo no poder político de então as autoridades tentavam de qualquer maneira proteger e dar guarida aos judeus e ao Judaísmo em relação à outra crença de tal forma que pudesse, a “intrusa”, se enfraquecer. Tanto isto é verdade que o próprio rei Herodes mandou prender a Tiago e a Pedro e vendo que tal agradava aos judeus prosseguiu em tal intento:

Por aquele tempo mandou o rei Herodes prender alguns da igreja para os maltratar, fazendo passar ao fio da espada Tiago, irmão de João: “Vendo ser isto agradável aos judeus, prosseguiu, prendendo também a Pedro. E era, os dias dos pães asmos. (ATOS, 1-3).

Mas, em seguida dá para perceber o funcionamento da lei da compensação, ou seja, a intervenção da Espiritualidade para que a expansão do Cristianismo não cessasse. Um exemplo marcante para se conseguir um seguidor e propagador de pulso, coragem e competência para fazer materializar o poder do Alto nos assuntos terrenos, deu-se com a conversão de Saulo. Sem que o mesmo fosse seguidor do Cristo (pelo menos no plano material) foi submetido ao processo de conversão, quando a caminho de Damasco faria mais uma perseguição, aos cristãos.

Aliás, era perseguidor graças à fidelidade às suas tradições, mas que em virtude da profunda ignorância a respeito da essência verdadeira do Cristo e do Cristianismo, não conseguia ver que os novos conhecimentos representavam apenas uma sequencia renovadora para atender aos novos tempos que haviam chegados.

Como assim não entendia e estava preso às suas tradições, repita-se, se utilizava inclusive do seu poder de polícia oriundo do poder político que dava sustentação ao poder religioso de então, para garantir a hegemonia do Judaísmo através da imposição pela força e da perseguição, aos hereges, daquela época. Foi convertido não por convicção própria ou por assimilação aos ensinamentos decorrentes das pregações dos apóstolos, mas graças à intervenção espiritual no momento apropriado atribuída a Jesus tal como mostrado nos relatos que estão em Atos (9, 1-6):

Saulo, respirando ainda ameaças e morte contra os discípulos do Senhor, dirigiu-se ao sumo sacerdote e lhe pediu cartas para as sinagogas de Damasco, a fim de que caso achasse alguns que eram do Caminho, assim homens como mulheres, os levasse presos para Jerusalém.

Seguindo ele estrada  fora, ao aproximar-se d Damasco, subtamente uma luz do céu brilhou ao seu redor, e caindo por terra, ouviu uma voz que lhe dizia: Saulo, Saulo, Saulo, porque me persegues?

Ele perguntou: Quem és tu, Senhor? E a resposta foi: Eu sou Jesus, a quem tu persegues; mas, levanta-te, e entre na cidade, onde te dirão o que te convém fazer.

Os seus companheiros de viajem, pararam emudecidos, ouvindo a voz, não vendo, contudo, ninguém.

Então se levantou Saulo da terra e, abrindo os olhos, nada podia ver. E, guiando-o pela mão, levaram-no para Damasco.

Estêve três dias sem ver, durante os quais nada comeu nem bebeu.

De judeu-perseguidor a judeu-cristão-perseguido, Paulo passou a dar exemplo ou uma amostragem impar a todos que quisessem prosseguir na divulgação do Cristianismo como uma verdade mais adequada. Nunca se utilizou de uma só arma, como outrora ele próprio fazia, salvo as da fé, do argumento, da coragem, do amor, da oração e de muito conhecimento, ou seja, viajou, esteve preso, foi submetido a julgamentos, se defendeu perante as autoridades da época e perseverou.

Depois de tanta fidelidade à nova mensagem que o Cristo lhe confiou se defendeu e ao mesmo tempo fez a defesa do Cristianismo perante o Sinédrio que, segundo Ohlweiler (1987) era “[...] o tribunal dos velhos judeus, em Jerusalém, composto de sacerdotes, anciãos e escribas [...]”. Em Atos (23, 6-8), se encontra a grande controvérsia filosófica que envolvia a vida após a morte, notadamente pelo aspecto da ressurreição:

[...] Sabendo Paulo que uma parte do Sinédrio se compunha de saduceus e outra de fariseus, exclamou: Varões, irmãos: Eu sou fariseu, filho de fariseus; no tocante à esperança e à ressurreição dos mortos sou julgado. Ditas estas palavras, levantou-se grande dissensão entre os fariseus e os saduceus, e a multidão se dividiu.

Pois os saduceus declararam não haver ressurreição, nem anjo, nem espírito; ao passo que os fariseus admitem todas essas cousas

Houve, pois grande vozeria.

Por isso Paulo e os demais discípulos não se cansavam. Percorriam os mais variados lugares, distanciando cada vez mais de onde foi nascido o Cristianismo. Até que o Senhor aparece a Paulo e concita-o a defendê-lo em Roma da mesma forma como fez no Sinédrio, na cidade de Jerusalém: “Na noite seguinte, o Senhor, pondo-se ao lado dele, disse: Coragem! Pois do modo como deste testemunho a meu respeito em Jerusalém, assim importa também que o faças em Roma.” (ATOS,  23, 11).

Inobstante o grande trabalho inspirado nos ensinamentos do Cristo, não se pode deixar de ver os apóstolos como pessoas que traduziam o que sentiam à sua maneira e segundo as suas formações religiosas, visões do ser humano e dos acontecimentos vigentes à época, envolvendo o Cristo, o Cristianismo, a vida futura.  Em tal sentido relata Frohlich (1987, p. 13): “A palavra dos Apóstolos, sem medo e livre de todo interesse pessoal, durante os acontecimentos de Pentecostes, levou milhares de judeus ao batismo – e, com isso, ao reconhecimento de Jesus como messias”.

Porém, tal não acontecia aos dirigentes do Judaísmo que, como diz Frohlich (1987, p. 13), “[...] continuam a tomar distância com relação aos cristãos, excluindo-os das sinagogas e perseguindo-os [...]”. O resultado disso explicita o referido autor, na sequência, foi a crescente organização dos cristãos com o desenvolvimento das suas comunidades e, aos poucos, o abandono do rigor da Lei Judaica com a crescente consciência da universalidade do cristianismo.

 Mas havia também desentendimentos entre os apóstolos acerca dos acontecimentos. Um exemplo da sua provável impetuosidade e até superioridade frente aos demais ou, no caso de não se estar com a razão, limitação ou tendência na valorização do homem, acima da mulher, na averiguação e leitura dos fatos, diz respeito ao aparecimento de Jesus, segundo o que foi citado por Paulo, quando escreveu aos Corintios.

Como já visto, os Evangelistas são quase que unânimes em relatar que o Mestre apareceu primeiramente a uma mulher, Maria Madalena, consoante relatos de Mateus (28,9), Marcos (16, 9) e João (20, 14-18) para que esta, em seguida, de livre e espontânea vontade, segundo Marcos, repita-se, fosse com as demais dizer aos discípulos do que viu; mas que eles não creram e que tal se repetiu por mais uma vez sem que os apóstolos cressem, para, somente depois de tudo isso Jesus aparecer a todos reunidos, chamando a atenção deles pela incredulidade.

No entanto, não é assim que se encontra em I Corintios (15, 3-9), segundo o que Paulo recebeu naqueles dias e pregava com ardor, inclusive a segunda vinda de Cristo, como filho de Deus e Pai, isto é, sem nenhuma menção à Maria Madalena:

[...] Antes de tudo vos entregue o que também recebi; que Cristo morreu pelos nossos pecados, segundo as escrituras, e que foi sepultado, e ressuscitou ao terceiro dia, segundo as Escrituras. E apareceu a Cefas, e, depois, aos doze. Depois foi visto por mais de quinhentos irmãos de uma só vez, dos        quais a maioria sobrevive até agora, porém alguns já dormem. Depois foi visto por Tiago, mais tarde por todos os apóstolos, e, afinal, depois de todos, foi visto também por mim, como um nascido fora do tempo. Porque eu sou o menor dos apostos, que mesmo não sou digno de ser chamado apóstolo, pois persegui a igreja de Deus. Mas, pela graça de Deus, sou o que sou; e a sua graça, que me foi concedia, não se tornou vã, antes trabalhei muito mais que todos eles; todavia não sou eu, mas a graça de Deus comigo. (s/gr/or).

Obediente ao chamado do Cristo, Paulo viajou à Itália. Porém, a viagem foi assombrosa, porquanto em os Atos dos Apóstolos (27, 1-44) se encontram os minuciosos relatos que mostram como se deu a viagem, os perigos da mesma, o naufrágio, a salvação das 276 pessoas; a grande fé e confiança de Paulo à bordo, como prisioneiro o que possibilitou a cura do pai do dono da hospedagem, Públio.

A partir disso espalhou a notícia pela ilha. Paulo passou a curar os demais doentes que se achegaram até ele. Como era prisioneiro e não havendo receptividade nas suas pregações aos judeus que foram visitá-lo, em sua casa, Paulo se convenceu de que haveria melhor acessibilidade aos gentios e lhes disse “Tomai, pois, conhecimento de que esta salvação de Deus foi enviada aos gentios. E eles a ouvirão. Ditas estas palavras, partiram os judeus tendo entre si grande contenda.”  (ATOS, 28, 28-29).

Porém, Paulo se depara com uma realidade em Roma que certamente não imaginava. Dá conta, talvez, inconscientemente, do que os cristãos e o próprio Cristianismo encontrariam naquele grande centro. Isto porque, estando lá passou a dizer do poder de Deus e de um pretenso conhecimento; mesmo sem adentrar a detalhes dá a entender se tratar das várias influências culturais, notadamente dos próprios romanos, dos gregos e dos judeus junto àquele centro cultural.

Enfim Paulo fala de pessoas endurecidas, incrédulas, devassas, injustas, infiéis, traiçoeiras... e que queriam passar como sábias, segundo os seus conhecimentos, mas que, segundo a concepção de Paulo, tornaram-se loucas e idólatras. Consoante os relatos de Paulo a situação moral dos Romanos era precária. Fala-se da intervenção de Deus no sentido de entregar aquelas pessoas ao que chamou de imundície, pela concupiscência de seus próprios corações, para desonrarem os seus corpos entre si. É possível perceber que Paulo se convenceu de que ambos – gentios e judeus – eram igualmente culpados e estavam sujeitos ao implacável juízo Divino (ROMANOS, 1, 24).

Foi, portanto, com essa consciência que os cristãos em especial os apóstolos entraram em Roma e lá passaram a viver a fé cristã sem se adequarem aos costumes mundanos dos romanos arraigados no materialismo, no politeísmo e no culto ao imperador tal como se depreende de Froihlich (1987, p. 11):

81-96 – Reinado do imperador Domiciano. Foi o primeiro a reinvindicar o título de “*Dominus et Deus*” (Senhor e Deus) e transformou em obrigação o juramento, já costumeiro, “pelo gênio do imperador”. Numerosos Romanos – provavelmente cristãos – foram executados sob a acusação de “ateísmo” ou de “ter-se desgarrado nos costumes judeus”; entre eles, o antigo cônsul Tito Flávio Clemente (sua mulher Domitila foi exilada). No mesmo período também o apóstolo João foi exilado em Patmos.

Diante desse contexto advieram tantas outras conseqüências mais imediatas para os cristãos e sua organização porquanto na Roma Imperialista o poder era exercido sem piedade e recrudescido aos opositores do sistema para se adequarem aos costumes da época como explica Froihlich (1987):

249-251 – Para Décio, a reforma interna do Império exige O reavivamento do culto do imperador e a adoração dos deuses. Um decreto obriga cada cristão ao sacrifício público; e por isso recebe um atestado. A recuperação dos cristãos traz uma onda de execuções, que é interrompida pela guerra do Império contra os godos e pela morte do imperador.

Entretanto, mesmo com tantos empecilhos a Igreja Cristã passou a se organizar, criar regras próprias e se expandir em todos os sentidos.

2.3.     A CRISTANDADE SEGUNDO A IGREJA CATÓLICA, APOSTÓLICA, ROMANA

A chegada dos primeiros cristãos a Roma e o processo de conversão das pessoas passaram a significar um grande contraste de procedimentos e de ideais religiosos. Afinal, de um modo geral os cristãos de então eram exemplos vivos de como se fazer para materializar a essência do Cristianismo sem se perderem para as coisas mundanas como mostram as epístolas dos apóstolos, cuja força moral estava na prática das virtudes, através da qual ninguém poderia tolerar a vingança e o mal, mas sim, praticar abundantemente o amor ao próximo, a tolerância, o perdão... Afinal, como asseverou Paulo: “Assim, pois, cada um de nós dará contas de si mesmo a Deus” (ROMANOS, 12, 9 - 21; 13, 8 - 10; 14, 1 - 12).

Ora, a situação encontrada em Roma nos três primeiros séculos era totalmente adversa a tal ponto de o Imperador Décio que governou de 249 a 251, entender que deveria retornar ao culto do Imperador e a adoração dos deuses e com esse pensamento impetra: “[...] Um decreto obriga cada cristão ao sacrifício público; e por isso recebe um atestado.”.

A recusa dos cristãos traz uma onda de execuções [...]” (Frohlich (1987, p. 23). Continuando com a sua explanação o mesmo autor diz que no ano de 257 “Valeriano proíbe aos cristãos o culto divino e a visita às catacumbas. Em 258, a recusa do sacrifício é castigada com a morte (para os clérigos), o confisco dos bens (para os leigos ricos), o banimento e os trabalhos forçados.” (FROHLICH, 1987, p. 25).

Mas, em virtude de os cristãos persistirem fiéis à pureza religiosa cristã, agravaram-se contra eles as perseguições que passaram a ser cada vez mais recrudescidas a tal ponto de serem jogados às feras em exposições teatrais espetaculares e de serem acusados por crimes que não cometiam.

Surgem os mártires que chamavam a atenção de todos pela firmeza com que cultivavam a fé cristã inabalável, fazendo com que muitas pessoas os admirassem e, assim, com os seus exemplos de fé e esperança na salvação em Jesus Cristo, numa vida futura, acabavam por dar maior credibilidade ao Cristianismo e consolidar a tolerância das suas práticas, pelas autoridades. É o que se depreende inclusive pelo Edito de Milão no ano de 313 pelos imperadores romanos Constantino e Licínio, em Milão, Itália, não mais permitindo perseguição religiosa, em especial aos cristãos:

Eu, Constantino Augusto, e eu, Licínio Augusto, venturosamente reunidos em Milão para discutir sobre todos os problemas referentes à segurança e ao bem público, entre outras disposições a assegurar, cremos dever regulamentar, primeiramente, o bem da maioria, que se refere ao respeito pela divindade, ou seja, garantir aos cristãos, bem como a todos, a liberdade e a possibilidade de seguir a religião de sua escolha, a fim de que tudo o que existe de divino na morada celeste possa ser benevolente e favorável a nós mesmos e a todos aqueles que se encontram sob a nossa autoridade. Este é o motivo pelo qual cremos num desígnio salutar e muito digno dever tomar a decisão de não recusar essa possibilidade a quem quer que seja, tenha essa pessoa ligado a sua alma à religião dos cristãos ou a qualquer outra: para que a divindade suprema a quem prestamos uma homenagem espontânea, em todas as coisas, possa nos testemunhar com o seu favor e a sua benevolência costumeiros. Assim, convém que Vossa Excelência saiba que decidimos suprimir todas as restrições contra os cristãos, encaminhadas a Vossa Excelência nos escritos anteriores, e abolir as determinações que nos parecem totalmente infelizes e estranhas à nossa brandura, assim como permitir, a partir de agora, a todos os que pretenderem seguir a religião dos cristãos, que o façam de modo livre e completo, sem serem aborrecidos ou molestados. (CLEOFAS, Acesso 27.fev.2010).

Porém, assegurada a liberdade de crença passaram a exacerbar os conflitos de idéias e de posições nem sempre conciliáveis, principalmente entre os próprios membros da Igreja Cristã, resultando nos denominados cismas ou movimento separatistas e mais tarde, como se verá, nas heresias.

Eram acirradas as controvérsias principalmente sobre a natureza do Cristo com destaque para o Arianismo que, consoante a Barsa (1997, vol. 14, p. 178) trata-se da doutrina criada por Ário “religioso egípcio e sacerdote de Alexandria” que a difundiu no ano 318 e que não aceitava o dogma da Trindade, isto é, “[...] negava a unidade e a consubstancialidade das três pessoas da Trindade e, em conseqüência, a divindade de Cristo.”; ou segundo Frohlich (1987, p. 32): “Doutrina de Ário, segundo a qual o Filho de Deus é uma criatura certamente a mais eminente e a primeira criada; somente o Pai é eterno.”

Tais concepções foram recepcionadas por grandes pensadores da Igreja daquela época com destaque para Orígenes que viveu do ano de 185 a 254 e se tratou de um “Religioso grego nascido no Egito. Destacado exegeta bíblico da igreja grega primitiva, acusado de heresia por aplicar métodos filosóficos e filológicos a problemas de teologia.” (Barsa, Micropédia, p. 211), bem como a Alexandre, Bispo de Alexandria e Eusébio de Cesaréia. Este foi concebido como conciliador junto ao concílio de Nicéia que estava prestes a se instaurar, cujo testemunho foi de suma importância para os registros daquele importante acontecimento.

Diante desse contexto a Igreja de Roma mais o Poder Político de então buscavam maneiras de manter a Igreja una e católica e resolveram as pendências através dos seus concílios. Aliás, concílio segundo a Barsa (1997) significa “Assembléia de bispos, prelados e outros religiosos, para deliberação a respeito de questões doutrinárias ou da vida da igreja.”. Em Necéia, consoante relata Alberico (1995):

O concílio se reuniu no dia 20 de maio de 325, no palácio imperial de Necéia (Sócrates, HE I 13), onde Constantino presidiu a sessão inaugural. À falta de atas sinodais, não estamos em condição de reconstruir com precisão o desenvolvimento da assembléia, mas devemos remeter-nos sobretudo ao testemunho de Eusébio de Cesaréia...[...]

Em tal concílio se rejeitou o Arianismo e se consagrou o Credo denominado Niceno Constantinopolitano (em homenagem ao Imperador Constantino que o presidiu), em cuja reza se afirma a chamada Santíssima Trindade, isto é, a crença em Deus, Pai, e o Filho, da mesma natureza que o Pai (*homoúsios*); o Espírito Santo que consoante explicita a Barsa (1997) trata-se de “Uma das três pessoas, em geral chamada a terceira, da Santíssima Trindade cristã.

Encarregada de comunicar aos homens a vida divina e lhes conferir seus dons” ; a encarnação de Deus na condição do homem, Jesus Cristo, por obra do Espírito Santo; a Salvação pela graça; a segunda vinda de Cristo com poder e glória para julgar os vivos e os mortos; o estabelecimento, a partir do juízo final, de um Reinado que jamais terá fim:

Cremos em um só Deus, Pai todo-poderoso, Criador do céu e da terra, e de todas as coisas visíveis e invisíveis. Cremos em um só Senhor: Jesus Cristo, Filho unigênito de Deus, gerado do Pai antes de todos os séculos: Deus de Deus, Luz de Luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro; gerado, não feito; consubstancial com o Pai, por quem todas as coisas foram feitas; que, por nós e por nossa salvação, desceu dos céus, e se encarnou, por obra do Espírito Santo, da virgem Maria, e se fez homem. Foi também crucificado, sob o poder de Pôncio Pilatos, padeceu e foi sepultado. Ressuscitou ao terceiro dia, segundo as Escrituras, e subiu aos céus, e está sentado à direita do Pai. Virá outra vez com glória para julgar os vivos e os mortos, e o seu Reino não terá fim. Cremos no Espírito Santo, o Senhor que dá vida, e procede do Pai e do Filho; que, com o Pai e o Filho, é juntamente adorado e glorificado; Ele, que falou pelos profetas. E cremos na Igreja una, santa, universal e apostólica. Reconhecemos um só Batismo para remissão dos pecados. E esperamos a ressurreição dos mortos e a vida do mundo que há de vir. Amém. (CATÓLICO, acesso 27.fev.2010).

Em que pese ter sido rejeitado e passado à condição de heresia, pelo Concílio de Nicéia, o Arianismo foi divulgado e recepcionado por importantes pensadores e propagado em várias regiões; chegou a contar com o apoio do Imperador Constâncio, um dos três sucessores de Constantino. Aliás, este chegou a nomear o ariano Eusébio da Nicomédia, patriarca de Constantinopla.

Mas as intervenções de três grandes teólogos capadócios chamados Basílio de Cesárea, Gregório Nacianceno e Gregório de Nisa, contribuíram para sedimentar o que ficou estabelecido em Nicéia junto ao Concílio de Constantinopla, convocado pelo Imperador Teodósio, o Grande, que não tão somente reconheceu o Cristianismo como religião oficial, mas, acima de tudo decretou o encerramento a templos que fossem pagãos. (Barsa, 1997, vol. 4, p. 332).

É importante ressaltar que tal se deu num período em que a Patrística ganhou força e se consolidou como “Corpo doutrinário elaborado pelos primeiros padres da igreja que buscou conciliar as verdades bíblicas com as construções do pensamento próprias da filosofia grega” (BARSA Micropéia, 1997, p. 240).

A partir daí houve maior apoio do poder político de então à Igreja Cristã e a proteção aos seus dogmas de fé. É oportuno esclarecer que segundo a Tradição Cristã dogma é concebido como “[...] uma verdade fundamental e imutável, revelada por Deus à igreja e da qual é impossível duvidar” (Barsa, 1997, vol. 5, p. 222). Por conseguinte, aqueles que contrariassem tais regras de fé imutáveis estavam sujeitos às drásticas condenações.

Foi o que aconteceu com muitos dos seus líderes – dentre os quais teólogos cristãos de renome. Como exemplo, Orígenes, que no ano de 453 foi condenado e os seus atos, considerados errados, foram elencados num decreto do Imperador Justiniano que também mandou fechar a Academia de Atenas e proibir aos pagãos o ensino da Filosofia. Como se não bastasse, foi acusado de heresia por aplicar métodos filosóficos e filológicos a problemas de teologia. Orígenes foi o mais destacado exegeta bíblico da igreja grega primitiva e influiu em todo o pensamento cristológico oriental posterior” (BARSA, 1997, vol. 10, p. 483).

Diante de cismas, heresias, intromissão do poder estatal na Igreja e vice-versa e usurpações por parte de bispos, a partir do século IV a Igreja Cristã Romana (inobstante a divisão do Império Romano), procurou se organizar de tal forma que passou a contar com uma forte hierarquia centrada em Dioceses e Patriarcados comandados por bispos e uma série de outros cargos de natureza administrativa. Concebeu-se o Primado do Papa segundo o entendimento de que o Cristo concedeu a Pedro sobre os demais apóstolos e como tal deveria haver a herança sucessória ao Bispo de Roma, chefe da Igreja:

A partir do século 4º, as “controvérsias dogmáticas”, as intromissões do poder estatal na esfera eclesiástica e as usurpações de alguns bispos deram ao Bispo de Roma oportunidade para exercitar o seu “Primado Universal”: como juiz supremo e como guardião da Ortodoxia. (MAZULA, 2008, p. 20).

É importante destacar que a Igreja exerceu grande inluência na cultura, na manutenção e expansão da fé cristã, com merecidos destaques para o papa Gregório que foi capaz de materializar ao mesmo tempo devoção, desprendimento e elevação espiritual.

Isto porque, originário de família rica e tradicional em Roma, cidade na qual fora prefeito, fundou vários mosteiros e se desprendeu de forma voluntária de todos os seus bens, aos pobres, a tal ponto de no ano de 575 voltar a sua dedicação exclusiva à vida religiosa. Sofreu fortes e positivas influências de São Bento. Destacou-se na preparação de missionários, à conversão dos anglo-saxões, do canto que levou o seu nome - gregoriano - que até hoje encanta quem o ouve e deixou extensa obra escrita como a compilação dos pecados capitais:

Também foi responsável pela compilação dos Sete pecados capitais – a soberba, a avareza, a inveja, a ira, a luxúria, a gula e a preguça – adaptando para o Oriente a partir das oito tentações descritas pelo monge Eagrios Pontikos dois séculos antes. (WILIPÉDIA, acesso em 01 mar. 2010).

Em que pese os vários aspectos positivos, nos séculos XIV e XV a igreja do ocidente caiu em desprestígio em virtude de fazer a mais completa inversão de valores, isto é, passou a buscar o seu próprio enriquecimento em detrimento à orientação espiritual dos fiéis. Como se não bastasse, as pessoas do povo passaram a cultivar um estilo de vida mais voltado para a secularização social o que permitia às mesmas se desvincularem do automatismo da fé imposta.

Enfim, tudo passou a contribuir para o desencadear de reformas intenas e externas à Igreja. No interior da Igreja se destacaram reformistas como são Francisco de Assis, no século XIII, são Vicente Ferrer, são Bernardino de Siena e são João Capistrano, no século XVI, que propugnavam para “[...] uma vida cristã mais consentânea com o Evangelho.” (Barsa, vol 12, p. 244).

No plano externo a reforma protestante no século XVI passou a ser muito signficativa por envolver  a liberdade da fé, a tradução da Bíblia e a facilitação do acesso a ela; a organização de igrejas independentes da Igreja Cristã Romana, a recusa na utilização e adoração a imagens; a não aceitação da infabilidade papal e inúmeros outros aspectos dooutrinários... Esse movimento reformista teve amplo apoio político dos governantes da época. Destacaram-se os reformistas: Martinho Lutero, monge agostiniano, na Alemanha; John Wyclife, na Inglaterra; Jan Hus na Boêmia e João Calvino, na França.  (BARSA, 1997, vol. 12, p. 244 e 245).

Diante da Reforma Protestante e sem poder interferir na mesma, a propria Igreja Cristã Romana tratou de se reestruturar e empreendeu a chamada Contra-Reforma que consistiu em inúmeras mobilizações com amplos reflexos culturais. Isto demandou grandes embates através das diversas fases do prolongado Concílio de Trento (1545 - 1563) também chamado de concílio da Contra-Reforma, porquanto a sua missão maior foi a de se pronunciar “[...] sobre as doutrinas dos grandes reformadores do século XVI e emitiu numerosos decretos discimplinares.” e de se firmar como católica ou universal, cuja denominação deveria servir para diferenciá-la das igrejas reformadas (BARSA, 1997, vol. 4, p. 332 e 333).

Dentre os vários embates e perseguições desferidas pela Igreja Catótica, inclusive a judeus e protestantes, estes denominados cristãos novos, o episódio profundamente marcante foi certamente o descrito como a noite de São Bartolomeu, em 24/08/1572, quando do casamento da princesa Margarida com o rei Henrique de Navarra, a rainha-mãe, Catarina de Médicis, se aproveitando da ocasião mandou assassinar o chefe huguenote de Cologny e milhares de protestantes (FROHLICH, 1987,  p. 121).

Nesse contexto é perceptível que a busca pela autonomia das igrejas reformadas se tornou questão política.

Mas o fim da Idade Média é destacado mesmo pelos ideais da Revolução Francesa com destaque para a Declaração dos Direito do Homem, as idéias democráticas de Russeau, o deísmo se opondo à qualquer tipo de fé revelada, fazendo com que brotassem os auspícios de liberdade e concitasse a Igreja, em especial a de Roma, a se comprometer com a defesa dos aspectos sociais das pessoas, cuja bandeira se estenderá para os séculos vinduros, inclusive na América Latina e particularmente no Brasil. (FROHLICH, 1987, p. 139).

Foi, portanto, nesse clima de relativa liberdade religiosa numa Europa em reconstrução que na França, segundo D’Olivo (1981), Allan Kardec teve contato com os fenômenos mediúnicos: “Em 1855, entra em contato com os fenômenos mediúnicos produzidos em reuniões de mesas girantes e falantes dirigidas por magnetizadores e com a participação de sensitivos conhecidos por “sonâmbulos”.

Como se verá a serguir surge a partir de então a maior de todas as heresias em virtude de o Espiritismo contrariar os fundamentos básicos da Tradição Cristã e, como se não bastasse, ser concebido como o Consolador Prometido por Jesus Cristo com a missão de explicar todas as coisas e relembrar as que o Cristo havia ensinado.

2.4.       A CRISTANDADE SEGUNDO O ESPIRITISMO

 O Espiritismo foi concebido sob dois aspectos considerados primordiais: o primeiro, pela concepção de que há manifestações de seres inteligentes, individualizados e extracorpóreos, denominados espíritos. Estes, consoante Kardec (2002, p. 70) em O Livro dos Espíritos, são “[...] os seres inteligentes da Criação. Povoam o Universo fora do mundo material”. Em decorrência da manifestação de tais seres desde a Antiguidade igualmente

O Espiritismo se encontra por toda a parte na Antiguidade e em todas as épocas da Humanidade. Encontram-se em toda a parte vestígios dele nas escrituras, nas crenças e nos escritos, e é por isto que, ao abrir novos horizontes para o futuro, lança uma luz esclarecedora sobre os mistérios do passado. (KARDEC, 1997, op. cit., p.15)

Inobstante a consciência acerca da existência dos espíritos e das suas manifestações, denota-se a precaução dos autores do Espiritismo no sentido de conduzir o leitor à compreensão de que a crença neles e o sistema que deles adveio (Doutrina Espírita) não é fruto da imaginação humana com a intenção de se formar um corpo doutrinário organizado por idealização ou pura imaginação, porquanto dizem haver registros de tais seres em livros “sagrados” em todas as épocas. É o que se depreende de O Livro dos Médiuns, conforme Kardec (1978, p. 28):

Se a crença nos Espíritos e nas suas manifestações fosse uma concepção isolada, o produto de um sistema poderia com certa razão ser suspeita de ilusória. Mas quem nos diria então porque ela se encontra tão viva entre todos os povos antigos e modernos, nos livros santos de todas as religiões conhecidas? Isso, dizem alguns críticos, é porque o homem, em todos os tempos, teve o amor do maravilhoso. – Mas o que é o maravilhoso, segundo vós? – Aquilo que é sobrenatural. – E que entendeis por sobrenatural? – O que é contrário às leis da Natureza. – Então conheceis tão bem essas leis que podeis marcar limites ao poder de Deus? Muito bem! Provai então que a existência dos Espíritos e suas manifestações são contrárias às leis da Natureza; que elas não são e não podem ser uma dessas leis. Observai a Doutrina Espírita e vereis se no seu encadeamento elas não apresentam todas as características de uma lei admirável, que resolve tudo o que os princípios filosóficos até agora não puderam resolver.

Como se não bastasse, em “O livro dos Espíritos” é mostrado como se deu o contato de Allan Kardec com as manifestações e como o mesmo procedeu para saber se as manifestações ocorridas não se tratavam de efeito meramente material ou decorrentes de inteligências extracorpóreas que se autodenominaram espíritos, muitas, inclusive, diziam ter vividas sobre a face da Terra. Em razão disso frisa que

Ninguém imaginou os Espíritos como um meio de explicar os fenômenos; foi o próprio fenômeno que revelou a palavra. Frequentemente, fazem-se nas ciências exatas hipóteses para ter uma base de raciocínio; ora, isso não ocorreu neste caso. (KARCEC, op. cit., p. 15).

O segundo aspecto, de ordem doutrinária, pode ser concebido em decorrência da organização da vasta e variada ordem de informações, explicações e ensinamentos oriundas dos Espíritos Elevados, a Allan Kardec, na França, em meado do século XIX, cujo resultado foi o surgimento de “O Livro dos Espíritos”. Tais esclarecimentos se encontram nos “Prolegômenos” da referida obra consoante Kardec (2002, p. 42 e 43) e são atribuídos a São João Evangelista, Santo Agostinho, São Vicente de Paulo, São Luis, O Espírito de Verdade, Sócrates, Platão, Fénelon, Franklin, Swedenborg, etc., etc., nos seguintes termos:

Este livro é compilação dos seus ensinamentos. Foi escrito por ordem e sob ditado dos Espíritos superiores para estabelecer os fundamentos de uma nova filosofia racional, livre dos preconceitos do espírito de sistema. Nada contém que não seja a expressão do seu pensamento e que não tenha se submetido ao seu controle. Somente a ordem e a distribuição metódica das matérias, assim como as notas e a forma de algumas partes da redação são obras daquele que recebeu a missão de o publicar.

A denominação Espiritismo foi concebida para dar sentido específico e se fazer a necessária distinção à crença espírita das demais também espiritualistas, mediante as seguintes explicitações:

Para as coisas novas necessitam de palavras novas, assim o quer a clareza da linguagem para evitar confusão inseparável do sentido múltiplo dos mesmos vocábulos. As palavras **espiritual, espiritualista, espiritualismo** têm uma acepção bem definida: dar-lhes uma nova para as aplicar à doutrina dos Espíritos seria multiplicar as causas já numerosas de anfibologia. “[...”]. Em lugar das palavras **espiritual, espiritualismo**, empregamos para designar esta última crença as de **espírita** e de **Espiritismo**, das quais a forma lembra a origem e o sentido radical, e que, por isso mesmo têm a vantagem de ser perfeitamente inteligíveis, reservando à palavra **espiritualismo** a sua acepção própria.  Diremos pois, que a Doutrina **Espírita** ou o **Espiritismo** tem por princípios as relações do mundo material com os Espíritos ou seres do mundo invisível. Os adeptos do Espiritismo são os **espíritas** ou, se quiserem, os **espiritistas**. Como especialidade, **O Livro dos Espíritos** contém a Doutrina Espírita [...]. (KARDEC, O Livro dos Espíritos, 2002, p. 9).

Face à nova Doutrina, cujo resumo se encontra no item VI da Introdução de O Livro dos Espíritos (Kardec, 2002, p. 18 a 22), os seus autores – os Espíritos -  fizeram uma nova leitura dos Evangelhos de tal forma que o seu conteúdo de natureza moral, em especial, foi adequado aos fundamentos doutrinários advindo “O Evangelho Segundo o Espiritismo”. Em tal obra os Espíritos concebem o caráter eminentemente cristão do Espiritismo quando das justificativas para a adoção da reencarnação como mecanismo natural de justiça e indispensável à evolução e à educação de cada espírito encarnado ou desencarnado:

Qualquer que seja, de resto, a opinião que se tenha sobre a reencarnação, que se a aceite ou não, se existe deve ser suportada. O ponto essencial é que o ensinamento dos Espíritos é eminentemente cristão: apóia-se na imortalidade da alma, nas penas e recompensas futuras, na justiça de Deus, no livre arbítrio do homem, na moral do Cristo, não sendo, portanto, anti-religioso. (KARDEC, op. cit., p. 129).

Esclarecem que a moral seguida pelos Espíritos responsáveis pela Doutrina Espírita é a mesma apregoada pelo Cristo e que se encontra resumida na máxima evangélica do “Agir para com os outros como quereríamos que os outros agissem para conosco”; e em virtude disso frisam que é necessário “[...] fazer o bem e não fazer o mal. O homem encontra neste princípio a regra universal de conduta para as suas menores ações” (KARDEC, op. cit., p. 22).

Frisam que a Ciência Espírita difere das demais Ciências porquanto estas “[...] repousam sobre as propriedades da matéria que se pode experimentar e manipular à vontade” enquanto que aquela – Espírita – repousa sobre os “fenômenos espíritas” que, por suas vezes

[...] repousam sobre a ação de inteligências que têm a sua própria vontade e nos provam a cada instante que elas não estão à disposição dos nossos caprichos. As observações, portanto, não podem ser feitas da mesma maneira; elas requerem condições especiais e um outro ponto de partida; querer submetê-las aos nossos processos ordinários de investigação, é estabelecer analogias que não existem. (KARDEC, op. cit., p. 22).

Consoante o Evangelho Segundo o Espiritismo, Kardec (1997, p. 37), o Espiritismo não é obra do homem, mas dos Espíritos, dado à humanidade:

O Espiritismo não foi personificado em nenhum indivíduo, pois ele é o produto do ensinamento dado, não por um homem, mas, pelos Espíritos, que são as vozes do Céu, em todos os pontos da Terra, servindo-se para isso de uma multidão incontável de médiuns. É, de algum modo, um ser coletivo, abrangendo o conjunto de seres do mundo espiritual vindo cada um, trazer aos homens a contribuição de suas luzes para fazê-los conhecer aquele mundo e a sorte que nele o espera.

Ao dizerem da autoridade da Doutrina Espírita na obra “O Evangelho Segundo o Espiritismo” os Espíritos elevados confirmam que a mesma é de autoria plural e os seus autores não são nominados; a fonte é indestrutível porquanto qualquer um pode ter acesso a ela em virtude de os espíritos não serem destruídos pelos homens e ainda poderem se manifestar em qualquer parte e a qualquer tempo; não possui um só intérprete; não está vinculada a classe social ou nacionalidade; foi colocado sobre um terreno neutro e, que, se assim não fosse

[...] o Espiritismo mal seria conhecido; e o próprio interprete, independentemente de qualquer classe que a pertencesse, seria motivo de desconfiança por parte de muitas pessoas. Nem todas as nações o aceitariam, enquanto que, os Espíritos, comunicando-se em todos os lugares, com todas as pessoas, todas as seitas e todos os grupos, são aceitos por todos. O Espiritismo não tem nacionalidade, independe de cultos particulares, não é imposto por nenhuma classe social, pois qualquer um pode receber instruções de seus parentes e amigos de além túmulo. Era preciso que assim fosse para que todos os homens se sentissem convocados à fraternidade. Se não fosse posto sobre um terreno neutro, ele teria alimentado as desavenças ao invés de abrandá-las. (KARDEC, 2002, op. cit, p. 16 e 17)

Em consonância com o acima exposto, são os termos da mensagem que prefacia a obra denominada de “O Evangelho Segundo o Espiritismo”. Consoante Kardec (1997) é através de tal obra que os ensinamentos revelados pelos Espíritos superiores são explicitados como originários de uma falange de Espíritos que passou a agir por autorização do Senhor Deus.

A mensagem de abertura da obra se deu no sentido pessoal por aquele que se intitulou de “O Espírito de Verdade” passível de ser, por dedução lógica, o próprio Cristo, em virtude de constar na sequencia das explanações, item 7, ser o Espiritismo “[...obra do Cristo que o preside como igualmente anunciou...]”. O mensageiro faz um alerta de que havia chegado o momento de se fazer o restabelecimento de todas as coisas que estavam obscurecidas, confundir àqueles que fossem orgulhosos, dar glórias àqueles que fossem justos e, assim, faz um convite aos homens para integrarem o concerto divino nos seguintes termos:

Os Espíritos do Senhor, que são as virtudes dos céus, como um imenso exército que se movimenta desde que dele recebeu o comando, espalham-se sobre toda a superfície da Terra; semelhantes às estrelas cadentes, vêm iluminar o caminho e abrir os olhos aos cegos.

Eu vos digo, em verdade, são chegados os tempos em que todas as coisas devem ser restabelecidas em seu sentido verdadeiro para dissipar as trevas, confundir os orgulhosos e glorificar os justos.

As grandes vozes do céu ressoam como o som da trombeta, e os coros dos anjos se reúnem. Homens, nós convidamos ao concerto divino; que vossas mãos tomem a lira; que vossas vozes se unam, e que num hino sagrado se estendam e vibrem de uma extremidade à outra do Universo.

Homens, irmãos a quem amamos, estamos junto de vós; amai-vos também uns aos outros, e dizei do fundo do vosso coração, fazendo as vontades do Pai que está no céu: “Senhor! Senhor!” e podereis entrar no reino dos céus.

Os médiuns ou intermediários foram os receptores das mensagens dos Espíritos elevados para que se organizasse o Espiritismo. Consoante se encontra em “O Livro dos Espíritos” (Kardec 2002, p. 37) as mensagens dos mais variados Espíritos foram recepcionadas como “[...] *as vozes do Céu*, em todos os pontos da Terra, servindo-se para isso de uma multidão incontável de médiuns.”. Receberam a incumbência de “[...] trazer aos homens a contribuição de suas luzes para fazê-los conhecer aquele mundo e a sorte que nele os espera.” (KARDEC, Allan, 2002, p. 37).

Sob o aspecto bíblico, D’Olivo (1981, p. 21), explicita que a existência de espíritos e de mediunidade são dois fatores fundamentais para a ocorrência dos fenômenos espirituais e que há na Bíblia (Antigo e Novo Testamentos) inúmeros testemunhos qualificados nos seguintes termos:

Na Bíblia, encontramos diversos fenômenos dos quais não se pode afastar a mediunidade. Transe de materialização (Gênese, 32:24; 15:12; Daniel, 8:18; 5:5; Juízes, 13:3); levitação (Ezequiel, 3:10-15); escrita automática (II Crônicas, 21:12); fenômenos físicos de transportes (II Reis, 19:6-7; Reis, 19:5-6-7); vidência (I Samuel, 9-9); psicofonia (I Samuel 10:6).

No Novo Testamento também encontramos o fenômeno mediúnico como fundamento de todos os fenômenos considerados milagres, ocorridos com Jesus e os apóstolos. Eis alguns: Aparição (São Lucas, 1:11-12); audiência (São Lucas, 1:26 a 28); audiência e vidência (São Lucas, 1:8 a 14); vidência, voz-direta, com audiência coletiva (São Mateus, 3:13 a 17); materialização, voz-direta, transfiguração, vidência e audiência (São Mateus, 17:1 a 13); inspiração, pressentimento e premonição ou profecia (São Lucas, 2:25 a 38); vidência (Atos, 16:9); fenômenos de levitação e efeitos físicos (São Mateus, 14:15-21; 15:32-38; 8:23-27; 14:26-33); fenômenos de cura (São Lucas, 17:11 a 19). São Mateus, 8:5; 2:29; 9:20 a 22; São Marcos, 10:46 a 52 e 5:25 a 34).

 Os fundamentos de natureza moral adotados pelo Espiritismo foram extraídos dos Evangelhos do Novo Testamento Bíblico e conforme se depreende do objetivo estabelecido na Introdução da obra “O Evangelho Segundo o Espiritismo”, consoante Kardec (1997, p. 13), os atos comuns da vida do Cristo, os milagres, as profecias, as palavras que serviram para o estabelecimento dos dogmas da Igreja não seriam adotados em virtude de terem sido objeto de controvérsias; mas que a última, de natureza moral, permanecia irretocável.

Seria adotada na referida obra básica que representa o ponto de encontro ou “[...] a bandeira sobre a qual todos podem se abrigar, quaisquer que sejam suas crenças, porque jamais foi objeto de disputas religiosas, sempre e por toda parte levantadas por questões de dogma” (Kardec, op. cit.). Mas, como delineado na sequencia houve a preocupação com o caráter universal dos ensinamentos do Cristo quando se diz: “[...] reunimos nesta obra os trechos que podem constituir, por assim dizer, um Código de Moral Universal, sem distinção de cultos]”. (KARDEC, op. cit.).

Os demais fundamentos estabelecidos na referida Introdução de O Evangelho Segundo o Espiritismo, Kardec (1997, p. 38), são considerados como a aliança entre a Ciência e a Religião em virtude de os mesmos serem “[...duas alavancas da inteligência humana; uma revela as leis do mundo material e a outra as leis do mundo moral...]”. Ensinam que ambas devem estar em plena consonância em virtude de terem como princípio criador, Deus, que, em virtude da sua Natureza não pode se contradizer. Adiantam que se houver a negação de uma, a outra, deverá estar com a razão:

A falta de harmonia e coerência que se acreditou existir entre essas duas ordens de idéias, baseia-se num erro de observação e nos princípios exclusivistas de uma parte e de outra; daí resultou uma luta e uma colisão de idéias que deu origem à incredulidade e à intolerância. (KARDEC, 1997, op. cit. p. 38).

O Espiritismo é apresentado como a “chave” ofertada à humanidade para que a mesma compreenda as leis que regem o mundo espiritual e as suas relações com o mundo material. Depois de explicitar que Moisés personificou a Lei do Antigo Testamento, como a Primeira Revelação Divina, o Cristo o Novo Testamento, como a Segunda Revelação Divina, frisa que o Espiritismo consiste na Terceira Revelação Divina que não se encontra personificado em nenhum indivíduo.

Mas em uma coletividade de espíritos encarregados de inaugurar uma nova era em que a moral do Cristo, em toda a sua pureza, renovará o mundo, aproximará os homens e torná-los-á irmãos de tal forma “[...] que deve fazer brotar de todos os corações humanos a caridade e o amor ao próximo, e criar entre todos os homens uma solidariedade comum...]” (KARDEC, op. cit. p. 39, item 9).

Nesse diapasão os Espíritos elevados dizem que o Espiritismo é de “ordem divina”, repousa sobre as Leis da Natureza e é necessário porque o mundo vinha se perdendo no materialismo, a ciência desvinculada dos valores morais nobres e os cristãos precisavam ter motivos para retornarem aos ensinamentos do Cristo (KARDEC, op. cit. p. 40).

Conforme a pergunta formulada aos Espíritos e que se encontra em “O Livro dos Espíritos”, Kardec (1997, p. 311), se “O Espiritismo tornar-se-á uma crença popular ou ficará circunscrito a algumas pessoas?”, os mesmos responderam que o Espiritismo será uma crença popular, marcará uma nova era e comporá os conhecimentos humanos, mas que isso não prescindirá de “[...] grandes lutas a sustentar, mais contra o interesse que contra a convicção [...]” e que os oponentes acabarão cedendo para não caírem no “ridículo”:

Certamente, ele se tornará uma crença popular, e marcará uma nova era na história da Humanidade, porque está na Natureza e é chegado o tempo em que deve tomar lugar entre os conhecimentos humanos. Entretanto, terá grandes lutas a sustentar, mais ainda contra o interesse que contra a convicção, porque não é preciso dissimular que há gente interessada em combatê-lo, uns por amor-próprio, outros por causas inteiramente materiais. Mas os contraditores, achando-se mais e mais isolados, serão forçados a pensar como todo o mundo, sob pena de se tornarem ridículos.

1. **3.           ASPECTOS CONTROVERTIDOS ENTRE A TRADIÇÃO CRISTÃ E O ESPIRITISMO**

Para fins de facilitação da aprendizagem plural é preciso que haja uma melhor visualização dos fundamentos, aos leitores ou mesmo aos aprendizes, dos conteúdos pesquisados envolvendo as doutrinas da Tradição Cristã e do Espiritismo. Em tal sentido, a organização de um quadro comparativo é oportuna, atende aos princípios pedagógicos, a valorização das obras e a divulgação dos respectivos conteúdos.

Em tal sentido ensinam Furtado e Borges (Esab, 2008, p. 121) com muita propriedade: Convém lembrar que a aprendizagem não é apenas um processo de aquisição de novas informações. É, antes de mais nada, um processo de aquisição de novos modos de perceber, ser, pensar e agir.

Adianta-se, por cautela, que os principais temas elencados e as explicações, na sua grande maioria, foram extraídos diretamente das obras básicas de cada uma das Doutrinas enfocadas e que atestam com segurança os respectivos fundamentos da Tradição Cristã e do Espiritismo.

Consoante os claros e precisos esclarecimentos contidos na Introdução do seu Catecismo (p. 7), a Igreja Católica explicita que não tem desertado de “GUARDAR O DEPÓSITO DA FÉ [...]”. E que tal “[...] é missão que o Senhor confiou à Igreja e que ela cumpre em todos os tempos.”. Em tal sentido esclarece que ao Concílio o Papa João XXIII confiou “[...] como tarefa principal guardar e apresentar melhor o precioso depósito da doutrina cristã para o tornar mais acessível aos fiéis de Cristo e a todos os homens de boa vontade.”

Diz que não quer se prender em mostrar os erros cometidos “[...] mas sobretudo empenhar-se por mostrar serenamente a força e a beleza da doutrina da fé.”. A partir de tais considerações passa a delinear os fundamentos da Tradição Cristã que foi transmitida, segundo a mesma, de forma sucessória, dos apóstolos aos bispos:

78 Esta transmissão viva, realizada no Espírito Santo, é chamada de Tradição enquanto distinta da Sagrada Escritura, embora intimamente ligada a ela. Através da Tradição, a “Igreja, em sua doutrina, vida e culto, perpetua e transmite a todas as gerações tudo o que ela é, tudo o que crê. (CATÓLICA, Catecismo, p. 34).

A Doutrina da tradição Cristã está contida, pois, no Catecismo da Igreja Católica, Apostólica, Romana, cujo “[...] ITINERÁRIO E ESPÍRITO DE REDAÇÃO DO TEXTO “[...]”, tal como se encontra escrito à fl. 9, “[...] é fruto de uma vastíssima colaboração: foi elaborado em seus anos de intenso trabalho, conduzido num espírito de atenta abertura e com apaixonado ardor.”; e ainda consta na mesma página que a elaboração do mesmo contou com a presidência, a partir do ano de 1986, do então Cardeal Joseph Ratzinger, atual Papa Bento XVI.

Sob o aspecto doutrinário o Espiritismo contém a Doutrina Espírita. É apresentado com a missão de ser a chaveofertada à humanidade para que a mesma possa compreender as leis que regem o mundo espiritual, as suas relações com o mundo material e, assim, facilitar a compreensão dos ensinamentos deixados pelo Cristo como aquele que o preside em virtude de haver anunciado quando esteve encarnado entre os homens que enviaria o Consolador Prometido capaz de continuar a explicar e fazer relembrar todas as coisas em virtude de o mundo estar preparado para tanto.

Como visto anteriormente o Espiritismo é de autoria plural e não se encontra personificado em um só autor. A sua fonte é indestrutível, porquanto, como dito, reside em seres que não podem ser destruídos: os Espíritos. Tendo em vista que as explicações para cada tema se encontram dispersas nas volumosas obras básicas de cada doutrina, a organização didática que se segue tem como objetivo principal a facilitação da aprendizagem plural.

Deus

**Posições da Tradição Cristã**

**Temas:**

“253 *A Trindade é Una*”. Não professamos três deuses, mas um só Deus em três pessoas: “a Trindade substancial. As pessoas divinas não dividem entre si a única divindade, mas cada uma delas é Deus por inteiro: “O Pai é aquilo que é o Filho, o Filho é aquilo que é o Pai, o Espírito Santo é aquilo que são o Pai e o Filho, isto é, um só Deus quanto à natureza. Cada uma das três pessoas é esta realidade, isto é, a substância, a essência ou a natureza divina” (CATÓLICA, Catecismo, p. 70).

Jesus Cristo

Deus feito homem na encarnação. “A Encarnação do Filho de Deus revela que Deus é o Pai Eterno, e que o Filho é consubstancial ao Pai, isto é, que ele é no Pai e com o Pai o mesmo Deus único.” (op cit p.70).

Único mediador (salvo quanto a intercessão dos santos). “955 Pelo fato de os habitantes do Céu estarem unidos mais intimamente com Cristo, consolidam com mais firmeza na santidade de toda Igreja. Eles não deixam de interceder por nós junto ao Pai, apresentando os méritos que alcançaram na terra pelo único mediador de Deus e dos homens, Cristo Jesus.Por conseguinte, pela fraterna solicitude deles, a nossa fraqueza recebe o mais valioso auxílio.” (Op. cit. p. 230)

“1040 O Juízo Final acontecerá por ocasião da volta gloriosa de Cristo. Só o Pai conhece a hora e o dia desse Juízo, só ele decide do seu advento.” Será por intermédio do Juízo Final que haverá “A ressurreição de todos os mortos.”. Seu objetivo será o de “[...] revelar até às últimas conseqüências  o que um tiver feito de bem ou deixado de fazer durante a sua vida terrestre. (op. cit., p. 250).

O Consola dor prometido por Jesus Cristo: “Se me amais, guardai os meus mandamentos. E eu rogarei ao meu Pai, e Ele vos dará outro Consolador, para que fique eternamente convosco, o Espírito de Verdade, a quem o mundo não pode receber, porque não o vê, nem o conhece. Mas vós o conhecereis, porque ele ficará convosco e estará em vós. Mas o Consolador, que é o Espírito Santo, a quem o Pai enviará em meu nome, vos ensinará todas as coisas, e vos fará lembrar de tudo o que vos tenho dito.” (JOÃO, 14, 15-17e 26).

Segunda Vinda de Jesus Cristo

O Espírito Santo. “767 Terminada a obra que o Pai havia confiado ao Filho para realizar na terra, foi enviado o Espírito Santo no dia de Pentecostes para santificar a Igreja permanentemente.”.(op. cit, p. 188). “1433 Depois da páscoa, o Espírito Santo “estabelecerá a culpabilidade do mundo a respeito do pecado” (Jo 16, 8-9), a saber, que o mundo não acreditou naquele que o Pai enviou. Mas esse mesmo Espírito, que revela o pecado, é o Consolador que dá ao coração do homem a graça do arrependimento e da conversão.” (op. cit. p. 342).

“66 NÃO HAVERÁ OUTRA REVELAÇÃO – “A Economia cristã, portanto, como aliança nova e definitiva, jamais passará, e não haverá que esperar nenhuma nova revelação pública antes da gloriosa manifestação de Nosso Senhor Jesus Cristo. Todavia, embora a Revelação esteja terminada, não está explicada por completo; caberá à fé cristã captar gradualmente todo o seu alcance ao longo dos séculos.” (op. cit, p. 32).

Do próprio corpo físico: “1050 A santíssima Igreja romana crê e confessa firmemente que no dia do juízo todos os homens comparecerão com o seu próprio corpo diante do tribunal de Cristo para dar contas dos seus próprios atos” (op. cit., p. 253).

Anjos

A ressurrei-

ção

São criaturas espirituais, criadas assim desde o princípio da criação; moram no céu “326 [...] os anjos – que cercam a Deus.” (Op. cit., p. 86).

“328 A existência dos seres espirituais, não-corporais, que a Sagrada Escritura chama habitualmente de anjos, é uma verdade de fé.” (Op. cit., p. 87).

“311 Os anjos e os homens, criaturas inteligentes e livres, devem caminhar para o seu destino último por opção livre e amor preferencial. Podem, no entanto, desviar-se. E, de fato, pecaram. Foi assim que o mal moral entrou no mundo, incomensuravelmente mais grave do que o mal físico. Deus não é de modo algum, nem direta nem indiretamente, a causa do mal moral. Todavia permite-o, respeitando a liberdade da sua criatura e, misteriosamente, sabe auferir dele o bem.” (Op. cit., p. 84).

Demônio

“II. A queda dos anjos. Por trás da opção de desobediência de nossos primeiros pais há uma voz sedutora, que se opõe a Deus, e que, por inveja, os faz cair na morte. A Escritura e a Tradição da Igreja vêem neste ser um anjo destronado, chamado Satanás ou Diabo...

Com efeito, o diabo e outros demônios foram por Deus criados bons em (sua) natureza, mas se tornaram maus por sua própria iniciativa”.

“[...] O Diabo é “pecador desde o princípio” (Jo 3,8), “pai da mentira” (Jo 8,44).

É o caráter irrevogável da sua opção, e não uma deficiência da infinita misericórdia divina, que faz com que o pecado dos anjos não possa ser perdoado. “Não existe arrependimento para eles depois da queda, como não existe arrependimento para os homens após a morte”

“Neste pedido, o Mal não é uma abstração, mas designa uma pessoa, Satanás, o Maligno, o anjo que se opõe a Deus. O “diabo” (“dia-bolos”) é aquele que “atravessa no meio” do plano de Deus e de sua “obra de salvação” realizada em Cristo”

(CATÓLICA, op. cit., item 391, p. 99; item 392-393, p. 99; item 2851, p. 639).

Céu, Inferno,  Purgatório e penas mortais ou infernais

Céu: Como símbolo da fé se confessa que “279 [...] Deus Pai todo-poderoso como “o Criador do céu e da terra”, “de todas as coisas visíveis e invisíveis”. Por isso, falaremos primeiro do Criador, em seguida da sua criação, e finalmente da queda do pecado, do qual Jesus Cristo, o Filho de Deus, veio resgatar-nos.” (CATÓLICA, op. cit. 76).

. “326 [...]  “O céu” ou “os céus” podem designar o firmamento, mas também o “lugar” próprio de Deus: “nosso Pai nos céus” (Mt 5,16) e, por conseguinte,  também o “céu” que é a glória escatológica. Finalmente, a palavra “céu” indica o “lugar” das criaturas espirituais – os anjos – que cercam a Deus.

 (Op. cit., 86).

. Cristo é o centro do mundo angélico com os seus anjos: “Quando o Filho do homem vier na sua glória com todos os seus anjos...” (Mt 25,31) [...]”

. Futuro Céu: “543 O ANÚNCIO DO REINO DE DEUS – Todos os homens são chamados a entrar no Reino. Anunciado primeiro aos filhos de Israel. Este Reino messiânico está destinado a acolher os homens de todas as nações. Para ter acesso a ele, é preciso acolher a palavra de Jesus [...]”. “544 O Reino pertence aos pobres e aos pequenos, isto é, aos que acolheram com um coração humilde. Jesus é enviado para “evangelizar os pobres” (Lc 4,18). “[...] Identifica-se com os pobres de todos os tipos e faz do amor ativo para com eles a condição para se entrar no seu Reino”. “[...] O advento do Reino de Deus é a derrota do reino de Satanás.” (Op. cit., p. 153 e 154).

.Inferno: região de sofrimento eterno destinada ao diabo e aos pecadores. (Op. cit., itens 326 e 328).

. Pecado mortal ou infernal. “[...] 1033 Morrer em pecado mortal sem ter-se arrependido dele e sem acolher o amor misericordioso de Deus significa ficar separado do Todo-Poderoso para sempre, pela nossa própria opção livre. E é este estado de auto-exclusão definitiva da comunhão com Deus e com os bem-aventurados que se designa com a palavra “inferno”. (Op. cit., p.248).

. A pena capital: “1035 O ensinamento da Igreja afirma a existência e a eternidade do inferno. As almas os que morrem em estado de pecado mortal descem imediatamente depois da morte aos infernos, onde sofrem as penas do inferno, “o fogo eterno”. A pena principal do Inferno consiste na separação eterna de Deus, o Único em que o homem pode ter a vida e a felicidade para as quais foi criado às quais aspira.” (Op. cit. p. 249).

. A purificação final ou Purgatório            existe para “1030 Os que morreram na graça e na amizade de Deus, mas não estão completamente purificados, embora tenham garantida a sua salvação eterna, passam, após sua morte, por uma purificação, a fim de obterem a santidade necessária para entrarem na alegria do Céu.” (Op. cit. p. 247).

Fundamentos filosóficos e de fé.

. Viver uma só vida material, morrer e aguardar a Ressurreição           física: depois do Juízo Final.

**.** Fora de Cristo não há salvação. Igreja: única interprete da palavra de Deus. Concepções renovadoras. (Estudos da CNBB 69, p. 121 a 124).

**.**“[...] 159 não poderá haver desarmonia entre fé e ciência... tanto as realidades profanas quanto as da fé originam-se do mesmo Deus” (op. cit., p. 50).

. “85 O ofício de interpretar autenticamente a palavra de Deus escrita ou transmitida foi confiado unicamente ao Magistério vivo da Igreja, cuja autoridade se exerce em nome de Jesus Cristo, isto é, aos bispos em comunhão com o sucessor de Pedro, o bispo de Roma. (op. cit, p. 36).

**Posições do Espiritismo**

Uno. “1 - Que é Deus? – Deus é a inteligência Suprema,causa primeira de todas as coisas”. (KARDEC, 2002, O Livro dos Espíritos, 2002, p. 45).**.**

“ATRIBUTOS DA DIVINDADE – 10 – O homem pode compreender a natureza íntima de Deus? – Não; é um sentido que lhe falta.” (KARDEC, op. cit., p. 47).

11 - Um dia será dado ao homem compreender o mistério da divindade? – Quando seu espírito não estiver mais obscurecido pela matéria e, pela sua perfeição, estiver próximo dele, então, ele o verá e o compreenderá” (KARDEC, 2002. Op. cit., p. e 47).

O modelo de perfeição. “625 - Qual o tipo mais perfeito, que Deus ofereceu ao homem para servir de guia e de modelo? – Vede Jesus.

Jesus é para o homem o modelo de perfeição moral que a Humanidade pode pretender sobre a Terra. Deus no-lo oferece como o mais perfeito modelo e a doutrina que ensinou é a mais pura expressão da sua lei, porque estava animado de espírito divino e foi o ser mais puro que apareceu sobre a Terra.” (KARDEC, O Livro dos Espíritos, 2002, p. 258).

O fundador do Cristianismo. Preside o Espiritismo consoante se diz que o mesmo “É, pois, obra do Cristo que o preside, como igualmente anunciou, a regeneração que se opera, e prepara o reino de Deus sobre a Terra.” (KARDEC, O Evangelho Segundo o Espiritismo, 1997,  p. 37, item 7).

O Cristo está presente.Porquanto se diz que o Espiritismo é “[...obra do Cristo que o preside como igualmente anunciou...]” conduz ao entendimento de que o Cristo se encontra incessantemente responsável pelos homens e seus futuros de forma ininterrupta. (KARDEC, op. cit., p. 37, item 7).

O Reino se encontra em construção: “1018 – Jamais o reino do bem poderá ter lugar sobre a Terra?

- O bem reinará sobre a Terra quando, entre os Espíritos que vêm habitá-la, os bons vencerem os maus. [...] A transformação da Humanidade foi predita e atingis esse momento, que apressam todos os homens que ajudam o progresso. Ela se cumprirá pela encarnação de Espíritos melhores, que constituirá sobre a Terra uma nova geração.”.(KARDEC, O Livro dos Espíritos, 2002, p. 399).

O Espiritismo, segundo o que se depreende do próprio Cristo: “Venho, como antigamente, entre os filhos perdidos de Israel, trazer a verdade e pôr fim às trevas. Escutai-me. O Espiritismo, tal como antigamente minha palavra, deve lembrar aos incrédulos que acima deles reina uma verdade soberana: o Deus bom, o grande Deus que faz germinar a planta e ergue as ondas. Revelei a doutrina divina...[...]”.(KARDEC, 1997, O Evangelho Segundo o Espiritismo, p. 88).

“O Espiritismo vem, no tempo previsto, realizar a promessa do Cristo e o Espírito de Verdade preside o seu estabelecimento; chama os homens à observação dessa lei; ensina todas as coisas ao fazer entender o que o Cristo disse: *Que ouçam os que têm ouvidos para ouvir*. O Espiritismo vem abrir os olhos e os ouvidos, pois fala de forma direta e objetiva. Ele ergue o véu deixado propositadamente em alguns mistérios [...]”.(KARDEC, op. cit., p. 88).

O Espírito de Verdade: “Venho ensinar e consolar os pobres deserdados. Venho lhes dizer que elevem sua resignação à altura de suas provas. Que chorem, pois a dor foi consagrada no Jardim das Oliveiras, mas que esperem, pois os anjos consoladores virão enxugar suas lágrimas.” (KARDEC, op. cit., p. 89).

Do espírito com seu respectivo corpo perispiritual.Com este é que o se torna visível por estar “[...] revestido de uma substância vaporosa para os teus olhos, mas ainda bem grosseira para nós; muito vaporosa, entretanto, para poder elevar-se na atmosfera e se transportar para onde queira. Assim como o germe de um fruto é envolvido pelo perisperma, da mesma forma o Espírito propriamente dito está revestido de um envoltório que, por comparação, pode-se chamar de **perispírito.”**(KARDEC, 2002, O Livro dos Espíritos, 2 p. 74).

Seres que evoluíram gradativamente. São os espíritos que “Percorreram todos os graus da escala e se despojaram de todas as impurezas da matéria. Tendo alcançado a soma de perfeições de que é suscetível a criatura, não têm mais que suportar provas ou expiações. Não estando mais sujeitos à reencarnação em corpos perecíveis, é para eles a vida eterna, que desfrutam no seio de Deus.”. “[...] mas essa felicidade não é a soma de uma felicidade monótona a transcorrer numa contemplação perpétua. São os mensageiros e ministros de Deus [...]”. (KARDEC, 2002, O Livro dos Espíritos, p. 82).

“Se a opinião que admite seres criados perfeitos e superiores a todas as outras criaturas é errônea, como se explica que essa crença esteja na tradição de quase todos os povos?

- Fica sabendo que teu mundo não existe de toda a eternidade e que, muito antes que ele existisse, já havia Espíritos que tinham atingido o grau supremo. Os homens acreditaram que eles foram sempre assim.” (KARDEC, op. cit., p. 87).

“131 – Há demônios, no sentido que se dá a esta palavra?

- Se houvesse demônios, eles seriam obra de Deus, e Deus seria justo e bom se houvesse criado seres devotados eternamente ao mal e infelizes? Se há demônios, eles habitam em teu mundo inferior e em outros semelhantes. São esses seres homens hipócritas que fazem de um Deus justo, um Deus mau e vingativo, e crêem lhe serem agradáveis pelas abominações que cometem em seu nome. A palavra demônio não implica na idéia de Espírito mau senão na sua significação moderna, porque a palavra grega daimôn, da qual se origina significa gênio, inteligência, se emprega para designar os seres incorpóreos, bons ou maus, sem distinção” (KARDEC, 2002, O Livro dos Espíritos, p. 87).

“Por demônios, segundo a significação vulgar da palavra, se entendem seres essencialmente malfazejos. Seriam, como todas as coisas, criação de Deus. Ora, Deus que é soberanamente justo e bom,  não pode ter criado seres predispostos ao mal por sua natureza, e condenados por toda a eternidade. Se não são obras de Deus, seriam, pois, como ele, de toda a eternidade, ou então haveria várias potências soberanas.

A primeira condição de toda doutrina é de ser lógica. Ora, a dos demônios, em seu sentido absoluto, peca por essa base essencial.” (KARDEC, op. cit., p. 87).

“PARAÍSO, INFERNO E PURGATÓRIO – 1011 – Um lugar circunscrito no Universo está destinado às recompensas e aos gozos dos Espíritos, segundo seus méritos?” “[...] Cada um possui em si mesmo o princípio da sua própria felicidade ou infelicidade, e como eles estão por toda parte, nenhum lugar circunscrito, nem fechado, não está destinado a um antes que a outro. [...]”. “A localização absoluta de lugares de penas e recompensas não existe senão na imaginação do homem. Provêm da tendência a **materializar** e a **circunscrever** as coisas das quais eles não podem compreender a essência infinita.” “1013 - [...] Purgatório, uma vida também de prova, mas com consciência de um futuro melhor. “1016 [...] Segundo a idéia restrita que se fazia antigamente dos lugares de penas e de recompensas, e sobretudo e na opinião de que a Terra era o centro do Universo, que o céu formava uma abóboda e que havia uma região de estrelas e se colocava o céu em cima e o inferno em baixo. Daí as expressões subir ao céu, estar no mais alto dos céus, ser precipitado no inferno. Hoje a Ciência demonstrou que a Terra não é senão um dos menores mundos entre tantos milhões de outros, sem importância especial [...]. Assim, pode-se dizer que carregamos conosco nosso inferno e nosso paraíso. Nosso purgatório o encontramos na nossa encarnação, nas nossas vidas corporais ou físicas” (KARDEC, op. cit., p. 396 e 398).

. Purgatório: “1012 – Que se deve entender purgatório? – Dores físicas e morais: é o tempo da expiação. Quase sempre é sobre a Terra que fazeis vosso purgatório e que Deus vos faz expiar vossas faltas.”. “[... o estado dos Espíritos imperfeitos que estão em expiação até a purificação completa que os deve elevar ao nível dos Espíritos bem-aventurados. Essa purificação operando-se nas diversas encarnações, o purgatório consiste nas provas da via corporal.” (KARDEC, O Livro dos Espíritos, p. 396).

. Céu: “1015 – Em que sentido se deve entender a palavra céu? – Crês que ele seja um lugar, como os Campos Elíseos dos antigos, onde todos os bons Espíritos são amontoados desordenadamente sem outro cuidado que o de gozar pela eternidade uma felicidade passiva? Não, é o espaço universal, são os planetas, as estrelas, e todos os mundos superiores, onde os Espíritos gozam de todas as faculdades sem ter as atribulações da vida material, nem as angústias inerentes à inferioridade.” (KARDEC, op. cit., p. 397).

. Paraíso perdido: são as lembranças que os espíritos obstinados na maldade têm quando deixam um mundo que já se adiantou bastante, mas no qual não conseguiram acompanhar o progresso moral em virtude do prazer que sentiam ao praticarem a maldade de forma obstinada. Em tal sentido a Terra o será para eles motivo de vaga lembrança, quando forem deslocados para mundos mais atrasados; e, lá, tal como se deu nos primórdios da Terra, terá que ajudar às duras penas o progresso de irmãos bem mais inferiorizados. Lá, certamente ajudarão a criar pela imaginação, a figura do paraíso perdido.  (KARDEC, op. cit., p. 399).

. Palavra do Senhor: “Por mim mesmo juro – disse o Senhor Deus – que não quero a morte do ímpio, senão que ele se converta, que deixe o mau caminho e que viva.” (EZEQUIEL, 33:11, apud KARDEC, Allan, O Céu e o Inferno, p. 5).

Evolução pelas reencarnações sucessivas

“Nascer, morrer, renascer ainda, progredir sempre, tal é a Lei”.(ESPÍRITO, Portal. Frase esculpida no frontispício do dólmen de Allan Kardec, no Cemitério de Père–Lachaise, França, acesso em 08/03/2010).

**.** Fora da Caridade não há salvação. A Ciência e a Religião são as duas alavancas da inteligência humana; uma revela as leis do mundo material e a outra as leis do mundo moral; mas umas e outras, tendo o mesmo princípio que é Deus, não podem se contradizer [...]” (KARDEC, 1997, O Evangelho Segundo o Espiritismo, p. 37).

. “Fé inabalável é somente aquela que pode encarar a razão face a face, em todas as épocas da Humanidade” (KARDEC, op. cit., p. 1).

1. **4.           A EDUCAÇÃO RELIGIOSA CRISTÃ À LUZ DA TRADIÇÃO CRISTÃ E DO ESPIRITISMO**

4.1.       CONSIDERAÇÕES GERAIS

A educação religiosa cristã que leve em consideração os conhecimentos da Tradição Cristã e do Espiritismo deve permitir ao interessado, notadamente ao aprendiz em formação, o desenvolvimento da sua capacidade de forma integral, integrada e plena em consonância com os postulados básicos ou fundamentais das duas doutrinas enfocadas.

Ora, não sendo assim seria imaginar que alguém precisa ser saudável sem poder se alimentar da essência dos mais importantes alimentos tão somente porque o responsável pela nutrição não gosta de um ou de outro. No mesmo sentido seria querer que alguém lesse um texto, por exemplo, sem lhe fornecer qualquer acesso ao processo do letramento, às técnicas de interpretação e em que consiste o seu conteúdo. Ainda: querer que alguém aprenda Biologia, Medicina, Química, Agronomia... sem que possibilitar que se tenha acesso ao que seja vírus, bactéria, fungo, célula, tecido, organismo, energia, vibração, magnetismo, elementos químicos...

É preciso, pois, expressar alegria e realização por se saber mais, melhor e ao se fazer relações, comparações, reflexões... E se alguém se sente assim e é cristã, nada mais natural que conceber o que é bom para si, ao seu semelhante, de tal forma que o mesmo possa sentir também esse estado de bem estar ou um verdadeiro “céu” interior. Principalmente quando se vive no mundo da diversidade e da adversidade, inclusive de crenças, exigindo sacrifício, dedicação e muita boa vontade de cada um.

É preciso compreender que na atualidade é imprescindível o acesso aos mais elementares conhecimentos, porquanto todos precisam disso para poder viver, conviver, relacionar, compreender, ser compreendido, amar, errar, corrigir, suportar, perdoar, orar, refletir, criticar, ser criticado, escolher, ser escolhido...

A exposição clara e precisa dos aspectos doutrinários das duas vertentes de natureza cristã, objetivando torná-los conhecidos por todos atende ao que prevê a parábola da candeia, segundo Marcos (4, 22) de que “[...] nada está oculto senão para ser manifesto; e nada se faz escondido senão para ser revelado.”

É preciso entender também que o preceito cristão foi ensinado por Jesus para ser cumprido e encontra plena confluência com o nobre pensamento de Lévinas, apud Sturmer (2009) quando diz que existe “[...] muita deficiência na visão das diferenças de outros pontos de vista de outras concepções religiosas”. E, que, em tal contexto, esclarece que há preocupação por parte da Igreja Católica em mostrar de forma clara a sua Doutrina para que os outros possam conhecê-la bem e acrescenta que

O próprio Vaticano II, na Unitatis redintegratio, insiste, no caso do catolicismo, na correta exposição da doutrina católica, para que irmãos de outras denominações religiosas interpretem os católicos a partir de tal realidade doutrinária. Um conhecimento mais realista da mente religiosa das outras confissões religiosas leva os católicos a uma valorização maior das suas práticas religiosas, intensifica o amor deste para com eles. É preciso aprender a ouvir o outro e numa atitude de empatia sentir o que o ele sente ao fazer a exposição da sua doutrina. O conhecimento real do outro se faz através da ótica do outro. É uma questão de inculturação e não de doutrinação. O outro é uma riqueza para nós.

**Finalmente, é preciso atribuir o mérito pela insistência da busca pelo diálogo entre a Igreja Católica com a modernidade, ao memorável discurso do papa João XXIII quando da abertura do Concílio Vaticano II, na manhã de 11 de outubro de 1962, na basílica de São Pedro, no Vaticano, diante de 2540 Padres conciliares, objetivando motivar os membros da Igreja a modificar sua atitude “[...] em face ao mundo moderno, passando de uma atitude de condenação para uma atitude pastoral e de diálogo [...]” (LUZURIAGA,**1973, p. 158).

**4.2.      A EDUCAÇÃO RELIGIOSA: CONCEITO E HISTÓRICO**

Segundo Ferreira (1986), a educação é “Processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social”. É notório, pois, que a educação pode ocorrer de forma variada e nos mais variados locais.

Nos povos primitivos em que não havia escolas e nem o uso consciente de metodologia, a educação das crianças era baseada na reprodução dos atos dos adultos, principalmente dos líderes a exemplo dos “[...] feiticeiros, curandeiros, xamãs, esconjuradores ou homens que consultavam os espíritos familiares. Constituem os professores mais primitivos.” (MONROE,1983, p. 1. Apud PILETTI, 1985, p. 45).

Era comum se utilizar da imitação, dos cerimoniais, do animismo. Tais práticas tinham o objetivo de fazer a iniciação de forma empírica nos valores sociais, morais e religiosos; enfim, visava fazer “[...] o ajustamento da criança ao seu ambiente físico e social por meio da aquisição da experiência de gerações passadas.” (MONROE, 1983, p. 1. Apud PILETTI, 1985, p. 43).

Com o desenvolvimento dos grupos sociais e da linguagem escrita, as relações ficaram cada vez mais complexas e o homem, ao sair da transmissão de valores de geração em geração, passou a viver e a pensar mais politicamente centrado no indivíduo. Com os registros das suas mais variadas relações a assimilação dos conhecimentos passou a ser mais formal.

É evidente que a educação variava de acordo com a cultura de cada povo que procurava valorizar as suas tradições. Como exemplo a educação chinesa que se utilizava do método da memorização principalmente de textos das obras clássicas de Confúcio. Os hindus faziam uma educação mais centrada nas suas escrituras sagradas de tal forma que atendesse o rígido sistema de castas em que algumas tinham certos privilégios a exemplo dos brâmanes que podiam estudar nas universidades enquanto que outras, como os sudras e os párias, não recebiam qualquer tipo de educação formal.

Os judeus centravam a educação religiosa em textos oriundos da Bíblia e do Talmude que eram ministrados pelos escribas e sacerdotes. Na Grécia, muito embora se valorizasse a educação do homem livre, pensante, político, racional, moral e conhecedor de si, o que influenciou por demais na cultura ocidental, o certo é que “90%” da população não tinha acesso à educação formal em virtude da escravidão.

Ademais, num mesmo povo – grego - a educação tinha objetivos diferentes. A espartana, famosa pelas conquistas guerreiras visava e utilizava dos métodos para se conseguir a formação de um indivíduo perfeito fisicamente e que primava pela coragem e hábito de obediência às leis do estado. Valorizava-se sobremaneira a formação do soldado ideal, ou seja, que atendesse aos anseios militares. Já o ateniense buscava a formação mais completa nos sentidos físico e intelectual.

Foi nesse contexto que surgiram os filósofos como Sócrates, Platão, Aristóteles... e também os sofistas que foram considerados os primeiros professores em virtude de os mesmos fazerem um tipo de  ensino mais geral, envolvendo as artes, as ciências e a eloqüência, num processo mais individualizado e prático de aprendizagem e mediante remuneração. (PILETTI, 1985, p. 49 a 60).

No entanto, ante as grandes invasões que se davam pelas freqüentes guerras, havia grandes influências de uma cultura em outra. Em tal sentido foi o que aconteceu com a educação romana voltada basicamente aos interesses práticos das suas realizações concretas, ou seja, voltada basicamente ao sucesso militar.

Entretanto, tal tipo de educação atendia a uma minoria considerada fútil por viver na superficialidade, na corrupção, na exploração... O resultado encontrado foi o declínio como diz Piletti (1985, p. 78): “O que mais caracteriza a decadência da educação romana é o fato de ela ter passado a se limitar à classe mais elevada. [...]”. E mostrando com propriedade a ascensão da educação pela Igreja, conclui:

Assim, a educação ministrada pela primitiva Igreja Cristã veio, gradualmente, substituir a decadente educação romana. Esta, mesmo mantendo sua estrutura após os bárbaros terem conquistado o Império Romano do Ocidente, em 476 d.C., perdeu a sua importância. (PILETTI, 1985, p. 78).

No entanto, com o passar do tempo a Igreja fazendo uso do poder exacerbado e visando à obstinada hegemonia e a consolidação da centralização do poder, além do combate a cismas e heresias se desgarrou dos seus mais nobres e legítimos educadores e lançou mão de um processo educativo calcado no poder da salvação em seu nome e do próprio Cristo.

O ponto máximo de tal abuso em nome da fé e distanciamento da essência de amor ao próximo, inclusive aos inimigos, tal como ensinado pelo Cristo, se deu quando passou a qualificar as guerras que eram travadas de “santas” sob a promessa de benefícios aos guerreiros, nesta e na outra vida, após a morte, como diz Franco Junior (1988, p. 119), narrando com a mestria que lhe é peculiar os feitos do Papa Gregório VII (1073 a 1085):

Importante dentro do espírito da Reforma Gregoriana foi a concepção das Cruzadas. Elas deveriam funcionar não só como um elemento de pacificação interna da Europa católica, mas especialmente como um fenômeno aglutinador da Cristandade sob o comando da Igreja. Por isso acenava-se para seus participantes com a remissão dos pecados, a proteção eclesiástica sobre suas famílias e bens, a suspensão do pagamento dos juros. Enfim, objetivava-se colocar a sociedade laica sob o controle da sociedade clerical, e alargar a área de atuação desta última pela submissão dos infiéis (Cruzadas no Oriente Médio e na Península Ibérica), dos cismáticos (Cruzada contra Bizâncio) e dos hereges (Cruzada contra os cátaros). Mas, para tanto, os guerreiros precisariam estar imbuídos dos ideais da Igreja. Para São Bernardo (1091-1153), o grande ideólogo do cavaleiro cristão, “este é ministro de Deus para vingar sobre os maus e defender a virtude dos bons”, pois “a morte que se dá ou recebe por amor de Cristo, longe de ser criminosa, é digna de muita glória.

Luzuriaga (1959, p. 1), explicando o surgimento da educação pública religiosa diz que até o século XVI a mesma “[...] era puramente eclesiástica.”. A partir da Reforma Religiosa Cristã pelo Movimento Protestante é que advém a educação pública religiosa, cujo objetivo era o mesmo da primeira, isto é, “[...] a formação do fiel, do cristão, mas com caráter mais secular, nacional, e posto que eminentemente religiosa, tem o sentido cultural do renascimento.”. Continua a sua explanação esclarecendo que somente a partir do século XVIII é que surge a educação pública estatal e que o “Seu objetivo é a formação do súdito, em particular do militar e do funcionário.

É uma educação autoritária, de caráter eminentemente disciplinar e intelectual.”. Mas, no caso, foi de suma importância para o surgimento e desenvolvimento, após a Revolução Francesa, no século XIX, da educação publica nacional cujo objetivo, acima de tudo, assevera: “[...] é a formação do cidadão, a educação cívica patriótica do indivíduo; e tem caráter essencialmente popular, elementar, primário.”. LUZURIAGA (1959, p. 1).

A partir do século XIX houve um grande esforço para que os países organizassem os seus sistemas educacionais e fizessem a tão almejada universalização do ensino. No entanto, depois de tantos esforços para a consolidação do ensino a todos como um direito subjetivo e dever do estado, somente no final da década de 1990, no nosso país, se conseguiu tal inclusão, restando comprometida, ainda hoje, a qualidade da educação como um fator de transformação efetiva do cidadão, preparo do mesmo para a vida e a sua significativa participação na vida social. Em tal sentido explicitou Gadotti (2000, p. xiii):

No limiar do século XXI e de um novo milênio, a educação se apresenta em uma dupla encruzilhada: de um lado o desempenho do sistema escolar não têm dado conta da universalização da educação de qualidade; de outro, as novas matrizes teóricas não apresentam, ainda, a consistência global necessária para indicar caminhos realmente seguros em uma época de profundas e rápidas transformações.

Dentre os diversos fatores que comprometem essa tão propalada falta de qualidade na educação, destacam-se de forma notória: corrupção, politicagem, materialismo, competição exacerbada e desleal, tecnicismo exagerado, endividamento dos cofres públicos, falta de esperança, uso e tráfico de drogas e a falta de respeito ao próximo e a sim mesmo.

Tal situação voltada à banalização da vida tem exigido da sociedade e do Estado a adoção de um processo educacional que desenvolva a capacidade moral e espiritual do aprendiz, através de valores nobres, o que justificou a busca por um ensino religioso que se amoldasse à imensa argamassa cultural brasileira e custeado pelos cofres públicos.

Daí que adveio a Lei n. 9475/1997, ou seja, vedando o proselitismo e exigindo respeito às garantias individuais e coletivas com destaque para a liberdade de crença, pensamento, criação, expressão (artigo 5º da Constituição Federal de 1988), cujas conquistas históricas decorreram de muito sacrifício e, portanto, não podem retroceder.

Afinal, é sempre bom lembrar que "uma visão histórica da educação, mostra como esta esteve sempre preocupada em formar determinado tipo de homem. Os tipos de homem variam de acordo com as diferentes exigências das diferentes épocas".(SAVIANI, 1992, p. 28).

**4.3.     A EDUCAÇÃO RELIGIOSA CRISTÃ SEGUNDO OS FUNDAMENTOS DA TRADIÇÃO CRISTÃ**

Os processos educativos dos primeiros séculos da Roma antiga eram sustentados por uma ideologia que além de criar regras para dar proteção aos nobres da sociedade, também justificava a escravidão. E, para piorar, contavam com a posição de filósofos considerados brilhantes como Platão e Aristóteles que faziam afirmações de ser a escravidão um fenômeno “natural”. Diziam que certos homens e mulheres havia nascidos para serem escravos, enquanto que outros eram dotados de qualidades superiores desde o berço:

Que espécie de ideologia econômica vigorava nessa época? Sabe-se da existência de alguns tratados, sobretudo no período romano, sobre a melhor maneira de plantar, os implementos agrícolas mais eficientes, a forma adequada de vigiar, controlar e punir os escravos. Além destes foram escritos outros tratados visando a justificar o regime de escravidão. Filósofos brilhantes, como Platão e Aristóteles, afirmavam que a escravidão era um fenômeno “natural”, e o único sistema possível e que sua existência seria eterna. Segundo esses filósofos, certos homens e mulheres nasciam para ser escravos: eram intrinsecamente inferiores. Outros, dotados de qualidades superiores desde o berço, nasciam para se tornar proprietários de escravos. Platão e Aristóteles não faziam apologia meramente verbais: esta era a ideologia dominante que eles simplesmente aceitavam como um fato. (HUNT, E. K. & SHERMAN, 1982, apud PILETTI, Op cit, p. 80).

Em que pese o aspecto negativo da cultura grega acerca da utilização de escravos como seres desprovidos dos mesmos direitos daqueles que assistiam à sua elite social, o certo é que ela legou valores democráticos de suma importância para a liberdade do homem com a sua capacidade de reflexão sobre si e sobre as coisas do mundo; e, assim, influenciou sobremaneira os alicerces do Cristianismo. Daí que somados tais valores aos herdados do Judaísmo pode-se dizer da construção da identidade cristã, cujas características educacionais o mestre Luzuriaga (1973, p. 70) as sintetizou como sendo integrante da educação cristã primitiva:

1º) Reconhecimento do valor do indivíduo como obra da divindade.

2º) Superação dos limites de nação e Estado e criação da consciência universal humana.

3º) Fundamentação das relações humanas no amor e na caridade.

4º) Igualdade essencial de todos os homens, seja qual fôr a posição econômica ou classe social.

5º) Valorização da vida emotiva e sentimental sobre a puramente intelectual.

6º) Consideração da família como a mais imediata comunidade pessoal e educativa.

7º) Desvalorização da vida terrena presente ante o além, e, portanto, subordinação da educação à vida futura.

8º) Reconhecimento da Igreja como órgão da fé cristã e, logo, como orientadora da educação.

No início a educação cristã se deu de forma direta, pessoal, sem escolas e segundo Luzuriaga (1973, p. 71)

Os educadores foram o próprio Jesus – o Mestre por excelência -, os apóstolos, os evangelistas e, em geral, os discípulos de Cristo. É uma educação sem escolas, como foi na budista, na judaica e, em geral, em todas as religiões, em seus primeiros tempos.

Paulatinamente passou-se para a instrução catequista a cargo dos sacerdotes visando à preparação para a vida ultraterrena; a escola episcopal para a formação de eclesiásticos, como a fundada por Santo Agostinho em Hipona, objetivando como diz Luzuriaga (1975, p. 72) a “[...] instrução superior aos aspirantes da Igreja (diáconos, sacerdotes, etc.), constante de ensino de teologia e serviço eclesiástico, ao passo que a cultura humanista a recebiam nas escolas tradicionais romanas.”

Depois, como diz o mesmo autor surge a educação junto aos mosteiros que “[...] recebiam os noviços, aos quais davam educação mais acética e moral que intelectual. Esta, no entanto, não ficava excluída já que os noviços deveriam poder ler as Sagradas Escrituras.”. O ponto culminante desse tipo de educação se deu com a chamada Regra da Ordem de São Bento, por volta de 525, que serviu de modelo para toda a Europa e foi um verdadeiro centro de cultura que previa a

[...] leitura dos textos sagrados durante a refeição dos monges; a admissão de meninos para educar; o trabalho dos monges, pois “a ociosidade é o inimigo da alma” e dispões sobre horas de leitura fora das refeições, em livros da biblioteca que deve haver no convento, instituindo-se um inspetor para velar por que as leituras se façam. (LUZURIAGA, 1973, p. 73).

Em virtude desse processo educativo foi que nos primeiros séculos vigeu a chamada patrística em que a maioria dos padres, com destaque para Clemente de Alexandria, Orígenes, São Basílio, São Jerônimo, São Bento e Santo Agostinho, era de educadores formados “[...] na cultura e filosofia grega e romana, especialmente no neoplatonismo e no estoicismo, e cuidavam de conciliá-las com a nova fé.” (LUZURIAGA, 1973, p. 73).

Durante a Idade Média, inobstante o predomínio da educação cristã, do uso do latim, do nascimento das universidades abertas aos alunos de todos os países, do feudalismo com a valorização da “[...] educação cavaleirosa próprias das idades guerreiras e heróicas [...]” (Luzuriaga, 1973, p. 78),  deu-se o “Desenvolvimento de uma educação secular, municipal ou gremial, junto à eclesiástica” (LUZURIAGA, 1973, p. 79).

A partir do século XVI a Reforma Protestante reage à educação eclesiástica com a formação da educação pública, mas também com conotação religiosa, porquanto havia a necessidade de se poder traduzir a Bíblica para a língua pátria e proporcionar a sua aprendizagem através da leitura. Assim, esse tipo de educação teve conotação popular, nacional e no vernáculo de cada país.

Ressalte-se que tais bases somadas às luzes da razão que se instalara à época, através de grandes pensadores, foram de suma importância para se atingir, no século XVIII, os princípios que orientaram a Revolução Francesa e a educação de caráter nacional capazes de sedimentar: patriotismo, democracia, liberdade, educação como responsabilidade do Estado, independente da Igreja; obrigatoriedade do ensino às crianças em geral; gratuidade do ensino primário; educação laica e a unificação dos vários níveis de ensino público.

Enfim, tais conquistas acabaram por ser a mola propulsora da Educação Nova através da qual se incrementou novos e mais apropriados métodos de educação e a formulação de novas idéias e teorias educacionais (LUZURIAGA, 1973, p. 149 a 157).

Em nosso país (salvo o período pré-republicano, até 1889, em que o Catolicismo era a religião oficial) passa a viger o Estado laico. Com isso a catequese passou a ser dada nas Igrejas Católicas. Isto difere do componente curricular Ensino Religioso da atualidade que veda o proselitismo, em especial após a vigência da Lei n. 9.475 de 22 de abril de 1997. O Diretório Pastoral de Catequese, da Igreja Católica, faz a distinção entre ensino religioso e catequese paroquial, explicitando que

O ensino religioso destina-se à formação geral da pessoa humana em sua dimensão religiosa. A catequese, por sua vez, pode assumir o aspecto de iniciação cristã (recepção dos sacramentos) e o de aderir pessoalmente à fé.[...] (CATEQUESE, Diretório. Apud  RELIGOSO, Portal: 2009, p. 19, acesso de 15/3 a 14/04/2009).

**4.4.     A EDUCAÇÃO RELIGIOSA CRISTÃ SEGUNDO OS FUNDAMENTOS DO ESPIRITISMO.**

**Consoante os esclarecimentos que constam de O Evangelho Segundo o Espiritismo, a educação religiosa cristã à luz dos fundamentos do Espiritismo pode ser ministrada basicamente nos lares espíritas e nos centros ou sociedades espíritas. Para tanto, tal tipo de educação não prescinde que o aprendiz tenha acesso às bases doutrinárias que se encontram alicerçadas, também, noutro livro denominado de O Livro dos Espíritos que contêm os Princípios da Doutrina Espírita. Aliás, na introdução dessa obra seguida de 1018 perguntas com as respectivas respostas e conclusão, vê-se que a mesma se propõe a tratar minuciosamente**

**[...] sobre a imortalidade da alma, a natureza dos Espíritos e suas relações com os homens, as leis morais, a vida presente, a vida futura e o futuro da humanidade segundo o ensinamento dados pelos Espíritos superiores com a ajuda de diversos médiuns.**

**Dessa forma, a educação espírita cristã pressupõe que o aprendiz deva compreender os fundamentos do Espiritismo à luz dos ensinamentos de Jesus Cristo, segundo o que consta na obra “O Evangelho Segundo o Espiritismo” e tantas outras obras denominadas complementares, particularmente as de cunho infanto-juvenil, cujos ensinamentos devem estar em harmonia com os fundamentos das obras básicas e princípios de cunho pedagógico.**

**Em tal sentido essa educação deverá proporcionar ao aprendiz a compreensão acerca das razões que justificam ser o Espiritismo a Terceira Revelação Divina e a sua sustentabilidade racional, científica, filosófica e religiosa, perante os demais campos de conhecimentos.**

**Deverá tal processo educativo conduzir o aprendiz à compreensão acerca da missão educacional maior do Espiritismo, qual seja: a de formar homens de bem para que os mesmos, bem formados ou até reformados, moralmente, possam se elevar e ao mesmo tempo ajudar na renovação do semelhante e das mais variadas relações e instituições sociais, políticas, científicas, filosóficas, religiosas...**

**Para tanto, com tais características educacionais, é preciso que se compreenda que o Espiritismo, tal como acontece com os demais campos de conhecimento bem estruturado, pode e deve ser ensinado de forma progressiva e segundo a capacidade de entendimento do aprendiz. Isto não prescinde de planejamento educacional, metodologia, plano de ensino e de aula e sistema de avaliação, próprios e adequados, para que se obtenham os resultados e se atinjam algumas metas, cujos parâmetros estão assim explicitados:**

**918 – Por que sinais se pode reconhecer num homem o progresso real que deve elevar seu Espírito na hierarquia espírita?**

**- O Espírito prova sua elevação quando todos os atos de sua vida corporal são a prática da lei de Deus e quando compreende, por antecipação, a vida espiritual. (KARDEC, Allan. O Livro dos Espíritos, p. 354)**

**[...] O egoísmo é a fonte de todos os vícios, como a caridade é a fonte de todas as virtudes. Destruir um e desenvolver o outro, tal deve ser o objetivo de todos os esforços do homem, se quer assegurar sua felicidade neste mundo, tanto quanto no futuro. (op. cit, p. 354).**

**[...] A educação, se bem entendida, é a chave do progresso moral. Quando se conhecer a arte de manejar os caracteres como se conhece a de manejar as inteligências, poder-se-á endireitá-los, como se endireitam as plantas jovens. Todavia, essa arte exige muito tato, muita experiência e uma profunda observação [...] (op. cit. p. 353).**

**Dentre os diversos aspectos envolvendo a educação religiosa espírita cristã, um dos mais importantes diz respeito à educação mediúnica, objetivando o desenvolvimento da capacidade do aprendiz acerca da aplicabilidade da mediunidade, seus benefícios e os perigos que o mau uso da mesma poderá acarretar, acima de tudo, ao praticante. A educação dessa faculdade deverá proporcionar ao educando o desenvolvimento para que consiga atuar com consciência, segurança e fazendo bom uso do seu “instrumento” de trabalho, em especial junto às sociedades espíritas.**

**A educação mediúnica visa também proporcionar qualidade ao trabalho a ser desempenhado, ou seja, aquele que desejar entrar em contato com os espíritos que o façam sabendo que tais seres nada mais são do que os homens desencarnados e que conservam as suas naturezas, boas ou más, após a morte. É o que se depreende das explicações contidas em O Livro dos Médiuns (Kardec, 1978, p.´157):**

**Se houvermos compreendido bem, segundo a escala espírita (Livro dos Espíritos, n. 100) a infinita variedade dos Espíritos no tocante à inteligência e à moralidade, facilmente conceberemos as diferenças existentes em suas comunicações. Elas devem refletir a elevação ou a inferioridade de suas idéias, seu saber ou sua ignorância, seus vícios e suas virtudes [...].**

**Sabendo disso, a educação mediúnica cristã deverá visar sempre o bem e o amor ao próximo, inclusive aos desencarnados em virtude da concepção e a constatação de que os mesmos, ao morrerem, continuam interferindo nos encarnados. Para tanto, esse tipo de trabalho, para não cair na banalização materialista, deverá se atentar para as instruções contidas na obra básica denominado de O Livro dos Médiuns (Kardec, 1978) que**

**Contém o ensino especial dos Espíritos sobre a teoria de todos os gêneros de manifestações, os meios de comunicação com o Mundo Invisível, o desenvolvimento da mediunidade, as dificuldades e os escolhos que se podem encontrar na prática do Espiritismo.**

1. **5.           A EDUCAÇÃO RELIGIOSA CRISTÃ NA PERSPECTIVA DE UMA APRENDIZAGEM PLURAL, ENVOLVENDO OS FUNDAMENTOS DA TRADIÇÃO CRISTÃ E DO ESPIRITISMO**

Antecipadamente é preciso compreender que a aprendizagem religiosa plural pressupõe que o ensino seja ministrado com base nos vários fundamentos que sustentam cada uma das doutrinas religiosas, notadamente os da Tradição Cristã e do Espiritismo que possuem os seus respectivos corpos doutrinários bem definidos.

Em tal sentido esse tipo de aprendizagem deverá ser compatível com aquilo que se pretende ver assimilado pelo aprendiz: conhecimentos amplos, bem estruturados, centrados na comparação, pesquisas amplas e gerais a serem realizadas nas obras básicas de cada uma das vertentes, sem exceção alguma.

O objetivo desse tipo de ensino é proporcionar ao aprendiz em formação, acima de tudo, a busca da condição de verdadeiro cidadão-cristão que esteja apto para a prática não tão somente da tolerância ao seu próximo, diferente, mas acima de tudo tenha capacidade de compreender, pelo tipo especial de educação religiosa, o outro, seus conhecimentos e a sua maneira de pensar e agir.

Ante os objetivos propostos, é plausível sugerir o perfil do (a) cristão (ã) a ser buscado: Centra-se nas luzes da Educação no seu sentido mais nobre: de Ciência Libertadora, através da qual busque de forma progressiva o desenvolvimento da sua capacidade física, intelectual ou mental, moral, espiritual e social e, como conseqüência, a do semelhante.Capacita-se constantemente para compreender que é pela desenvoltura do senso crítico e justo que poderá analisar e compreender mais e melhor o sábio ensinamento do Cristo de que é pelos frutos que se conhece a árvore e nem sempre o inverso.

Valoriza a democracia participativa e inclusiva e compreende que é pelo cultivo da liberdade, inclusive a de expressão, que se consegue o caminho que conduz à independência do ser e a sua desenvoltura; mesmo que esteja ligado ou até mesmo vinculado à organização ou movimento de caráter religioso. Utiliza-se sempre da arma da paz, da compreensão para com tudo o que existe, sem nunca se esquecer de que o Cristo ensinou o “Amai-vos uns aos outros.”. Valoriza a busca incessante pela Verdade como fruto da sua competência que Deus lhe proporcionou como um ser único e que não deve ser manipulada por ninguém.

Reconhece que os valores morais deixados pelos mestres das religiões, mas em especial os do Cristo, devem ser universalizados e quando questionado sobre questões que envolvem os fundamentos filosóficos de crença ou de fé, procura responder com conhecimentos sólidos, equilíbrio, sabedoria, justiça e exemplificando o mais profundo respeito.

**6.      A EDUCAÇÃO RELIGIOSA CRISTÃ NUMA PERSPECTIVA ESTRITA E SUAS CONSEQÜÊNCIAS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM À LUZ DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA.**

**É preciso compreender que o ensino em sentido estrito ou estreitamente vinculado aos preceitos de uma crença, obra, movimento... sem análise crítica, avaliação e reflexão por parte do aprendiz, por um outro prisma, pode ser considerado um bem em virtude de ajudar a alimentar a fé, um melhor ajustamento nas atividades religiosas, na vida presente, inclusive nos grupos familiares e sociais e a esperança em uma vida futura após a morte; mesmo quando tal ensino se dá nos lares ou junto aos templos ou organizações religiosas.**

**No entanto, mesmo em sentido estrito, quando se ensina diretamente os postulados de uma determinada crença ou doutrina sem situar o aprendiz no contexto histórico e sem dar a ele a possibilidade de sequer pensar em outras vertentes explicativas, vedando inclusive os relevantes debates, os fatos históricos, o diálogo, a aproximação e a compreensão das bases que formam outra realidade política, filosófica, religiosa... é possível que se esteja formando um bom crente.**

**Mas, como o ser humano não deve ser concebido como se fosse um bem de consumo, a exemplo dos carros – produzidos em série - é possível que se esteja formando, sob o ponto de vista educacional e religioso, um fanático de marca maior: um intolerante ou um apaixonado e dependente da sua crença que, por ela e fora dela, é capaz de se perder. Será capaz de até mesmo matar como mostram a História, a Eugenia e a Mídia. Afinal, nenhum pai, mãe ou professor dispõe de uma espécie de “tomógrafo computadorizado educacional” para saber das tendências, impulsos, inclinações ou predisposições de cada aprendiz.**

**Portanto, a formação através de uma educação religiosa plural, séria, equilibrada e bem organizada não poderá dispensar qualquer vertente religiosa, muito menos, no caso, a Tradição Crista e muito menos, ainda, o Espiritismo por ser este bem estruturado sob o ponto de vista doutrinário, movimento, moralidade, religiosidade, e, ainda, passível de ser estudado, compreendido e aceito como o Consolador Prometido por Jesus Cristo.**

**Ora, como os postulados do Espiritismo colidem com os da Tradição Cristã, não será, evidentemente, pelo confronto zombeteiro, desonroso e violento que se fará cristãos verdadeiros, isto é, formados à luz dos suaves e delicados preceitos morais do Cristo; e muito menos praticando o isolamento ou a exclusão de uma ou de outra doutrina, quando do uso dos seus respectivos conteúdos de natureza cristã.**

**Como sábio e previdente, o Cristo apregoou que é pelos “frutos que se conhece a árvore”; e, assim, não cabe aos agentes da educação que forem conscientes e prudentes, limitarem ou omitirem, por conta própria ou por imposições de políticos e religiosos, ardorosos, nas suas crenças, conteúdos a serem ministrados sem fazerem as devidas avaliações e comparações como se a Verdade não pudesse ser um compromisso dele, como educador, e muito menos da Ciência Educacional.**

**Na esteira desse entendimento, evidentemente que somente pelo estudo sério, responsável, compenetrado, respeitador, destemido e buscando a Verdade, como o bem maior, é que se pode chegar aos conhecimentos básicos e de fundamental importância para a humanidade.**

**E mais: é preciso cautela para não se rejeitar por antecipação uma ou outra doutrina, em especial o Espiritismo, como fizeram os judeus quando das pregações dos primeiros cristãos junto às sinagogas e depois, perseguidos, junto à sociedade romana, se mancomunaram com as autoridades e, estas, por suas vezes, apegados aos seus deuses e ao próprio imperador, como um ser deificado, perseguiram impiedosamente os cristãos. Estes, pasmem! Depois de tolerados inclusive pelo belo decreto dos Imperadores, cometeram os mesmos erros dos seus antecessores montando ao estilo do Sinédrio, o Tribunal da Inquisição.**

**Agora é a vez da Ciência Educacional que deverá ser estruturada segundo os nobres fundamentos da democracia participativa e inclusiva, conquistada com muito sacrifício de vanguardeiros destemidos e sábios. Em tal sentido o merecido destaque para**Neves (1997, p. A 17) ao defender o ensino religioso custeado pelos cofres públicos quando estava sob as desconfianças dos religiosos, dos intelectuais e do próprio poder político, de então; e, que, com muita propriedade assim se expressou como cristão e mostrando a importância desse conteúdo programático na escola pública:

Sobre o ensino religioso, a primeira coisa a se colocar é que não se trata de catequese e muito menos de proselitismo católico. Não aceitamos isso. O ensino religioso é a formação da consciência religiosa do adolescente, da criança e do jovem que estão na escola. A falta desse ensino leva à degeneração da convivência social [...] 

**Como se não bastasse, deve-se tomar o cuidado para não se cultivar uma democracia participativa ilegítima ou mascarada e a serviço de ideologia; ou seja, com ares de ser democrática, mas que ao final objetiva mesmo é o cultivo da aprendizagem plural daquilo que interessa a uma minoria que deseja a manutenção do estudo confessional a ser, diplomática e gradativamente, implantado nas escolas públicas.**

**Deve, acima de tudo, primar pela oportunidade a todos que desejam uma educação de qualidade, o que não prescinde da inclusão quantitativa e também qualitativa sem distinção de doutrina, movimento, crença, raça, condição social, econômica, política... A bandeira da aprendizagem plural deve ser a da Verdade a fim de a mesma não se aprisionar.**

**Afinal, não aprendendo ou aprendendo pouco ou em sentido estrito as pessoas em geral, em especial os que estão na condição de docentes, não poderão produzir os “frutos” para os quais não foram preparados. E o mais significativo: quando ensinam é absolutamente normal e compreensível que o fazem segundo o que lhes foi colocado à disposição. Isto reflete, naturalmente, nos alunos em formação fazendo com que a cadeia se torne contínua e muitas vezes negativa, notadamente junto aos estabelecimentos de ensino.**

**Entretanto, não é coerente combater os efeitos sem estudar e sem debelar as causas que os produzem. É preciso que se diga que a realidade atual do Ensino Religioso se encontra bem comprometida não em virtude da inoperância dos professores, mas sim em virtude de os cursos de formação não terem ofertado aos mesmos, quando das suas formações, as essências das mais variadas vertentes doutrinárias que sustentam as religiões, em especial as que sustentam a Cristandade na sua mais completa abrangência, sem exceção alguma.**

**Em decorrência do acima exposto é que se deu a “Análise de casos específicos da prática do Ensino Religioso em algumas escolas” segundo o Portal da Educação (2009, p. 71, acesso de 15/10 a 14/11/2009), cujo resultado permitiu que os seus autores mostrassem o despreparo dos professores de ensino religioso:**

**Sem levar em conta as diretrizes para a citada área, o que se vê é um proselitismo estarrecedor, em que cada professor de Ensino Religioso tenta passar aos alunos seu credo e sua fé. O que se tem nas salas de aula são professores despreparados, ministrando sob forma de conteúdo seus princípios e valores, como se fossem verdades absolutas, em aulas antagônicas ao que prevê a lei e até a própria sociedade e família. Parece vedada a visão da amplitude da introdução do Ensino Religioso no currículo escolar, como disciplina e área de conhecimento, que deveria apontar para a recuperação da dimensão espiritual da existência, preenchendo o vazio deixado por uma educação com predominância quase exclusiva no racional, no desenvolvimento científico e tecnológico do educando, deixando de lado as razões e as finalidades últimas da existência.**

Como se não bastasse, esse tipo de educação estrita ou que reproduz conceitos meramente materialistas, não tem mais o condão de viabilizar as bases de sustentação filosófica para a vida e muito menos é capaz de afastar o simplista, perigoso e indesejável reducionismo.

Tudo agravado pelo materialismo exacerbado em que as pessoas, não vislumbrando nada além da vida material transitória, comumente se acabam na inevitável destruição sob o pretexto de que mais cedo ou mais tarde irão morrer e conseqüentemente acabarão em nada sem ao menos, nesta vida, terem vivido segundo os seus mais ardentes desejos. Ademais, através da analogia e transmutando para o ensino religioso, em sentido estrito, capaz de alimentar tantas ideologias e movimentos de sectários, é prudente refletir com base no que ensina Catão, (1993, p. 33):

Fazer as pessoas ou a sociedade dependerem, em última análise, da sociologia, da economia ou da política é violar o que tem de mais caracteristicamente humano e adotar uma espécie de reducionismo, que foi o principal pecado do nazismo, e como o é, igualmente, de **todas as ideologias,** tanto do socialismo real, baseado na economia, como do capitalismo, que idolatra o mercado. (s/gr/or)

Não se pode olvidar, ainda, que uma pessoa com fortes sentimentos para com uma realidade da qual depende inclusive para viver e se relacionar, ao se deparar com inúmeras posições que não condizem com aquelas por ela conhecidas se sinta na incerteza ou na insegurança.

Mas é preciso também que a pessoa tenha em mente a plena consciência da importância de se prezar a busca pelo valor maior que se chama Verdade e que muitas vezes surge nas vidas das pessoas de forma gradativa e a tempo certo como aconteceu com o apóstolo Paulo. Aliás, agindo em tal sentido estará a filosofar e a comungar filosofia e religião: independentemente de pertencer ou não a uma comunidade ou movimento religioso, praticar ou não qualquer ritual, cultuar ou não símbolo, deter ou não titulação acadêmica.

Na mais plena consonância com o acima exposto são as belas e sábias palavras da Douta Marilena Chaui  (2003) que, pela precisão, clareza, relevância e oportunidade, pedimos vênia para transcrevê-las na íntegra, porquanto a mesma mostra, com maestria, em que consistem a ignorância, a incerteza e a insegurança na vida e na formação educacional das pessoas, notadamente no que concerne às suas crenças:

IGNORÂNCIA, INCERTEZA E INSEGURANÇA. Ignorar é não saber alguma coisa. A ignorância pode ser tão profunda que sequer a percebemos ou a sentimos, isto é, não sabemos que não sabemos, não sabemos que ignoramos. Em geral, o estado de ignorância se mantém em nós enquanto as crenças e opiniões que possuímos para viver e agir no mundo se conservam como eficazes e úteis, de modo que não temos nenhum motivo para duvidar delas, nenhum motivo para desconfiar delas e, conseqüentemente, achamos que sabemos tudo o que há para saber.

A incerteza é diferente da ignorância porque, na incerteza, descobrimos que  
somos ignorantes, que nossas crenças e opiniões parecem não dar conta a  
realidade, que há falhas naquilo em que acreditamos e que, durante muito tempo, nos serviu como referência para pensar e agir. Na incerteza não sabemos o que pensar, o que dizer ou o que fazer em certas situações ou diante de certas coisas, pessoas, fatos, etc. Temos dúvidas, ficamos cheios de perplexidade e somos tomados pela insegurança.

Outras vezes, estamos confiantes e seguros e, de repente, vemos ou ouvimos alguma coisa que nos enche de espanto e de admiração, não sabemos o que pensar ou o que fazer com a novidade do que vimos ou ouvimos porque as crenças, opiniões e idéias que possuímos não dão conta do novo. O espanto e a admiração, assim como antes a dúvida e a perplexidade, nos fazem querer saber o que não sabemos, nos fazem querer sair do estado de insegurança ou de encantamento, nos fazem perceber nossa ignorância e criam o desejo de superar a incerteza.  
  
**Quando isso acontece, estamos na disposição de espírito chamada busca da verdade. (s/gr/or).**

**7.    CONSIDERAÕES FINAIS**

Os estudos envolveram as buscas e as mais variadas análises para se entender a Cristandade segundo a Bíblia, contendo os mais variados ensinamentos morais do Jesus e as doutrinas da Tradição Cristã, como guardiã da fé dogmatizada pelos Concílios, e do Espiritismo, sustentada nos ensinamentos transmitidos pelos Espíritos Superiores. Em seguida, com o estabelecimento dos aspectos controvertidos foi possível compreender além do conceito também o aspecto histórico da educação cristã, em especial à luz da Tradição Cristã e do Espiritismo.

Dentre os relatos bíblicos do Novo Testamento um deles foi de suma importância para a construção das ideologias. Trata-se do relato que envolveu a morte e ao sumiço do corpo do Jesus por alguém que cria na ressurreição do Mestre: José de Arimatéia. Longe de querer menosprezar por meio de argumento a ressurreição do corpo físico de Jesus. Principalmente por se tratar de um milenar sustentáculo, como visto, da Doutrina da Tradição Cristã.

No entanto, como a proposta é a de estudo foi necessário se fazer análises principalmente do episódio que está relatado nos Evangelhos e não apresenta a necessária convergência entre o “jovem”, descrito por Marcos (15, 42-47; 16, 5),  com o “anjo” segundo Mateus (28, 2-5).

Ora, uma observação mais sistemática do Velho e do Novo, Testamentos, vê-se que existem inúmeras intervenções por parte da Espiritualidade nos acontecimentos terrenos. Uma das maiores deu-se com Paulo, Atos (9, 1-6), que foi envolvido por força incomum, mesmo contra a sua vontade de homem terreno, quando a caminho de Damasco. A partir daí pode se fazer uma analogia com o que aconteceu com José de Arimatéia quando pediu o corpo do Jesus a Pilatos e cuidou do sepultamento em uma cova por ele previamente preparada.

Afinal, sob o ponto de vista científico é razoável se extrair as mais variadas ilações desses relatos. A primeira, de que José de Arimatéria, como um possível crente, fanático, pode ter sofrido influências malignas e engendrado um plano para sumir com o corpo do Jesus e “plantar” o “jovem” vestido de branco na cova, já vazia, com o objetivo de se garantir a informação através do mesmo sobre a sua crença - na ressurreição do corpo físico de Cristo.

O segundo, envolvendo Jesus na qualidade de grande estrategista e Pedagogo, por excelência, que poderia estar preocupado em garantir a implantação da fé nos corações dos seres humanos que habitariam a Terra, desprovida de progresso e, portanto, cheia de ignorância, violência, selvageria e atraso em todos os sentidos.

Daí, Jesus, como um ser de extrema elevação, deveria saber muito bem a trajetória da humanidade com todos os seus conflitos e, que, somente a partir de um bom tempo é que haveria uma relativa harmonização capaz de a mesma atingir o grau de maturidade educacional, mínima, para proporcionar aos seus filhos terrenos a assimilação dos conhecimentos que ainda seriam materializados com muita luta e inúmeras revelações.

Em tal sentido, coube ao Jesus Cristo tomar a decisão que melhor atendesse ao seu projeto político-pedagógico. Talvez a de permitir ou até mesmo se utilizar da crença na ressurreição do corpo físico, inclusive dele, Jesus, como uma verdade de fé mais palatável, aos homens, num determinado tempo, para, num futuro mais distante e quando houvesse mais compreensão e desenvoltura, darem aos seres humanos o entendimento da ressurreição pelo corpo espiritual como uma lei geral e, assim, aplicável a todos os seres humanos.

Se a última possibilidade for plausível, apenas pelo dever da reflexão, José de Arimatéia, pode entrar nesse contexto como um crente fervoroso, sincero e fiel, que, a exemplo do Paulo, pregador, recebeu uma missão especial de colaborar com o Cristo na consolidação da fé cristã que estava nascendo numa humanidade que estava engatinhando.

Considerada a última hipótese, passa a aumentar, e muito! o respeito pela crença na ressurreição pelo corpo físico de Jesus (independentemente de estar pautado ou não na Verdade da Lei Divina Universal) e muito mais ainda na ressurreição pelo corpo espiritual, pois esta pode completar um sentido seqüencial segundo a fé propalada pelos Espíritos, através do Espiritismo que chegou à humanidade por gradação e segundo a capacidade de assimilação pelo desenvolvimento educacional de qualidade, em constante consolidação pelos homens da Ciência Educacional.

Como se não bastasse, pode cada pessoa levar em consideração a atitude do Jesus para com Nicodemos como um fariseu de alta envergadura (comparável a certos intelectuais da atualidade), mas que se mostrou incapaz de entender o que Jesus queria ensinar sobre as coisas espirituais, fazendo com que o Mestre dissesse que se ele não era capaz de entender sequer as coisas do mundo, que diria então as espirituais? (JOÃO, 3, 10).

É perceptível e até notório que os nobres “frutos” gerados por Jesus com as “armas” da sua elevação moral e espiritual dão conta de que ele exemplificou o amor incondicional, inclusive ao inimigo, consoante se encontra em Lucas (6, 33-36), colocou-os à disposição de todos sem se preocupar com crença, cor, nacionalidade, raça, posição social, política e econômica. Entretanto, foram poucos os que conseguiram sustentar a si próprio e a própria Igreja nas luzes da caridade e do amor ao próximo; e não por culpa da Igreja, como Instituição Sagrada, mas devido à ação dos “infiltrados” ou intrusos apegados ao poder temporal.

**Outra análise interessante diz respeito ao Consolador Prometido por Jesus. Em tal sentido foi preciso compreender que além das duas revelações que se deram, através de Moisés e de Jesus, houve, em seguida, a terceira, envolvendo as duas vertentes: a Tradição Cristã e o Espiritismo. A tradição Cristã não concebe a terceira revelação em virtude de entender que o Espírito Santo integra um dos dogmas da Igreja Católica, Apostólica, Romana; está na Santíssima Trindade e, assim, não haveria necessidade de outra revelação pública.**

**Entretanto, a condição de Consolador Prometido por Jesus, como sendo a terceira revelação, foi assumida pelos Espíritos Elevados que deram à humanidade o Espiritismo em meado do século XIX, com o lançamento de O Evangelho Segundo o Espiritismo, na França, e, ainda, sob a presidência do próprio Cristo. Diante desse contexto, o estudo meticuloso das obras básicas de cada doutrina forneceu os elementos que viabilizaram as comparações, as relações e as conclusões sem a preocupação de se fazer agrados ou marcar posições tendenciosas.**

**As disputas ideologias, cismas, heresias, movimentos, guerras “santas” e tantos outros conflitos envolvendo Deus e a natureza do Cristo não prejudicaram, de fato, os “frutos” consistentes nos exemplos e ensinamentos de natureza moral deixados por Jesus à disposição da humanidade.**

**A preservação e o fortalecimento da democracia participativa e inclusiva, inclusive no Brasil, precisam ser valorizados. Pois se isso acontecer fica cada vez mais garantida a implantação de métodos de ensino e aprendizagem plurais que valorizem a Tradição Cristã e o Espiritismo, ao mesmo tempo, por estarem estribados na moral religiosa cristã e possuírem, cada qual, corpo doutrinário próprio, originário e bem definido.**

**Isto importa em compreensão e valorização do Princípio da Isonomia.  E, assim, cada uma das vertentes não pode deixar de ocupar os seus respectivos espaços. Afinal, cada qual deve fornecer os elementos segundo o seu contexto e conteúdo doutrinário de suma importância na formação da programação a ser transmitida de forma sistematizada, aos aprendizes, em formação, acima de tudo, junto aos estabelecimentos de ensino.**

**Ressalva-se, evidentemente, o ensino e a aprendizagem em sentido estrito por aqueles que valorizam a importante e indispensável educação religiosa cristã junto aos templos, famílias, grupos... nos quais poderão ser ensinados de forma cabal e unilateral, a verdade, segundo as respectivas crenças e fundamentos doutrinários; mas, repita-se: sempre com o dever de propagar o respeito de uma para com a outra e às demais crenças para que não “ressuscitem” os gravames das radicais interpretações ideológicas de outrora que fazem do crente um destruidor de si e do semelhante em nome da sua fé radical.**

**Inobstante ser por amostragem, foi possível viabilizar o ensino e a aprendizagem plurais. Neste trabalho tal se deu por meio de um quadro que procurou primar pela comparação, didática, equanimidade, respeito e objetivando demonstrar que esse tipo de ensino é viável ao desenvolvimento do aprendiz em delicada formação.**

**Aliás, é possível entender que tais elementos são tão importantes que, se retirada qualquer das colunas de sustentação, o “edifício” do ensino e da construção plural, em especial nos estabelecimentos de ensino, particularmente nas escolas públicas, pode ser descaracterizado e tornado incompatível com o ensino religioso de caráter não confessional propugnado pela legislação pátria, representando grande e indesejável retrocesso.**

**Não deve ser olvidado que o ensino e a aprendizagem plurais não podem prescindir das buscas em fontes mais seguras, evitando-se aquelas que tendem a omitir ou deturpar, propositada ou inconscientemente, qualquer um dos fundamentos analisados tão somente porque não o satisfaz; ou, ainda, que valorize uma vertente em detrimento da outra como forma de fazer valer os seus postulados de fé, junto a aprendizes, em formação, que não assimilaram as bases doutrinárias mais elementares e tão necessárias para que aprendam a fazer relações de forma gradativa, respeitosa e segura.**

**O mesmo processo deverá valer para a formação do corpo docente que irá atuar em cada estabelecimento de ensino. Nesse contexto é preciso ressaltar que a solução educacional dos tempos modernos não deverá mais ser à base da trama política, quase sempre urdida nos bastidores do poder por uma minoria e muito menos por ardorosos e fanáticos homens voltados ao sectarismo que, em da salvação e em nome do Cristo, querem a tudo dominar e sufocar os pretensos “adversários”.**

**Ademais, se esse fosse o caminho mais plausível o Cristianismo estaria extirpado da face da Terra logo no seu nascedouro, quando os antigos judeus (maioria) não o aceitaram, discriminaram, perseguiram, condenaram e ainda excluíram os primeiros cristãos das sinagogas. Muito menos quando os romanos (maioria), procedendo da mesma forma, o preteriu em prol do paganismo e do culto ao imperador.**

**Resta, pois, propugnar para que haja a preocupação com a formação do educador a fim de que o mesmo seja prudente, esclarecido e compreenda os perigos e os percalços que as contendas do passado deixaram materializadas. Em tal sentido é preciso que o educador da atualidade se valha da estratégia ensinada pelo Cristo, qual seja, de que “é pelos frutos que se conhece a árvore”; de que a materialização desse preceito deixado pelo Mestre pede que cada qual se eduque para, ao mesmo tempo, educar da melhor forma possível o semelhante que a Providência Divina o colocar em seu caminho.**

**Na confluência do acima exposto, registra-se também o alerta aos líderes da Educação para que não permitam que a Ciência Educacional fique submissa a facções e ideologias para não comprometer o processo de inclusão das minorias quantitativas e qualitativas: doutrinária, racial, social, religiosa, política, econômica, educacional... Principalmente quando da valoração dos conhecimentos, cuja ética deverá estar comprometida com a busca da Verdade como sabiamente explicitou a nobre e douta Marilena Chaui.**

**Finalmente, é razoável se conceber que cada qual deve se esforçar para ofertar o melhor em termos de educação na formação de mentalidades competentes, livres, críticas e praticantes dos nobres ensinamentos do Cristo de preferência por meio de um sistema educacional que valorize o ensino e a respectiva aprendizagem dignas de serem denominadas plurais.**

**8.   REFERÊNCIAS**

ALBERIGO, Guiuseppe.  **História dos Concílios Ecumênicos**. Tradução: José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1995.

BARSA, Nova Enciclopédia. **Encyclopédia Britannica do Brasil Publicações Ltda**.: 1997.

\_\_\_\_\_\_, Micropédia. **Encyclopédia Britannica do Brasil Publicações Ltda**.: 1997.

Bíblia. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução: João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1961.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 2009.

CHAUI, Marilena.

[**http://br.groups.yahoo.com/group/PortAberta/message/2083**](http://br.groups.yahoo.com/group/PortAberta/message/2083). In:  ESAB, acesso: 07. jan. 2010.

CLEOFAS. [**http://www.cleofas.com.br/virtual/texto.php**](http://www.cleofas.com.br/virtual/texto.php), acesso: 27.fev.2010.

**CNBB, Estudos. A Igreja Católica diante do pluralismo religioso no Brasil (II). São Paulo: Edições Paulinas, 1993.**

CATÃO, Francisco. **A Educação no Mundo Pluralista**. São Paulo: Edições Paulinas, 1993.

CATEQUESE, Diretório Pastoral de. In: **Curso de Ensino Religoso**, Brasília-DF: Portal Educação e Sites Associados, 2009.

CATÓLICA, Igreja. **Catecismo da Igreja**. São Paulo: Editora Vozes, Edições Paulinas, Edições Loyola, Editora Ave-Maria, 1993.

CATÓLICO. [**http://www.catolico.org.br/creio\_deus\_pai.php**](http://www.catolico.org.br/creio_deus_pai.php), acesso: 27.fev.2010.

D’OLIVO, Natalino. **Redescoberta do Cristianismo**. São Paulo: Edicel, 1981.

ESPÍRITO, Portal.  [**http://aeradoespirito.sites.uol.com.br/**](http://aeradoespirito.sites.uol.com.br/), acesso: 08.mar.2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FRÖHLICH, Roland. **Curso Básico de História da Igreja**. Tradução: Alberto Antoniazzi, 2ª ed. São Paulo:  Paulinas, 1987.

FURTADO, Ana Maria Ribeiro e BORGES, Marizinha Coqueiro. **Módulo de** **Didática e Metodologia do Ensino Superior**. Vila Velha-ES: ESAB, 2008.

GADOTTI, Moacir e colaboradores. Perspectivas Atuais da Educação. Porto Alegre, ArTmed, 2000.

HUNT, E. K. & SHERMAN, Howard J. **História do pensamento econômico**. Petrópolis: Vozes, 1982. In: PILETTI, Claudino e Nelson, Filosofia e História da Educação. São Paulo: Editora Ática S.A., 1985.

JOSEFO, Flávio. **História dos Hebreus**. Tradução: Vicente Pedroso. 16ª Ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 2009.

JUNIOR, Hilário Franco. **Idade Média: O Nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

KARDEC, Allan. **O Livro dos Espíritos**. Tradução: Salvador Gentile. 140ª edição. Araras-SP: Instituto de Difusão Espírita, 2002.

\_\_\_\_\_\_**O Evangelho Segundo o Espiritismo**. Tradução da 3ª. Edição Francesa de 1866, por Renata Barboza da Silva e Simone T. Nakamura Bele da Silva, 1ª Edição. São Paulo: Petit Editora e Distribuidora Ltda., 1997.

\_\_\_\_\_\_ **O Livro dos Médiuns**. Tradução da 2ª Edição Francesa, por J. Herculano Pires. 8a edição. São Paulo, Editora Lake, 1978.

\_\_\_\_\_\_ **O Céu e o Inferno**. Tradução de Manuel Justiniano Quintão.  32ª Edição. São Paulo: Federação Espírita Brasileira, 1984.

LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e Infinito**. Tradução: José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1988. In: STURMER, Rosângela. Diálogo inter-religioso. In: ESAB Módulo de Pluralismo Religioso, 2009.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da Educação e da Pedagogia**, tradução e notas: Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna. 6ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

\_\_\_\_\_\_ LUZURIAGA, Lorenzo. **A História da EducaçãoPública**.  Tradução e notas: Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação. da antiguidade aos  nossos dias. T**radução: Rosa dos Anjos Oliveira e Paolo Nosella. 12ª Edição: Cortez Editora, 2006.

MONROE, Paul. **História da educação**. 6ª. Edição. São Paulo: Nacional, 1983. In: PILETTI, Nelson e Claudino, São Paulo, Editora Ática S.A., 1985.

MAZULA, Ronaldo. **História da Igreja Antiga e Medieval**. Batatais-SP: Centro Universitário Claretiano, 2008.

NEVES, D. Lucas Moreira.**Igreja não será confinada à sacristia**. Jornal: O Estado de São Paulo, 30. abril.1997, p. A 17.

OHLWEILER, Otto Alcides. **Humanidade e Lutas Sociais**. Porto Alegre-RS: Tchê! Editora Ltda., 1987.

SAVIANI, Demerval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 2ª  Ed. São Paulo: Cortez, 1992.

WIKIPEDIA. [**http://pt.wikpedia.org/wiki/Papa\_Greg%B3rio\_I**](http://pt.wikpedia.org/wiki/Papa_Greg%B3rio_I), acesso em 1/3/2010.

PARIDADE DE ARMAS

## **PAZ E GUERRA: PARIDADE DE ARMAS**

***"NÃO PENSEIS QUE VIM TRAZER  PAZ À TERRA; NÃO VIM TRAZER PAZ, MAS A ESPADA  (Mt 10,34)***

            Dentre os vários ensinamentos de Jesus o "Não penseis que vim trazer paz à Terra; não vim trazer paz, mas espada" (Mt. 10,34) pode causar uma certa estranheza em virtude da  natureza serena, pacífica, humilde e amorosa do Mestre Nazareno tal como a conhecemos pelos ensinamentos dos Evangelhos. A sua nobre missão foi a de sedimentar os fundamentos de uma moral elevada e exemplificá-la por amor incomensurável à humanidade, mas sem descartar a Justiça como uma das Leis Divinas; e mais: por saber de antemão que os seres humanos terrenos teriam que enfrentar as mais duras provas e expiações para poderem evoluir em todos os sentidos.

             Em virtude da sua submissão aos desígnios de Deus, Jesus Cristo foi concebido de O Cordeiro de Deus. Sua sabedoria e mansidão contrapunham ao orgulho, à prepotência, ao egoísmo, à dominação... vigentes à época em que esteve encarnado. Foi concebido pelo Espiritismo como o tipo, o guia e o modelo mais perfeito a ser seguido pelos homens (Kardec, O Livro dos Espíritos, p. 258, Editora Instituto de Difusão Espírita, 140a. Edição, 2002); ou, na concepção da Tradição Cristã como o próprio Deus encarnado na condição humana (CATÓLICA, Catecismo, p. 70, 71, Ed. Editora Vozes, 3a. Edição, 1993).

            Para estimular o amor fraternal e universal estabeleceu a significativa regra de ouro que se encontra em O Evangelho Segundo Mateus, 10, 46-48, nos seguintes termos: "Pois, se amardes os que vos amam, que galardão havereis? não fazem os publicanos também o mesmo? E, se saudardes unicamente os vossos irmãos, que fazeis de mais? não fazem os publicanos também assim? Sede vós perfeitos como é perfeito o vosso Pai que está nos céus."

            Resta, pois, a pergunta: como decifrar esse tipo de "guerra"? e a "espada"?

            Ora, de antemão e segundo o meu entendimento, é importante se compreender que o Mestre, ao encarnar em um mundo que se encontrava atrasado em todos os sentidos e que precisaria recepcionar uma avalanche (bilhões) de espíritos das mais variadas natureza (intelectual e moral), antevia os mais acirrados confrontos, porquanto a sua política, centrada no amor, perdão, reconciliação, oração, desprendimento, caridade, honestidade, fé, lisura... haveria de contrapor com a do anticristo, fundada, por sua vez, no orgulho, egoísmo, inveja vaidade, ostentação, ódio, mentira, prepotência, engano, trapaça, dissimulação, discriminação, exploração, corrupção, arrogância, manipulação...

            Qual o mecanismo natural que possibilitaria a paridade de armas na distribuição de Justiça, simbolizada pela espada, nas inevitáveis confrontações que viriam?

            Segundo as minhas convicções trata-se da reencarnação como mecanismo de evolução e ao mesmo tempo de realização de Justiça, através da qual os Guardiões da Humanidade fariam renascer de forma estratégica nos mais variados países, cidades, famílias... seus mais preparados agentes que iriam agir com lealdade, idealismo, sabedoria e amparo espiritual nos momentos oportunos.

            Para concluir, exemplifico com um significativo trecho extraído do livro intitulado de "A Quadrilha, O Foro de São Paulo, Autor, Ângelo Inácio, psicografado por Robson Pinheiro, Editora Casa dos Espíritos, 1a. Edição, 2016, p. 157", o seguinte trecho: "No momento oportuno, esses agentes têm emergido no cenário nacional, trazendo à tona as fragilidades e os segredos dos baluartes da maldade, deixando à mostra a verdadeira face dos que representam os projetos de criminalidade na política e em outras áreas. Seja no Ministério Público e nos gabinetes de governo, seja, em oculto, nos tribunais e nas repartições públicas estaduais e federais, existem instrumentos da justiça sideral ali instalados, conforme a programação dos guardiões superiores, à espera do momento de se pronunciarem, se, porventura, já não o fizeram. Trazem a lume a verdade, ainda que essa verdade revele o que muita gente não queira ver exposto publicamente. Todavia, como já assinalou o evangelista, 'não os temais; porque nada há encoberto que não haja de revelar-se, nem oculto que não haja de saber-se'.

**José Quaglio. O autor é *Técnico Agrícola, Advogado com Pós-Graduação em Direito das Relações Sociais, Pedagogo, Licenciado em Filosofia e Pós-Graduado em Educação Religiosa Escolar e Teologia Comparada*).**

(enviado para publicação no JC no dia 15 pp)

ENSINO RELIGIOSO CONFESSIONAL

**ENSINO RELIGIOSO CONFESSIONAL NA ESCOLA PÙBLICA: CAUSA E CONSEQUÊNCIA**

**(texto publicado no jornal da cidade - Bauru-SP - em 15/10/2017). Link: https//m.jcnet.com.br/editoriais\_notícias.php?código=250002**

                  No dia 27/9/2017 o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento da ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) n. 4439, proposta pela PGR (Procuradoria Geral da República) para que o mesmo se pronunciasse se o ensino religioso nas escolas públicas do ensino fundamental pudesse ou não ser de caráter confessional, ou seja, se uma religião majoritária, no caso a Católica pudesse ser ministrada em escola pública do ensino fundamental (art. 210, par. 1º da Constituição Federal) com recursos público a aluno no limiar da sua formação física, intelectual e moral.

            A PGR partiu do pressuposto de que a redação do par. 1o. do art. 11 do Decreto n. 7.107, de 1/2/2010, realizado entre a Santa Sé a República Federativa do Brasil, tal como redigida - "O ensino religioso, católico e de outras confissões religiosas...” – estaria consagrando não tão somente o ensino confessional católico mas priorizando e privilegiando o mesmo sobre os demais.

            Em virtude da minha formação voltada ao estudo comparado e ao ensino religioso plural, tive a honra e o cuidado de assistir ao marcante julgamento através da TV Justiça e analisar os onze votos proferidos nas três sessões. Formei a minha convicção de que os seis ministros que votaram para permitir o ensino religioso confessional na escola pública com professores contratados e custeados com recursos público, a alunos do ensino fundamental em plena adolescência (5ª. e 8ª. séries), divergiram dos demais (que votaram pelo religioso plural, exclusivamente) o fizeram por falta de compreensão da complexa e valorosa Ciência Educacional. A meu ver não conseguiram compreender que o legislador constituinte, inobstante valorizar o estado laico, recepcionou a educação de qualidade; e, para tanto, a mesma deveria propiciar não tão somente o desenvolvimento físico, intelectual e social do aluno no limiar da sua formação, mas também que esse desenvolvimento abrangesse os aspectos moral e espiritual, nobres, de tal forma que o processo educativo da escola pública pudesse ser compatível com a nossa imensa diversidade cultural, que, por sua vez, é fruto da nossa complexa e inigualável argamassa cultural em formação.

            Frise-se que não foi por acaso a importante conquista através da nobre e inolvidável legislação. Ademais, no artigo 206 a CF consagrou a “...liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, divulgar...” (inciso II), o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas...” (inciso III); no art. 211 a universalização do ensino obrigatório; e, através da LDB, art. 33, “vedadas quaisquer formas de proselitismo.”

            Segundo a minha visão, a permissão oriunda da Suprema Corte por estreita maioria (6x5), pode ter sido influenciada e muito! por autoridades políticas e religiosas obstinadas à implantação do ensino religioso confessional em escolas públicas de todo o território nacional.

            Como exemplo marcante dessa obsessão, basta se verificar o que aconteceu no Estado do Rio de Janeiro. Pasmem! Há 17 anos e justamente no âmbito de poder do então governador Garotinho, denunciado e preso por vários crimes (Jornal da Cidade de 27/9/2017, p.19), que o ensino religioso confessional recebeu as benesses do dinheiro público. E mais: através desse político, astuto e maquiavélico, apoiado pela Câmara dos Deputados daquele estado é que se deu a aprovação e a respectiva sanção da absurda e malfadada Lei 3459, de 14 de setembro de 2.000. Aliás, é bom que se diga que foi através da mesma que se garantiu, vergonhosamente, a carga horária de oitocentas horas a professores indicados e credenciados por entidades religiosas, confessionais, objetivando ensinar conteúdos programáticos que fora atribuídos às diversas autoridades religiosas com a obrigação de o estado dar integral apoio (Arts. 2º, 3º e 4º).

            E é por esse e tantos outros abusos de poder que certamente virão dias muito mais tenebrosos na inevitável separação do joio e do trigo. E como sempre diz o apresentador Boris Casoy: “Isso é uma vergonha!”

**José Quaglio (www.josequaglio.com)**

POLITICA, RELIGIÃO E LEIS DIVINAS

POLÍTICA, RELIGIÃO E AS LEIS DE DESTRUIÇÃO, PROGRESSO E RENOVAÇÃO

            Além do meu habitual contato com os inúmeros relatos da Bíblia, tive a alegria de poder assistir à interessante e bem feita novela denominada Jesus que está sendo reprisada pela TV Record. As inúmeras cenas marcantes, bem trabalhadas e envoltas em cenários bem construídos contribuem para que possamos compreender o imenso poder e as imensas regalias das duas elites políticas e religiosas da época de Jesus, constituídas por Romanos e Judeus em detrimento ao sofrimento do povo que vivia sem liberdade.

            É notório que o Divino Mestre não se importava com as desconfianças que pairavam sobre a sua aparente fraqueza moral, em especial pelos Judeus que aguardavam um outro tipo de revolucionário que fosse capaz de libertá-los do jugo romano. Coerente com a sua política Jesus dissuadia seus seguidores acerca do perigo oriundo das más influências em virtude da profunda ignorância, maldade e do fanatismo então vigentes em especial pelos detentores do poder político e religioso. Pasmem! Ávidos pela manutenção do poder lançaram mão de um processo muito usado na atualidade: a manipulação, para, com a anuência do povo – infelizmente iludido e ignorante – levarem o Divino Mestre à crucificação.

            É possível verificar que Jesus aparentemente derrotado demonstrou a sua conexão com as forças da Espiritualidade Maior que o amparava das mais variadas formas. Um acontecimento marcante foi o chamado “Sermão profético” acerca da destruição do templo de Jerusalém. Porquanto, ao sair do mesmo Jesus respondeu aos seus discípulos que o indagava sobre “Que pedras, que construções”, da seguinte forma: “Vedes estas grandes construções? Não ficará pedra sobre pedra que não seja derrubada”. Ficou claro que o mesmo anteviu que tal se daria através da invasão pelos Romanos ainda no primeiro século da era cristã (Mc 13, 2). Certamente a fez para que pudéssemos compreender que a destruição é um mal necessário e faz parte da magnífica estratégia do Criador, que, em muitas circunstâncias se utiliza dos seus próprios filhos na execução dos seus desígnios. É possível notar que o objetivo dessa Pedagogia Divina é garantir além da aprendizagem significativa de cada ser humano em suas respectivas coletividades, também o aceleramento do progresso e a renovação da humanidade em bases seguras na implantação do reino de paz, amor, justiça, liberdade, caridade, fraternidade... em cumprimento das promessas do Cristo. E, para tanto, se torna indispensável e inevitável a aplicação das suas leis, em especial a de Destruição (O Livro dos Espíritos, capítulos 5 e 7).

            Como conclusão, sob a minha limitada ótica e salvo as devidas proporções no tempo e no espaço, creio que seja possível se fazer uma certa analogia entre as duas correntes ideológicas do passado acima citadas e suas formas de proceder, com as que vigem atualmente em especial aqui no nosso Brasil e que são denominadas, politicamente, “esquerda” e “direita”. Ambas agem num interessante e curioso processo de construção e destruição na busca e na manutenção, obstinadas, pelo poder. Muitos se encontram tão fascinados que além de ignorarem algo de bom no opositor e nas instituições democráticas construídas com muito ardor de idealistas ao longo dos séculos, agem como se fossem os únicos detentores da verdade e os paladinos da ética na política e na religião; e o mais grave: se arvoram como se fossem os exclusivos e legítimos defensores do povo, da democracia, da justiça, da liberdade, da família, dos bons costumes, da pátria, do Cristo, de Deus... Muito cuidado! Vigiai e orai!  (Lc 21, 36).

            José Quaglio – [www.josequaglio.com](https://www.josequaglio.com/)